

ROSÁRIA CAL BASTOS

**AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO PROJETO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS
ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE COIMBRA,
MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal
de Viçosa, como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em Economia
Doméstica, para obtenção do título de *Magister
Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2017

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa
- *Campus Viçosa***

T

B327a Bastos, Rosaria Cal, 1974-
2017 Avaliação da efetividade do projeto de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no município de Coimbra, MG / Rosaria Cal Bastos. - Viçosa, MG, 2017.
xv, 170f. : il. (algumas color.); 29 cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Amélia Carla Sobrinho Bifano.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Inclui bibliografia.

1. Agricultura familiar - Coimbra (MG). 2. Política pública. 3. Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar - Avaliação.
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Doméstica. Programa de Pós-graduação em Economia Doméstica. II. Título.

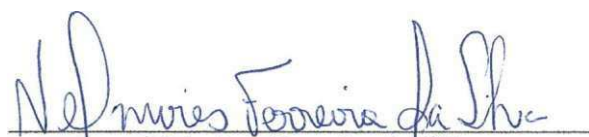
CDD 22 ed. 338.18151

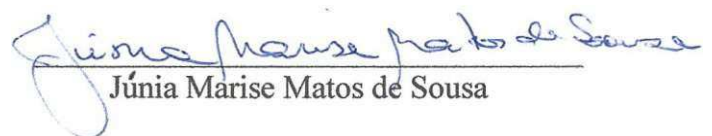
ROSÁRIA CAL BASTOS

**AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO PROJETO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS
ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE COIMBRA,
MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal
de Viçosa, como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em Economia
Doméstica, para obtenção do título de *Magister
Scientiae*.

APROVADA: 24 de fevereiro de 2017.


Nelmiros Ferreira da Silva


Júnia Marise Matos de Sousa


Amélia Carla Sobrinho Bifano
(Orientadora)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ser minha base em todos os momentos de minha vida.

Aos meus pais Joaquim e Dalva, que sempre me ensinou os valores da vida.

Agradeço aos meus filhos Victor, Vinícius e Amélia Carla que, dentro de suas possibilidades, souberam entender meus momentos de ausência.

Ao meu marido Edson que, suportou minha ausência e meus momentos de ansiedade.

A minha irmã Cristiane que, sempre me apoiou nas minhas decisões e me estimulou a enfrentar meus desafios.

A minha vó Luzia e minha tia Helena que serviram de cobaias para minhas apresentações de seminários.

A minha orientadora Amélia Carla Sobrinho Bifano que, com boa vontade me recebeu e esteve sempre pronta para contribuir com seus conhecimentos e orientações.

A minha coorientadora Dorinha que, me estendeu os braços na hora que precisava, e me ajudou muito.

Aos funcionários do DED que sempre me atenderam com muita atenção e carinho.

Aos professores do DED e DAD, pelas contribuições científicas.

Aos meus amigos Áurea e Vinícius Souza pelo companheirismo, pela vivência e pelos ensinamentos.

Aos agricultores familiares, ao Depto Municipal de Educação, a Escola Estadual Emílio Jardim e a EMATER-MG do município de Coimbra, que me concederam seu tempo e compartilharam suas experiências de vida e trabalho, sem vocês minha pesquisa não existiria.

Ao DEA que me permitiu cursar o mestrado e compreendeu minhas ausências da secretaria, principalmente ao meu colega Claudenilson, companheiro para todas as horas.

Aos professores e aos técnicos-administrativos do DEA, pelo apoio, incentivo e compreensão.

A UFV, pela oportunidade de realizar o mestrado com excelência.

A vocês que estiveram presente em todos os momentos dessa longa caminhada.

“...ganharás o teu pão
com o suor do teu rosto...”
(Génese, 3,19)

RESUMO

BASTOS, Rosária Cal, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2017. **Avaliação da efetividade do projeto de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar no município de Coimbra, MG.** Orientadora: Amélia Carla Sobrinho Bifano. Coorientadora: Maria das Dores Saraiva de Loreto.

O objetivo deste estudo foi avaliar a efetividade do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar no município de Coimbra, MG. A questão que pautou o presente estudo, diz respeito à análise da situação da vida dos pequenos agricultores familiares do município, após sua inserção no Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, sendo denominado nesse estudo pela sigla PAGAAF. A partir de 1950, o Brasil passou por um processo de modernização da agricultura, privilegiando os setores agropecuários mais capitalizados, o que causou forte impacto econômico-social no meio rural. Apesar de a agricultura familiar ser fundamental, tanto para a economia brasileira quanto para a melhoria na qualidade de vida da população, os agricultores familiares vêm ainda enfrentando diversos desafios para manter e permanecer no meio rural, o que exige políticas adequadas à realidade rural. Dentro dessas políticas, encontra-se o PAGAAF inserido no Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), que constitui uma das tentativas do Governo para promover o acesso ao pequeno agricultor familiar às condições mínimas para sua fixação no campo e melhorias na qualidade de vida. O estudo foi embasado na pesquisa de natureza quanti-qualitativa, cuja metodologia foi alicerçada no estudo de caso, análise documental, questionário, entrevista e observação. Os resultados indicaram que operacionalização do PAGAAF no município de Coimbra, MG, apresentou-se resultados positivos, tornando-se um importante mecanismo de comercialização que proporciona benefícios socioeconômicos aos agricultores familiares. E por meio do projeto que vários sujeitos se articulam, discutem a realidade local e elaboram estratégias para operacionalização do projeto no município. Entretanto, os resultados apontam a baixa participação dos agricultores familiares ao projeto. O perfil socioeconômico e as condições de produção dos agricultores familiares do município de Coimbra, MG, seguem as características semelhantes a outras regiões do Brasil. Quanto à qualidade de vida tanto dos beneficiários como dos não beneficiários os resultados indicaram que não houve impacto do Projeto na vida desses agricultores. Mas, este trabalho permitiu uma visão global da efetividade do PAGAAF no município de Coimbra, MG. Destacando-se algumas repercussões do Projeto na vida dos agricultores beneficiários do município de Coimbra, MG, como o aumento da renda familiar,

estabilidade para vender seus produtos, incentivo para introduzir novas culturas e melhorias na qualidade de vida do agricultor e sua família. Porém, não se pode afirmar que todas essas repercussões são advindas somente da ação do Projeto, pois, em todas as categorias analisadas os resultados demonstraram que, muitas das vezes estão associadas a outras políticas públicas em que os agricultores estão inseridos.

ABSTRACT

BASTOS, Rosária Cal, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2017. **Evaluation of the effectiveness of the project of acquisition of foodstuffs of the familiar agriculture in the Coimbra, MG country.** Adviser: Amélia Carla Sobrinho Bifano. Co-adviser: Maria das Dores Saraiva de Loreto.

The objective of this study was to evaluate the effectiveness of the Acquisition Project of Food Products of Family Agriculture in the municipality of Coimbra, MG. The question that guided the present study concerns the analysis of the situation of the life of small family farmers of the municipality, after its insertion in the Project of Acquisition of Foodstuffs of Family Agriculture, being denominated in that study by the abbreviation PAGAAF. From 1950, Brazil underwent a process of modernization of agriculture, favoring the most capitalized agricultural sectors, which caused a strong socio-economic impact in the rural environment. Although family farming is fundamental, both for the Brazilian economy and for the improvement in the quality of life of the population, family farmers are still facing various challenges to maintain and remain in rural areas, which requires policies that are appropriate to the rural reality. Within these policies, PAGAAF is included in the National School Feeding Program (PNAE), which is one of the Government's attempts to promote access to the small family farmer to the minimum conditions for its fixation in the field and improvements in the quality of life. The study was based on quantitative-qualitative research, whose methodology was based on the case study, documentary analysis, questionnaire, interview and observation. The results indicated that operationalization of the PAGAAF in the municipality of Coimbra, MG, presented itself effectively, becoming an important commercialization mechanism that provides socioeconomic benefits to family farmers. And through the project that several subjects are articulated, discuss the local reality and elaborate strategies for operation of the project in the municipality. However, the results point to the low participation of family farmers in the project. The socioeconomic profile and the production conditions of the family farmers of the municipality of Coimbra, MG, follow similar characteristics to other regions of Brazil. Regarding the quality of life of both beneficiaries and non-beneficiaries the results indicated that there was no impact of the Project on the lives of these farmers. However, this work allowed a global view of the effectiveness of PAGAAF in the municipality of Coimbra, MG. Some of the repercussions of the Project on the lives of beneficiary farmers in the municipality of Coimbra, MG, such as

increased family income, stability to sell their products, encouragement to introduce new crops and improvements in the quality of life of the farmer and his family. However, it can not be said that all these repercussions come only from the action of the Project, since in all the categories analyzed the results showed that they are often associated with other public policies in which the farmers are inserted.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização de Coimbra, MG.	7
Figura 2 – Esquematização do Projeto de Aquisição de Gênero Alimentícios da Agricultura Familiar.....	30
Figura 3 – Etapas das Ações de Políticas Públicas.....	31
Figura 4 – Comercialização dos produtos agrícolas familiares, Coimbra, MG, em 2016.....	71
Figura 5 – Local de venda dos produtos agrícolas familiares, Coimbra, MG, em 2016.....	72
Figura 6 - Estrutura do Modelo de Avaliação de Efetividade	90
Figura 7 – Modelo Conceitual de Qualidade de Vida	92
Figura 8 – Família do Agricultor Adilson	116
Figura 9 – Família do Agricultor Luiz Carlos	117
Figura 10 – Família do Agricultor Sebastião Estevam.....	118
Figura 11 – Família do Agricultor José Batista.....	119
Figura 12 – Família do Agricultor Vanderley	120
Figura 13 – Trabalho de “terceiro” na atividade agrícola dos agricultores beneficiários	129
Figura 14 – Envolvimento dos membros da família na atividade agrícola	133
Figura 15 – Envolvimento dos membros da família na atividade agrícola	133
Figura 16 – Envolvimento das mulheres na atividade agrícola.....	134
Figura 17 - Relação Institucional do PAGAAF no contexto local.....	136
Figura 18 – Procedimento da entrega dos alimentos a escola	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação dos documentos disponibilizados pelas Entidades Executoras e de Apoio	11
Quadro 2 – Categorias de análises e subcategorias	15
Quadro 3 – Categoria de análise e subcategorias	16
Quadro 4 - Pontos importantes da regulamentação do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar.....	32
Quadro 5 – Relação dos Documentos disponibilizados pelas Entidades Executoras e de Apoio	36
Quadro 6 – Estrutura das Entidades Executoras do PNAE	38
Quadro 7 – Produtos fornecidos as Entidades Executoras do município de Coimbra, MG, diretamente da agricultura familiar entre os anos de 2009 a 2016	46
Quadro 8 – Síntese dos critérios analisados pelas Entidades Executoras, Coimbra, MG	49
Quadro 9 – Variáveis do questionário semiestruturado.....	63
Quadro 10 – Categoria e subcategorias	95
Quadro 11 – Categorias	114
Quadro 12 – Perfil do agricultor e de sua produção, Coimbra, MG, Brasil, 2016.....	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Amostra estratificada e quantidade de questionário aplicado	13
Tabela 2 - Valores investidos na aquisição dos alimentos pelas Entidades Executoras (Municipal e Estadual) do município de Coimbra, MG, diretamente da agricultura familiar no âmbito do PNAE, entre 2009 a 2016.....	41
Tabela 3 – Comunidades agrícolas familiares em Coimbra, MG, Brasil, 2016.....	62
Tabela 4 - Características do perfil dos agricultores familiares e de suas famílias, Coimbra, MG, 2016.....	64
Tabela 5 - Perfil dos agricultores familiares e suas respectivas famílias, Coimbra, MG, 2016.....	66
Tabela 6 – Renda Familiar dos agricultores familiares de Coimbra, MG, em 2016.....	67
Tabela 7 – Propriedades agrícolas das famílias em Coimbra, MG, em 2016.....	68
Tabela 8 – Tipos de produtos produzidos pelos agricultores familiares de Coimbra, MG, Brasil.....	70
Tabela 9 – Implementos agrícolas utilizados pelo agricultor familiar em sua produção, Coimbra, MG, em 2016.....	73
Tabela 10 – Tratos culturais adotados pelo agricultor familiar em sua produção, Coimbra, MG, Brasil, 2016	74
Tabela 11 – Problemas na produção da agricultura familiar de Coimbra, MG, Brasil, 2016 ..	75
Tabela 12 – EMATER-MG e agricultores familiares de Coimbra, MG, Brasil.....	76
Tabela 13 – Satisfação dos agricultores familiares referente à qualidade de vida, Coimbra, MG.....	96
Tabela 14 – Qualidade de vida dos agricultores de Coimbra, MG, Brasil.....	102

LISTA DE SIGLAS

DAP – Declaração de Aptidão do PRONAF

EE – Entidade Executora

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

PAGAAF – Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar

PIBs – Produtos Internos Brutos

PNSAN – Plano Nacional de Segurança Alimentar

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

UFV – Universidade Federal de Viçosa

SUMÁRIO

RESUMO	iv
ABSTRACT	vi
LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE QUADROS	ix
LISTA DE TABELAS	x
LISTA DE SIGLAS	xi
1 A TEMÁTICA DO ESTUDO E SUA ABORDAGEM: UMA APRESENTAÇÃO.....	1
1.1 Objetivos	4
1.1.1 Objetivo Geral:.....	4
1.1.2 Objetivos Específicos:.....	4
1.2 Estruturação da dissertação.....	4
1.3 Percorso Metodológico da Pesquisa	6
1.3.1 Caracterização da Pesquisa	6
1.3.2 Local de Estudo.....	7
1.3.3 Sujeitos da Pesquisa	9
1.3.4 Coletas de dados.....	9
1.3.5 Análise dos dados.....	14
1.3.6 Aspectos Éticos	18
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	18
ARTIGO 1 - PROJETO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE COIMBRA, MG.....	25
1. RESUMO	25
2. ABSTRACT	25
3. INTRODUÇÃO.....	26
4. REVISÃO DE LITERATURA	28
4.1 Construção do Conceito de Agricultura familiar.....	28
4.2 Políticas Públicas para a Agricultura Familiar	29
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	35
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	37
6.1 Análise dos Critérios.....	39
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	50

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
ARTIGO 2 - PERFIL SOCIOECONÔMICO E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES APTOS A PARTICIPAREM DO PROJETO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE COIMBRA, MG.....	56
1. RESUMO	56
2. ABSTRACT	56
3. INTRODUÇÃO.....	56
4. REVISÃO DE LITERATURA	58
4.1. Perfil da Agricultura familiar no Brasil	58
4.2. Agricultura do Município de Coimbra, MG	59
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	61
5.1. Caracterização da pesquisa	61
5.2. Público-alvo, cálculo da amostra e local de estudo	61
5.3. Coleta de dados.....	62
5.4. Análise dos dados	63
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	63
6.1. Perfil do Agricultor Familiar de Coimbra, MG	63
6.2. Produção e Comercialização.....	69
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79
ARTIGO 3 - EFETIVIDADE DO PROJETO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA VIDA DOS AGRICULTORES DE COIMBRA, MG: UMA AVALIAÇÃO COMPARATIVA DE SUAS REPERCUSSÕES NA QUALIDADE DE VIDA	83
1. RESUMO	83
2. ABSTRACT	83
3. INTRODUÇÃO.....	84
4. REVISÃO DE LITERATURA	85
4.1 Programas Sociais e a Importância de sua Avaliação.....	85
4.2. Avaliação de Efetividade de Políticas Públicas e suas implicações	88
4.3 Qualidade de Vida	91

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	94
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	96
6.1 Análise da satisfação das subcategorias da qualidade de vida.....	96
6.2 Comparação do nível de Qualidade de Vida dos Agricultores Familiares (Beneficiários x Não Beneficiário).....	102
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106
ARTIGO 4 - REPERCUSSÕES DO PROJETO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES BENEFICIÁRIOS NO MUNICÍPIO DE COIMBRA, MG.....	112
1. RESUMO	112
2. ABSTRACT	112
3. INTRODUÇÃO.....	112
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	113
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	115
5.1 Os Agricultores e seus Familiares	115
5.2 Repercussões do Projeto de Aquisição de Gênero Alimentício da Agricultura Familiar na vida dos beneficiários.....	122
5.2.1 Categoria econômica	122
5.2.2 Produção e Mercado.....	122
5.2.3 Modo de Produção	127
5.2.4 Trabalho e renda.....	128
5.2.5 Organização Social.....	131
5.2.6 Envolvimento Familiar na Produção.....	133
5.2.7 Relações Institucionais.....	135
5.2.8 Qualidade de Vida.....	140
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	144
CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	148
APÊNDICES	152
APÊNDICE I	153
APÊNDICE II.....	158

APÊNDICE III.....	164
APÊNDICE IV	166
APÊNDICE V	168

1 A TEMÁTICA DO ESTUDO E SUA ABORDAGEM: UMA APRESENTAÇÃO

O objetivo deste estudo foi avaliar a efetividade do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar no município de Coimbra-MG, em termos do seu impacto na melhoria da qualidade de vida dos pequenos agricultores familiares após sua inserção no Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, sendo denominado nesse estudo pela abreviatura PAGAAF.

A partir de 1950, com a expansão do sistema capitalista integrando-se ao *modus operandi* da agricultura brasileira, o Brasil passou por um processo de modernização da agricultura, privilegiando os setores agropecuários mais capitalizados, o que causou forte impacto econômico-social no meio rural. Este processo, para os pequenos agricultores, foi seletivo e excludente, resultando na redução do número de produtores, em razão do êxodo rural, e no aumento da desigualdade social (MARTINS SILVA; MENDES, 2009).

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, apesar de a agricultura familiar vir, no decorrer dos anos, demonstrando seu caráter fundamental, tanto para a economia brasileira quanto para a melhoria da qualidade de vida da população, esta ainda enfrenta diversos problemas derivados do modelo de desenvolvimento excludente e concentrador; ou seja, mesmo produzindo cerca de 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros (BRASIL, 2012), os pequenos agricultores familiares ainda continuam enfrentando diversos desafios, por exemplo, a baixa capitalização, a dificuldade de acesso às linhas de créditos oficiais e a tecnologias, bem como dificuldades no que tange à comercialização (JUNQUEIRA; DE LIMA, 2008).

A desvalorização social da agricultura familiar e o acelerado processo de êxodo rural estão incluídos no conjunto de fatores que têm levado o Governo Federal, a partir de 1990, a formular e efetivar as políticas públicas, que visam inserir os agricultores familiares no mercado, buscando proporcionar melhorias econômicas e sociais, além de garantir a permanência destes profissionais no campo (SOUZA-ESQUERDO E BERGAMASCO, 2014).

Segundo Cunha (2015), a partir do ano de 2000, novas políticas públicas foram criadas para integrar a produção agrícola familiar ao consumo de alimentos por meio de programas de segurança alimentar e nutricional, como, por exemplo, programas que viabilizam a merenda escolar por meio da aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Dentre estas

políticas públicas voltadas à agricultura familiar, encontra-se o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), que a partir da reestruturação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), inclui o Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar – PAGAAF, em 2009. Este Projeto constitui uma das ações do Governo Federal na promoção do acesso do agricultor familiar às condições mínimas para sua fixação no campo, por meio da garantia de venda dos produtos excedentes, tendo por meta o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil.

A Zona da Mata mineira, uma das 12 mesorregiões do Estado de Minas Gerais, é considerada predominantemente rural, com uma estrutura agrária que a caracteriza como uma região de médias e pequenas propriedades rurais. De acordo com os dados do IBGE (2010), seus municípios têm um percentual de 82% dos estabelecimentos rurais com menos de 100 hectares, prevalecendo à agricultura familiar, e que vêm enfrentando situações de baixa densidade econômica, como processo de êxodo rural, despovoamento, empobrecimento e aumento das desigualdades sociais (BRASIL, 2015). Essa região encontra-se subdividida em sete microrregiões; dentre essas, destaca-se a microrregião de Viçosa, com predominância da pecuária de corte e leite e da agricultura de subsistência.

Os agricultores familiares do município de Coimbra, MG, pertencente à microrregião de Viçosa, passam também por situações semelhantes à da região onde estão geograficamente localizados. Neste município, de acordo com os dados da EMATER-MG (2015), um grupo de cinco agricultores participa do PAGAAF, apesar de serem 244 os cadastrados no escritório local da EMATER–MG como aptos a participarem do Projeto.

Espera-se, portanto que os pequenos agricultores beneficiários pelo PAGAAF, a partir da possibilidade de alternativas de produção e também da comercialização dos produtos, consigam ter condições mínimas para manter a permanência no meio rural, além da melhoria na qualidade de vida do agricultor e sua respectiva família.

Para avaliar os resultados do PAGAAF na vida do agricultor familiar beneficiário optou-se por trabalhar com o critério da efetividade. Apesar de ter conhecimento de que uma política pública deva ser avaliada também em sua eficácia e eficiência, escolheu-se por restringir a análise à efetividade, visto se dirigir à avaliação dos resultados, em termos de consequências e mudanças na vida dos pequenos agricultores familiares.

A efetividade refere-se à avaliação da capacidade de a política pública, após sua efetivação, dar respostas aceitas e adequadas aos problemas ou às questões que pretendeu

atender, de acordo com sua proposição (BAPTISTA 2000). A avaliação de efetividade permite medir o sucesso ou fracasso, em termos de uma efetiva mudança na vida cotidiana, da população que teve acesso às políticas públicas (FAGUNDES; MOURA, 2009; ARRETCHE, 2003).

Dentre as pesquisas desenvolvidas que tratam da efetividade das políticas públicas de aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, é importante destacar, no período de 2007 a 2015, as que trataram das compras governamentais inseridas nos Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), as de Bittencourt (2007), Manfiolli (2014), Oliveira (2015) e Cunha (2015). O trabalho de Cunha (2015) estuda os efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar no contexto local do município de Espera Feliz, MG, tendo como objetivo principal avaliar o processo de aquisição de alimentos da agricultura familiar para o PAA e PNAE. A pesquisa de Oliveira (2015) teve como objetivo avaliar o impacto dos programas sociais PAA e PNAE nas condições socioeconômicas dos agricultores familiares do município de Ubá, MG. O autor analisou os impactos das políticas públicas, apontando as mudanças ocorridas nas condições de vida dos beneficiários, além de verificar se os resultados foram alcançados de acordo com o planejamento. O Trabalho de Manfiolli (2014) que apresenta os efeitos do PAA e do PNAE da região administrativa de Paranavaí, no Paraná, com foco em avaliar a efetividade dos Programas naquela região. O objetivo central foi identificar os efeitos destes na agricultura familiar e suas organizações. Já a pesquisa de Bittencourt (2007) realizada no município de Guaíba, RS, pode ser destacada por ter também escolhido trabalhar com a avaliação da efetividade, com vistas a compreender as mudanças efetivas na realidade em que o programa interfere, ou seja, avaliar se os impactos do programa sejam eles os esperados ou não, que afetam o meio social e o institucional em que se realiza.

Os trabalhos de Bittencourt (2007), Manfiolli (2014), Oliveira (2015) e Cunha (2015) possuem caráter de macro análise. Carecendo de pesquisas que analisam os impactos dos programas de forma micro, ou seja, a avaliação das ações ou dos projetos que se encontram inseridos nestes Programas. No caso deste estudo, o foco se aterá na avaliação de efetividade do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, contido no âmbito do PNAE, que possibilitará uma abordagem com uma perspectiva micro dos impactos ocorridos na vida dos agricultores familiares e compreender como se deu a dinâmica de implementação desta política em município de pequeno porte, a partir do estudo de caso em

Coimbra, MG. Acredita-se que os resultados desta pesquisa contribuirão com a discussão acerca da adequação das políticas públicas à realidade dos sujeitos.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral:

Avaliar comparativamente a efetividade do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, no município de Coimbra, MG, considerando a operacionalização do Projeto, o perfil socioeconômico e a qualidade de vida dos agricultores familiares.

1.1.2 Objetivos Específicos:

- ✓ Analisar o Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, considerando os objetivos, as diretrizes e as metas previstas na Legislação Federal, bem como as percepções das entidades executoras.
- ✓ Identificar o perfil socioeconômico pessoal e o familiar dos agricultores familiares e suas condições de produção, tanto dos beneficiários quanto dos não beneficiários no Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar.
- ✓ Avaliar a efetividade do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar na vida dos agricultores familiares beneficiários em comparação com os agricultores familiares não beneficiários do Projeto, considerando suas repercussões na Qualidade de Vida.
- ✓ Analisar as repercussões do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar na vida dos agricultores familiares beneficiários, no município de Coimbra, MG.

1.2 Estruturação da dissertação

A partir dos quatro objetivos específicos e do percurso metodológico da pesquisa, foram estruturados os artigos da dissertação, assim delimitados:

Artigo I: “O Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, no município de Coimbra, MG”.

Analisou-se o Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, considerando os objetivos, as diretrizes e as metas, bem como as percepções das entidades executoras, por meio de pesquisa documental e entrevista semiestruturada. Foram analisadas leis, portarias, relatórios, declarações, atas de reuniões, chamadas públicas, contratos etc, além das informações obtidas pelas entrevistas aplicadas a entidades executoras e de apoio ao projeto do município de Coimbra, MG.

Artigo II: “Perfil socioeconômico e condições de produção dos Agricultores Familiares aptos a participarem do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, no município de Coimbra, MG”.

Identificou-se o perfil socioeconômico dos agricultores familiares e as condições de produção deles, tanto dos beneficiários quanto dos não beneficiários do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, do município de Coimbra, MG, considerando os dados colhidos pelo questionário aplicado a todos os agricultores familiares cadastrados no escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MG), aptos a participarem do Projeto.

Artigo III: “Efetividade do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar na vida dos agricultores: Avaliação comparativa de suas repercussões na Qualidade de Vida”.

Avaliou-se a efetividade do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar na vida dos agricultores familiares beneficiário do Projeto, em comparação com os agricultores familiares não beneficiários, considerando as mudanças ocorridas ou não na vida desses, ocasionadas pela participação deles no Projeto, com foco na categoria de análise “Qualidade de Vida”, utilizando, para tanto, os resultados obtidos pelo questionário aplicado.

Artigo IV: “As repercussões do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar na vida dos Agricultores Familiares, no município de Coimbra, MG”.

Analisou-se as repercussões do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar na vida dos agricultores familiares beneficiários do Projeto, por meio de observações, acompanhadas por um diário de campo e pelas informações obtidas pelas entrevistas semiestruturadas aplicadas nas Entidades Executoras (EEs) do Projeto, considerando as mudanças ocorridas ou não na vida dos beneficiários, ocasionadas pelo Projeto, com foco nas dimensões econômica e social.

1.3 Percurso Metodológico da Pesquisa

1.3.1 Caracterização da Pesquisa

De acordo com os objetivos propostos nesse estudo, optou-se pela pesquisa quanti-qualitativa, com predominância qualitativa. A pesquisa pode ser definida também, como descritiva e explicativa, dentro do contexto de estudo de caso, considerando que permite descrever, caracterizar e explicar, ou seja, consiste em um trabalho que compreende e explica os fenômenos sociais, como o de formar a realidade cotidiana mais próxima do indivíduo (GODOI; BANDEIRA DE MELLO; SILVA, 2006; VERGARA, 2007; ARAÚJO, 2008).

A pesquisa quantitativa irá permitir de forma sistemática, resumir, organizar, descrever, analisar e interpretar os dados da pesquisa, ou seja, visa apresentar informações sobre dados em estudo para que se tenha maior compreensão dos fatos que os mesmos representam. Além de utilizar de técnica para coleta estruturada de informações e seu posterior tratamento por meio de ferramentas estatísticas (RICHARDSON, 2010). Enquanto a pesquisa qualitativa possibilitará entender, por meio da percepção do fenômeno dentro do seu contexto, seu significado, procurando sua origem, suas relações e suas mudanças, tentando compreender suas consequências (TRIVIÑOS, 2015). De acordo com Minayo (2009) a pesquisa qualitativa visa responder a questões muito particulares da realidade social que não poderia ou não deveria ser quantificada. Considera as vivências, os significados, os motivos, as crenças, os valores e as atitudes dos seres humanos não só no agir, mas no pensar sobre o que faz do contexto social, político, cultural, econômico.

1.3.2 Local de Estudo

Realizou-se a pesquisa no município de Coimbra, MG, que conta com uma população de, aproximadamente, 7.054 habitantes, predominantemente rural (cerca de 70%), localizada na Zona da Mata mineira. É um município de pequeno porte; do total da população, 26,6% (1.898) vivem na área rural; e 82,2% são representados por pequenos agricultores familiares. A área territorial deste é de 106.875 km², limitando-se com os municípios de Viçosa, Cajuri, Ervália, São Geraldo e Visconde do Rio Branco.

Coimbra está localizada numa posição privilegiada no Estado de Minas Gerais, tanto no contexto geográfico quanto no histórico, por sua proximidade com Belo Horizonte, Ouro Preto, Rio de Janeiro e São Paulo. É uma região com acesso às principais rodovias do país (Figura 1), o que facilita o transporte dos produtos agrícolas produzidos em Coimbra, MG até as Centrais de Abastecimentos (CEASA) de São Paulo, Rio de Janeiro e de Belo Horizonte, além de outros centros urbanos da região (IBGE, 2013).



Fonte: Prefeitura Municipal de Coimbra, MG
Figura 1 – Localização de Coimbra, MG.

Este município conta, atualmente, com dois setores de ensino público: um municipal e outro estadual. A rede pública municipal é composta pelo Departamento Municipal de Educação, que atende a três escolas: a Creche Municipal, a Educação Infantil e a do 6º ao 9º

ano do Ensino Fundamental. Já a rede estadual é constituída por uma escola que atende ao público dos níveis de ensino fundamental e médio.

Conta ainda com uma agência do Banco do Brasil, que disponibiliza linhas de crédito para os agricultores familiares da região, como o Programa Nacional de Fortalecimento aos Agricultores Familiares (PRONAF). Este Programa é uma das políticas públicas que oferece crédito a municípios e agricultores, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (BASTOS et al., 2015).

Há um escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG), que tem o objetivo de dar suporte aos agricultores familiares do município, incluindo o auxílio na aquisição de financiamento com o Banco do Brasil (BASTOS et al., 2015).

No que se refere à estrutura fundiária, de acordo com os dados do IBGE (2010), Coimbra é formada por pequenas e médias propriedades rurais, voltadas para a agricultura de subsistência e comercialização, em baixa escala, assim como para criação de gado para corte e leite.

A agricultura familiar no município de Coimbra se destaca na produção de alguns produtos, como café, feijão, milho em grão, tomate, bem como a avicultura e pecuária (IBGE, 2013).

A estrutura econômica deste município é com base na oferta de serviços, no setor agropecuário, destacando a indústria em terceiro lugar em termos de Produto Interno Bruto (PIB). De acordo com o IBGE (2013), o PIB de serviços foi de R\$ 24.469.000,00, o que corresponde a 56%; e o da indústria, de R\$ 4.451.000,00, correspondendo 10%. Já a agricultura é o setor com a segunda maior importância econômica, cujo o PIB foi de R\$ 14.491.000,00, que representa 34%, sendo o PIB agrícola maior, proporcionalmente, que o PIB agrícola do Estado de Minas Gerais, de 9% do PIB total (IBGE, 2013).

Com relação à produção agrícola, o valor do rendimento médio mensal *per capita* dos domicílios rurais foi de R\$ 311,00. O município possuía 743 propriedades rurais cadastradas no INCRA no ano de 2014, predominando a agricultura familiar. De acordo com os registros da EMATER-MG (2016), estão cadastrados 1.398 agricultores familiares no município, os quais recebem orientação sobre os programas governamentais destinados a este setor, como o

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), entre outros. A EMATER-MG (2016) destacou ainda que o município foi contemplado, em 2011 e 2012, com o prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar¹. Em 2016, Coimbra tinha cinco agricultores familiares sendo beneficiados no PNAE (EMATER-MG, 2016).

Coimbra está localizada em um eixo dinâmico, pois se encontra próxima aos centros consumidores e produtores, além de suas características naturais de clima e solo adequados para região, o que possibilita algumas aptidões para o desenvolvimento rural (IBGE, 2010).

1.3.3 Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos deste estudo foram os agricultores familiares, os quais residem na zona rural de Coimbra, MG, exercem atividade agrícola, são cadastrados no escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MG) e detêm a Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP) Principal por Unidade Familiar.

Segundo os dados da EMATER-MG (2015), seção de Coimbra, MG, 1398 agricultores familiares foram cadastrados na EMATER-MG de Coimbra e, destes, 244 são agricultores familiares considerados aptos a participarem do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar (PAGAAF).

1.3.4 Coletas de dados

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se das seguintes técnicas: pesquisa documental, entrevista semiestruturada, questionário semiestruturado e observação, que serão abordados a seguir.

1.3.4.1 Pesquisa Documental

A pesquisa documental foi utilizada em conjunto com a entrevista, na primeira etapa da coleta de dados, com vistas a alcançar o primeiro objetivo específico que trata da análise

¹ É um prêmio pelas boas práticas na gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), promovido pela organização não-governamental Ação Fome Zero (FNDE, 2015).

do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, considerando seus objetivos, diretrizes e metas, bem como as percepções das entidades executoras.

De acordo com Souza, Kantorski e Luis (2011), a pesquisa documental consiste em identificar, verificar e apreciar os documentos com uma finalidade específica. Os documentos se constituem de registros escritos. Estes por sua vez, fornecem um conjunto de informações, que possibilitam compreender fatos e relações, entendidas como manifestações registradas de aspectos da vida social de determinado grupo.

Primeiramente, foram consultados os portais digitais do Governo, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (<http://www.fnde.gov.br/>), Ministério da Educação (<http://portal.mec.gov.br/>), Ministério do Desenvolvimento Agrário (<http://www.mda.gov.br/>) e Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (<http://www.agricultura.gov.br/>), tendo por meta verificar leis e resoluções com intuito de identificar a trajetória do Projeto de Aquisição de Gênero Alimentício da Agricultura Familiar (PAGAAF). Iniciou-se pela Lei nº 11.947/2009, que rege o Projeto, bem como suas resoluções, como as de nº 38, de 16 de julho de 2009; nº 26, de 17 de junho de 2013; e nº 4, de 02 de abril de 2015.

Em seguida, realizou-se o levantamento de cópias dos documentos existentes na entidade de apoio, representada pela EMATER-MG local, e nas Entidades Executoras do Projeto, representadas pelo Departamento Municipal de Educação e pela Escola Estadual do município de Coimbra, MG, como cadastros, relatórios, declarações, atas de reuniões, chamadas públicas, contratos, prestações de contas etc, conforme apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Documentos disponibilizados pelas Entidades Executoras e de Apoio referente aos anos 2009 a 2016, Coimbra-MG, Brasil

ENTIDADES EXECUTORAS	
Municipal	Estadual
Atas do Conselho de Alimentação Escolar Contratos com os Agricultores Familiares Editais de Chamadas Públicas Notas Fiscais, Empenho e ordens de pagamento Projetos de Vendas Relatórios do Sistema de Gestão de Prestação de Contas	Atas e Declarações da Escola Contratos com os Agricultores Familiares Editais de Chamadas Públicas Notas Fiscais Cópias de Cheques Projetos de Vendas Prestação de Contas Termo de Compromisso: Caixa Escolar
ENTIDADE DE APOIO	
EMATER-MG	
Cadastro de Clientes (Agricultores Familiares) Extrato das Declarações de Aptidões do PRONAF (DAP) Principais Relatórios Anuais de Atividades	

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

1.3.4.2 Entrevista semiestruturada

A entrevista semiestruturada, utilizada conjuntamente com a pesquisa documental, para atender ao primeiro objetivo “analisar o Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, considerando os objetivos, as diretrizes e as metas previstas na Legislação Federal, bem como as percepções das entidades executoras”. Para atender ao quarto objetivo: “analisar as repercussões do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar na vida dos agricultores familiares beneficiários, no município de Coimbra, MG”, utilizou-se a entrevista semiestruturada em conjunto com a observação.

Segundo Marconi e Lakatos (2011), entrevista é definida como o encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversa de natureza profissional. Para Manzini (1991, p. 154), “a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual se elabora um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”. Assim, de acordo com Minayo (2009), a entrevista semiestruturada permite obter o maior número possível de informações sobre determinado tema e também um maior detalhamento do assunto em questão.

As entrevistas semiestruturadas (Apêndice III e IV) foram realizadas nas Entidades Executoras (EEs), representadas pela Secretaria Municipal de Educação e Escola Estadual do município de Coimbra, e a Entidade de apoio, a EMATER-MG, envolvidas no Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, no âmbito do PNAE. Foram entrevistadas a Secretária de educação como representante da EE municipal e a gestora financeira da EE Estadual. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas e sistematizadas.

1.3.4.3 Questionário semiestruturado

Com intuito de alcançar o segundo e o terceiro objetivos, respectivamente: “identificar o perfil socioeconômico dos agricultores familiares e suas condições de produção, tanto dos beneficiários quanto dos não beneficiários do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura” e “avaliar a efetividade do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar na vida dos agricultores familiares beneficiários em comparação com os agricultores familiares não beneficiários do Projeto, considerando suas repercussões na Qualidade de Vida”, foi utilizado o questionário semiestruturado.

De acordo com Vergara (2007), o questionário é um instrumento de investigação que visa recolher informações baseando-se, geralmente, na inquisição de um grupo representativo da população em estudo. Segundo Hair (2005), o questionário envolve a coleta de informações de uma grande amostra de indivíduos; e os dados colhidos podem variar entre crenças, opiniões, atitudes e até informações gerais sobre a experiência do indivíduo, como gênero, idade, escolaridade, renda etc.

O questionário semiestruturado (Apêndice I e II) foi subdividido em três blocos. O Bloco 1 refere-se à identificação do perfil socioeconômico do agricultor familiar e sua família; o 2 à produção e comercialização agrícola familiar; e o 3 à percepção da política e seus resultados, após a implementação do Projeto.

O questionário foi aplicado no período de 18 de julho a 10 de setembro de 2016 a todos os agricultores familiares relacionados na amostragem calculada a seguir.

1.3.4.3.1 Composição da Amostra

Em relação ao tamanho da amostra, considerando-se para seu cálculo o universo correspondente ao número de agricultores familiares cadastrados pela EMATER-MG, os quais detêm a DAP Principal por Unidade Familiar e residem na zona rural do município de Coimbra, MG, foram contabilizados 244 agricultores familiares como a população. Desta população, selecionou-se em nível de confiança de 95% e erro amostral de 5%, uma amostra igual a 149 indivíduos, conforme Equação 1 (Triola, 2005).

$$n = \frac{\sigma^2 \times p \times q \times N}{\varepsilon^2 (n - 1) + (\sigma^2 \times p \times q)} \quad \text{Equação 1}$$

em que:

$n = 149$, tamanho da amostra, adimensional;

$\sigma = 1,96$, nível de confiança, adimensional;

$p = 0,50$, probabilidade de ocorrência do fenômeno, adimensional;

$q = 0,50$, probabilidade de não ocorrência do fenômeno, adimensional;

$N = 244$, população, unidades; e

$e = 0,05$, erro, adimensional.

Identificados os setores (que agrupam as comunidades rurais do município estudado) e determinada a amostra de indivíduos, foi selecionada, na Tabela 1, a amostragem estratificada, que é aplicada quando há a necessidade de dividir a população em estratos homogêneos, como por área, comunidade, classe social, faixa etária, sexo etc.

Na Tabela 1 são apresentados os setores onde foram divididas as 15 comunidades existentes no município de Coimbra-MG.

Tabela 1 - Amostra estratificada e quantidade de questionários aplicados

Setor	Comunidades	Agricultores		Tamanho da Amostra	Questionários	
		Quantidade	%		Total	Aplicados
1	Gramma, São João, São Paulo, Reta	41	17	25,33	25	25
2	Estiva, Piedade, São Roque	57	23	34,27	34	38
3	Chorão, Marengo, Quartéis	71	29	43,21	43	47
4	Marreco, São Venâncio	40	16	25,33	25	25
5	Boa Vista, São Mateus, Moinhos	35	14	22,35	22	22
Total	--	244	99	150,49	149	157

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Observa-se, na Tabela 1, que, além da estratificação, apresenta-se o total de aplicações dos questionários, evidenciando que este montante superou a amostra determinada. Nota-se, com isso, que a aplicação dos questionários conseguiu abordar 157 agricultores familiares.

1.3.4.4 Observação

A observação consiste em uma técnica utilizada em estudos de caso². Este foi desenvolvido na terceira etapa da coleta de dados e visou a compreensão da dinâmica da vida cotidiana dos pequenos agricultores, bem como o impacto na qualidade de vida destes, após inserção no PAGAAF. Esta etapa buscou atender ao quarto objetivo específico: “analisar as repercussões do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar na vida dos agricultores familiares beneficiários, no município de Coimbra, MG”.

No decorrer das observações, buscou-se conhecer se houveram mudanças, após a participação no Projeto, na forma como os agricultores familiares organizavam sua produção, suas técnicas utilizadas no processo, o envolvimento da família no cultivo dos alimentos, os canais de comercialização usados e as dificuldades enfrentadas para entrega dos produtos.

As observações ocorreram no período de outubro a dezembro de 2016, em visitas às propriedades rurais e no acompanhamento de atividades cotidianas dos familiares. Foram 34 visitas com um total de 33 horas e 10 minutos de observações em dias e horários alternados. Estas visitas foram registradas em um diário de campo e também em fotografias, o que auxiliaram numa melhor compreensão e análise das realidades cotidianas vividas pelos agricultores e suas famílias.

1.3.5 Análise dos dados

1.3.5.1 Análise Qualitativa

Após o levantamento dos documentos, efetivou-se uma análise documental, a partir dos critérios estabelecidos nos objetivos e nas diretrizes da Lei nº 11.947/2009 e das

² Segundo Gil (2007), o estudo de caso permite uma análise mais intensa do fenômeno estudado, de uma maneira que seja possível um conhecimento amplo e detalhado sobre a realidade cotidiana do sujeito.

Resoluções nº 38, de 16 de julho de 2009; nº 26, de 17 de junho de 2013; e nº 4, de 02 de abril de 2015, conforme descritos a seguir:

- ✓ A regularidade e quantidade dos recursos repassados FNDE ao município.
- ✓ A aplicação de pelo menos 30% do total de recursos transferidos pelo FNDE para o PNAE na aquisição de alimentos da agricultura familiar do município.
- ✓ A forma de elaboração e publicação das chamadas públicas está dentro da norma estabelecida.
- ✓ A quantidade de chamadas públicas realizadas no município.
- ✓ A priorização da seleção dos projetos de venda.
- ✓ A forma de organização dos agricultores familiares envolvidos no Projeto.
- ✓ Os alimentos fornecidos atendem ao cardápio escolar (sazonalidade e peculiaridade da produção agrícola familiar).
- ✓ Os preços são ou não compatíveis com o do mercado.
- ✓ O limite individual de venda dos agricultores familiares.

Os dados provenientes da análise documental foram armazenados em banco de dados, no *Microsoft Office Excel 2007*, composto de tabelas independentes para cada aspecto analisado: valores transferidos pelo FNDE a cada Entidade Executora do projeto; produtos fornecidos às Entidades Executoras; e síntese dos critérios analisados comparativamente entre as duas Entidades Executoras.

As informações obtidas pelas entrevistas semiestruturadas, foram analisadas, destacando elementos que auxiliassem na operacionalização PAGAAF no município, seguindo os critérios estabelecidos acima, visando complementar a análise documental.

Os dados das entrevistas serviram também, para análise das repercussões do PAGAAF na vida do agricultor, considerando as categorias, econômica e social, com desdobramentos em outras oito subcategorias, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Categorias e subcategorias

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Econômica	Produção e Mercado Trabalho e Renda Modo de Produção
Social	Organização Social Envolvimento Familiar Relações Institucionais Qualidade de Vida

Fonte: Dados da pesquisa, 2016, com base nos referenciais teórico de Bittencourt (2007), Manfiolli (2014), Oliveira (2015) e Cunha (2015).

No Quadro 2, estão descritas as categorias e suas respectivas subcategorias. A categoria econômica é constituída pelas subcategorias produção e mercado; trabalho e renda e modo de produção. Estas subcategorias poderão indicar os efeitos do projeto de aquisição de alimentos na vida do agricultor, como aumento e diversificação da produção, abertura de novos mercados de comércio, dificuldade de comercialização, inserção de novas culturas em relação à tradição local, organização do trabalho e renda familiar. Já a categoria social tem como subcategorias forma de organização social local, envolvimento familiar no processo de produção, relações das entidades com os produtores e impacto na qualidade de vida do agricultor familiar depois da implementação do Projeto.

1.3.5.2 Análise Quantitativa

A análise quantitativa constou do tratamento dos dados do questionário, dividido em três blocos. O bloco 01 que tratava do perfil do agricultor familiar e de sua família, o bloco 02 com informações referentes à produção e à comercialização e o bloco 03 diz respeito à percepção da política e seus resultados após a implementação do Projeto (Apêndice I e II).

Utilizou-se o modelo teórico de Metzen et al. (1980), que se baseia na premissa de que a satisfação com a qualidade de vida na unidade familiar, dentro de um contexto comunitário, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Categoria e suas subcategorias

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS
Qualidade de Vida	Vida familiar Geração de Renda Saúde Moradia Educação Alimentação Relacionamentos e Ajudas Bem-estar consigo mesmo Lazer Serviços Comunitários Religião Trabalho e Produção Meio Ambiente Integração Social e Política Segurança Física

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

No Quadro 3, encontram-se descritas as 15 subcategorias básicas elencadas para o que as pessoas acreditam ser qualidade de vida: vida familiar, geração de renda, saúde, moradia, educação, alimentação, relacionamentos e ajudas, bem-estar consigo mesmo, lazer, serviços comunitários, religião, trabalho e produção, meio ambiente, integração social e política e segurança física.

As informações obtidas foram analisadas utilizando-se a estatística descritiva e a distribuição de Frequências. Os dados foram tratados utilizando-se o *Software* estatístico MS *Excel* e *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). O tratamento estatístico baseou-se no teste de médias, de modo a permitir a constatação de possíveis diferenças entre as médias do grupo de beneficiários do PAGAAF e do grupo dos não beneficiários em relação à satisfação com a política pública e qualidade de vida.

As técnicas adotadas foram:

- a) **Análise Exploratória dos Dados** – avalia e expõe o comportamento geral das variáveis, utilizando técnicas da Estatística Descritiva (média) e Distribuição de Frequências (absoluta e relativa).
- b) **Alfa de Cronbach** – utilizado para verificar a confiabilidade das subcategorias da Qualidade de Vida, ou seja, validar os constructos em que a categoria apresenta alta correlação (HAIR et al., 2005). O Alfa de *Cronbach* permite valores no intervalo de 0 a 1, e os valores baixos indicam que os itens utilizados na escala não medem adequadamente o constructo utilizado (HAIR et al., 2005). Alguns autores argumentam que para um instrumento ou teste ser classificado como tendo confiabilidade apropriada, o alfa deve ser pelo menos 0,70. Em alguns cenários em ciências sociais, um alfa de 0,60 é considerado aceitável desde que os resultados sejam interpretados com precaução (MAROCO; GARCIA-MARQUES, 2006; MOREIRA, 2014).
- c) **Escala Somada** - permite que várias afirmações sejam somadas para formar um escore total para um constructo (HAIR et al., 2005; MOREIRA, 2014) e, assim, possibilitar a comparação entre grupos.
- d) **Teste Qualidade de Vida (QV)** - analisa as diferenças entre os escores médios individuais, em cada uma das dimensões. Foi utilizado o teste t para duas amostras independentes. Este teste é aplicado é pretendido comparar as médias de uma variável quantitativa em dois grupos diferentes de sujeitos, ou seja, o grupo controle (não beneficiário) e grupo de

tratamento (beneficiário) (PESTANA; GAGEIRO, 2008; MAROCO, 2007). As hipóteses estatísticas desse teste podem ser assim apresentadas:

- ✓ $H_0: X_0 = X_1$, a média da satisfação dos beneficiários é igual à média de satisfação dos não beneficiários.
- ✓ $H_1: X_0 \neq X_1$, a média da satisfação dos beneficiários é diferente da média de satisfação dos não beneficiários.

Cabe ressaltar que no teste Qualidade de Vida, a decisão de rejeição ou não das hipóteses foi tomada com base no p valor (*p value*), que indica a probabilidade estimada de rejeição da hipótese nula. Como se admitiu nível de significância a 5%, qualquer p valor abaixo deste rejeita-se H_0 . Assim, foram analisadas a descrição estatística e a comparação de médias da satisfação com a qualidade de vida dos dois grupos, o beneficiário e o não beneficiário.

1.3.6 Aspectos Éticos

A metodologia da dissertação foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa, de acordo com o parecer nº 1.587.022.

Os agricultores familiares cadastrados pela EMATER-MG e residentes do município de Coimbra, MG foram convidados a participarem da pesquisa, sendo apresentados aos participantes os objetivos da pesquisa, os aspectos éticos envolvidos e o procedimento de coleta de dados. Os estudos foram feitos por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com base na Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, CAAE, nº 50757715.3.0000.5153.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Anpocs; Campinas: UNICAMP, 1992. p. 135-207.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007. Disponível em: <<http://www.feis.unesp.br/Home/departamentos/fitotecniatecnologiadealimentosesocioeconomia716/antoniolazarosantana/conceito-de-agricultura-familiar.pdf>>. Acesso em: 04 Jan 2017.

ARAÚJO, Cidália; PINTO, Emília M. F.; LOPES, José; NOGUEIRA, Luís; PINTO, Ricardo. **Estudo de caso**. Métodos de investigação em educação. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2008. Disponível em: < [http://docplayer.com.br/212402 - Universidade-do-minho-instituto-de-educacao-e-psicologia.html](http://docplayer.com.br/212402-Universidade-do-minho-instituto-de-educacao-e-psicologia.html) >. Acesso em: 04 Jan 2017.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 2001. p. 29-39.

_____. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS, 2000. 155 p.

BASTOS, Rosária Cal; EMMENDOERFER, Magno Luiz; SILVEIRA, Suely Fátima Ramos; GOMES, André Luis. Queremos ficar no meio rural, mas como? **Revista Tecnologia de Administração e Contabilidade**, Rio de Janeiro, v.5 n.2, p.147-164, 2015.

BITTENCOURT, Jaqueline Marcela Villafuerte. **Uma avaliação da efetividade do Programa de Alimentação Escolar no município de Guaíba**. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 1, 25 jul. 2006.

_____. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União**, 17 jun. 2009.

_____. Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Diário Oficial da União**, 17 jun. 2009.

_____. Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial da União**, 18 jun. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Produtos da agricultura familiar contribuem para alimentação escolar sustentável**. 2014. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/noticia/produtos-da-agricultura-familiar-contribuem-para-alimentao-escolar-mais-saudvel-26121>>. Acesso em: 05 Jan 2017.

_____. Resolução/CD/FNDE nº 4, de 2 de abril de 2015. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Diário Oficial da União** 16 abr. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial (PEDET) para 33 municípios pertencentes à microrregião do Vale do Piranga e microrregião da Zona da Mata Norte do Estado de Minas Gerais**. Viçosa: UFV, 2015.

CAVALCANTI, Mônica Maria de Arruda. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: uma abordagem conceitual. **Revista Interfaces de Saberes**, João Pessoa, PB. v. 6, n. 1, p.1-13, 2006.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995. 236 p.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1999. 312 p.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 49, n. 2, p. 105-126, abr./jun. 1998.

CUNHA, Carla Giane Soares da. **Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. Porto Alegre: Secretaria de Coordenação e Planejamento, 2006. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper29.pdf>>. Acesso em: 04 Jan 2017.

CUNHA, Wellington Alvim da. **Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar no contexto local**. 2015. 150f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2015.

CUNHA, Murilo Bastos da. Metodologias para estudo dos usuários de informação científica e tecnológica. **Análise. Bibliotecon de Brasília**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 5-19, jun./dez. 1982.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros; COSTA, Vera Mariza Henriques de Miranda. **Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente, SP**. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/igce/newpos/new_geo/downloads/2002/producao.pdf>. Acesso em: 05 Jan 2017.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS - EMATER-MG. **Orienta produtores na comercialização de produtos para o mercado institucional do PNAE**. Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site_tpl_paginas_internas&id=8741#.Vf66T0fF8Xg>. Acesso em: 04 Jan 2017.

FAGUNDES, Helenara; DE MOURA, Alessandra Ballinhas. Avaliação de programas e políticas públicas. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 89-103, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo. **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 11-27, jan./jun. 2003.

FRASSON, Ieda. **Critérios de Eficiência, Eficácia e Efetividade adotados pelos Avaliadores de Instituições Não-Governamentais Financiadoras de Projetos Sociais**. 2001. 319 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, SC, 2001.

_____. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária - o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. **Biblioteca Digital da Questão Agrária Brasileira**, v. 1-2, 398 p., 2013.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica**. São Paulo: Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, 1986. Disponível em: <<http://www.josenorbeto.com.br/AC-2007-38.pdf>>. Acesso em: 25 Jan 2017.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-259, jan./jun. 2000.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 05 Jan 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

HAIR, JR., J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise Multivariada de Dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de indicadores sociais 2010**. Estudos & Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsois2012.pdf>>. Acesso em: 05 Jan 2017.

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; DE LIMA, Jandir Ferrera. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 29, n. 2, p. 159-176, 2008.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Trad. Jehovanira C. de Souza. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

MANZINI, Eduardo José. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1991.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARINHO, Alexandre; FAÇANHA, Luís Otávio. **Programas Sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação**. Brasília, DF. IPEA, Texto para Discussão, n. 787.

MAROCO, João. **Análise Estatística com Utilização do SPSS**. 3ª ed. Lisboa: Sílabo, 2007.

MAROCO, João; GARCIA-MARQUES, Teresa. **Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas?** Instituto Superior de Psicologia Aplicada (I.S.P.A.), Portugal, p.65-90, 2006.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, n. 12, p. 57-67, 2012.

MARQUES, Amanda de Andrade; FERNANDES, Maria das Graças Melo; LEITE, Ivonaldo Neres; VIANA, Rodrigo Toledo; GONÇALVES, Maria da Conceição R.; CARVALHO, Alice Teles de. **Reflexões de agricultores familiares sobre a dinâmica de fornecimento de seus produtos para a alimentação escolar: o caso de Araripe, Ceará**. Saúde e Sociedade, v. 23, n. 4, p. 1329-1341, 2014.

MARTINS, Sergio Paganini; CAVALCANTI, Lita I. Avaliação do impacto da execução do PAA no Estado do Rio Grande do Norte. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 1, n. 1, p. 1-30, 2007.

MENEGUIN, Fernando B.; FREITAS, Igor Vilas Boas de. **Aplicações em avaliação de políticas públicas: metodologia e estudos de caso**. Brasília, DF, 2013. P. 1-23. (Textos para Discussão, 123).

METZEN, E.; WILLIAM, F. L.; SHULL, J.; KEEF, D. R. **Quality of life as affected by area of residence**. I Project descript. Columbia: University Missoure, College of Agriculture, Agricultural Experiment Station, 1980. 112 p. (Research Bulletin, 1036)

OLIVEIRA JÚNIOR, Lourival Batista de. **Mata mineira: um estudo sobre a exclusão social e os limites e possibilidades das políticas de desenvolvimento territorial**. 329 p. 2010. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.

OLIVEIRA, Leonardo Gomes de. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) da agricultura familiar: estudo de caso na microrregião de Ubá-MG**. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2015.

PESTANA, Maria Helena; GAGEIRO, José Nunes. **Análise de dados para ciências sociais a complementaridade do SPSS**. 5. ed. Lisboa: Sílabo, 2008.

PEIXINHO, Albaneide; BALABAN, Daniel; RIMKUS, Leah; SCHWARTZMAN, Flavia; GALANTE, Andrea Pólo. **Alimentação escolar no Brasil e nos Estados Unidos**. Mundo Saúde, v. 35, n. 2, p. 128-36, 2011.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 63-84, 2014.

PLEIN, Clério. Capitalismo, agricultura familiar e mercantilização. **Revista GEPEC**, v. 85903, p. 96-111, 2010.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. **O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil**. Revista Administração Pública. Rio de Janeiro, RJ, v. 5, n. 46, p. 1271-1294, set/out. 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.

ROSSI, Fabiana Ribeiro. **O programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar no município de São Carlos: impactos socioeconômicos nos agricultores familiares beneficiários**. 2012. 177f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2012.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Brasília, DF: CAPES/UAB, 2009. 130 p.

SANTOS, Marcelino Oliveira. **Políticas públicas e controle social: descentralização após Constituição de 1988**. In: Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas Na Sociedade Contemporânea, 11, Santa Cruz do Sul, SC. **Anais...** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2015.

SARAIVA, Elisa Braga; SILVA, Ana Paula Ferreira da Silva; SOUSA, Anete Araújo de; CERQUEIRA, Gabrielle Fernandes; CHAGAS, Carolina Martins dos Santos; TORAL, Natacha. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciências, Saúde e Coletividade**, v. 18, n. 4, p. 927-936, 2013.

SCHNEIDER, Sérgio. Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais**, v. 4, n. 1, p. 85-131, 2010.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 133 p.

SILVA MARTINS, Juniele; MENDES, Estevane de Paula Pontes. **Agricultura familiar no Brasil: características e estratégias da Comunidade Cruzeiro dos Martírios, município de Catalão (GO)**. In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 19, 2009, São Paulo, SP, p. 1-28. 2009.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, n. 16, p. 20-45, jun./dez. 2006.

_____. **“Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, SP, v. 18, n. 51, p. 15-20, fev. 2003.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos**

municípios do circuito das frutas (SP). Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 52, p. 205-222, 2014.

SOUZA, Jacqueline de; KANTORSKI, Luciane Prado; LUIS, Margarita Antônia Villar. **Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental**. Revista Baiana de Enfermagem, Salvador, v. 25, n. 2, p. 221-228, maio/ago. 2011.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR, p. 1-11, 2002.

TINOCO, Sonia Terezinha Juliatto. **Conceituação de agricultura familiar**: uma revisão bibliográfica. Disponível em: < http://www.infobibos.com/Artigos/2008_, v. 4, 2014>. Acesso em: 05 maio 2016.

TRICHES, Rozane Márcia; BACCARIN, José Giocomo. **Interações entre alimentação escolar e agricultura familiar para o desenvolvimento local**. In: TEO, C. R. P. A.; TRICHES, Rozane Márcia. (Orgs.). **Alimentação escolar** - construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento. Chapecó, SC: Argos, 2016. p. 89-110.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. O positivismo; a fenomenologia; o marxismo. In: Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. O positivismo; a fenomenologia; o marxismo. Atlas, p. 175, 2015.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 1, n. 21, p. 42-61, 2003.

ARTIGO 1 - PROJETO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE COIMBRA, MG

1. RESUMO

O Brasil passou por um processo de modernização da agricultura a partir de 1950, privilegiando os setores agropecuários mais capitalizados, o que causou forte impacto econômico-social no meio rural. Este processo, para os pequenos agricultores, foi seletivo e excludente, resultando na redução do número destes produtores e no aumento da desigualdade social e do êxodo rural. Apesar de a agricultura familiar ser fundamental, tanto para a economia brasileira quanto para a melhoria na qualidade de vida da população, os agricultores familiares vêm ainda enfrentando diversos desafios para manter e permanecer no meio rural, o que exige políticas adequadas à realidade rural. Diversas políticas públicas foram formuladas no sentido de garantir sua reprodução, enquanto produtora de alimentos básicos para consumo da população, além da inserção dos agricultores familiares no mercado, buscando proporcionar melhorias econômicas, sociais e fixar e ocupar o homem no campo. Diante disso, este artigo tem como principal objetivo analisar o Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, no município de Coimbra, MG. A partir das diretrizes da ação política por meio do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, foi verificado se as metas do Programa estão sendo efetivamente alcançadas, conforme proposto nos dispositivos legais, avaliando os pontos importantes sobre a conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar, o que proporciona o fortalecimento da agricultura familiar, a dinamização das economias locais e a valorização da produção familiar, a partir de formas alternativas de produção e comercialização dos alimentos dos agricultores familiares, reduzindo o êxodo rural e a pobreza rural e urbana. Os resultados indicaram eficácia na política de compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar no âmbito da alimentação escolar, no município de Coimbra, MG, tornando-se um importante mecanismo de comercialização que proporciona benefícios socioeconômicos aos agricultores familiares.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, PNAE, Produção Agrícola.

2. ABSTRACT

Brazil has undergone a process of modernization of agriculture since 1950, favoring the most capitalized agricultural sectors, which has had a strong economic and social impact in the rural environment. This process, for small farmers, was selective and exclusive, culminating in the reduction of the number of these producers and the increase of social inequality and rural exodus. Although family farming is fundamental to both the Brazilian economy and the improvement in the quality of life of the population, family farmers are still facing various challenges to maintain, develop and remain in rural areas, which requires policies that are appropriate to the rural reality. Several public policies were formulated to guarantee their reproduction as a producer of basic foodstuffs for food, besides the insertion of family farmers in the market, seeking to provide economic and social improvements, as well as the establishment and occupation of the man in the field. In view of this, this article has as main objective to analyze the operationalization of the Project of Acquisition of Food Products of Family Agriculture, in the municipality of Coimbra, MG. From the guidelines of the political action through the Project of Acquisition of Foodstuffs of Family Agriculture, it was verified

that the goals of the program are being effectively achieved, as proposed in the legal provisions, evaluating the important points about the connection between family agriculture and School feeding, strengthening family farming, boosting local economies and enhancing family production through alternative forms of food production and marketing for family farmers, reducing rural exodus and rural and urban poverty. The verified results indicate an efficacy in the policy of purchase of foodstuffs from family farms in the field of school feeding in the municipality of Coimbra, MG, becoming an important commercialization mechanism that provides socioeconomic benefits to family farmers. And through the program that several actors articulate, they discuss the local reality and elaborate strategies to operationalize the program in the municipality. However, the results point to the low participation of family farmers in the program.

Keywords: Family Agriculture, PNAE, Agricultural Production.

3. INTRODUÇÃO

Este estudo de caso pretendeu analisar o funcionamento do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar (PAGAAF), considerando seus objetivos, diretrizes e metas, bem como as percepções das entidades executoras, no município de Coimbra, MG.

A partir de 1950, o Brasil passou por um processo denominado “modernização” da agricultura, que causou forte impacto econômico-social no meio rural. Privilegiando os setores agropecuários mais capitalizados, esse processo, para os pequenos agricultores, foi seletivo e excludente, culminando na redução do número de produtores e no aumento da desigualdade social e do êxodo rural (SILVA MARTINS; MENDES, 2009).

De acordo com os dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apesar de a agricultura familiar vir, no decorrer dos anos, demonstrando seu caráter fundamental, tanto para a economia brasileira quanto para a melhoria na qualidade de vida da população, esta ainda enfrenta diversos problemas, oriundos do modelo de desenvolvimento excludente e concentrador, ou seja, mesmo produzindo cerca de 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros (BRASIL, 2012), os pequenos agricultores familiares ainda continuam enfrentando diversos desafios para manter e permanecer no meio rural, como a baixa capitalização e dificuldade de acesso a linhas de créditos oficiais, a tecnologia e a comercialização (JUNQUEIRA; DE LIMA, 2008).

Segundo Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014), a desvalorização social desta atividade e o acelerado processo de êxodo rural estão dentro do conjunto de fatores que têm levado o Governo Federal, a partir de 1990, à formulação e efetivação de Políticas Públicas,

que visam inserir os agricultores familiares no mercado, buscando proporcionar melhorias econômicas e sociais, além de garantir a permanência desses no campo.

Destaca-se, a partir de 2000, a implementação de políticas públicas que visaram integrar a produção da agricultura familiar ao consumo de alimentos, como por exemplo, o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Dentre as ações que constituem o PNSAN, encontra-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que, a partir de sua reestruturação, em 16 de junho de 2009, passa a ter como parte integrante o Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, sendo denominado nesse estudo de PAGAAF. Este Projeto constitui uma das ações do Governo Federal com vistas à promoção do acesso do agricultor familiar a condições mínimas para sua fixação no campo, por meio da garantia de venda dos produtos excedentes (CUNHA, 2015).

De acordo com dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG), o PAGAAF está presente no município de Coimbra, MG, desde 2009, época de sua criação. Em 2011 e em 2012 os gestores municipais foram contemplados com o prêmio Gestor Eficientes da Merenda Escolar, destacando a participação de cinco agricultores familiares do município no projeto.

O município de Coimbra, MG está localizado na Zona da Mata Mineira, região estritamente agrária e composta predominantemente por agricultores familiares. De acordo com os dados do IBGE (2010), é uma região importante para o Estado de Minas Gerais, principalmente no que se refere à produção de alimentos. Entretanto, os municípios localizados nessa região do Estado vêm enfrentando situações de baixa densidade econômica, ocasionando aumento do êxodo rural e das desigualdades sociais (BRASIL, 2015). Este panorama aponta a invisibilidade e dificuldade de acesso dos pequenos produtores a condições tais que possibilitariam a sua manutenção no campo com uma condição adequada de qualidade de vida para si e respectivos familiares (OLIVEIRA JUNIOR, 2011).

A ação do Governo tornou-se, portanto, necessária para reverter esta situação a partir de formas alternativas de produção e comercialização dos alimentos, visando o fortalecimento e a diversificação da economia local.

4. REVISÃO DE LITERATURA

4.1 Construção do Conceito de Agricultura familiar

A agricultura familiar no Brasil vem sendo abordada em seus aspectos, social, econômico e político. O termo “agricultura familiar” se apresenta na dicotomia entre o conceito de campesinato. As discussões são significativas no meio acadêmico e no social, onde aparecem o conceito de camponês, como ultrapassado, e o de agricultura familiar, como moderno (ROSSI, 2012). Segundo Fernandes (2013), estas discussões se deve a alguma referência do paradigma do capitalismo agrário, sem levar em consideração o significado dos respectivos conceitos.

A divergência conceitual é discutida filosoficamente por vários estudiosos. Autores como Wanderley (2003), Altafin (2007), Marques (2012) e Rossi (2012) defendem o conceito do campesinato, reforçando a ideia dos pequenos produtores rurais como grupos que se opunham aos grandes latifúndios existentes na estrutura agrária do Brasil. Entretanto, autores, como Lamarche (1993), Abramovay (1992), Fernandes (2013) e Schneider (2010) sustentam o conceito de agricultura familiar como aquele utilizado para caracterizar as unidades de produção rural, estruturadas no trabalho familiar, que se identificam pela relação entre gestão, terra, trabalho e família, usando recursos técnicos integrados ao mercado.

Picolotto (2014) destaca que o reconhecimento da agricultura familiar não deve ser entendido como um conceito formal da categoria, definido em leis e políticas públicas, mas como um processo complexo de construção de grupos ou categorias sociais rurais que foram inferiorizadas historicamente e lutam por se fazer reconhecer perante a sociedade e perante o Estado. Para esse autor, a maioria dos conceitos adotados de agricultura familiar baseia-se na direção dos trabalhos, na renda gerada pela atividade agrícola, no tamanho da propriedade e na mão de obra utilizada.

Segundo Abramovay (1992), um fator que diferencia agricultura familiar da agricultura camponesa é a sua integração ao mercado e a capacidade de buscar adequar-se ao meio social e econômico em que se desenvolve, por vezes incorporando os principais avanços tecnológicos. O que é corroborado por Fernandes (2003 e 2013), para quem a integração ao mercado, o papel determinante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e a

incorporação de tecnologias no contexto da agricultura familiar, são elementos diferenciadores do agricultor familiar do camponês.

Para Naiff, Monteiro e Naiff (2009, p. 01) o sujeito camponês teria se tornado inoperante e se transformando, pelo caminho da modernidade capitalista, fato já apontado “nas obras seminais de Lênin (1980 e 1985), que explicava o processo de exploração e destruição do campesinato e a eliminação do camponês como fruto do avanço capitalista”.

O fato é que ambos os conceitos, apesar de representarem os mesmos sujeitos, são vistos como diferentes por meio dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário (PLEIN, 2010; FERNANDES, 2003, 2013). Entretanto, Tinoco (2008) entendeu que em todos os conceitos há um ponto em comum, ou seja, a família é a proprietária dos meios de produção e é ela que assume o trabalho na propriedade.

Apesar da discussão dos paradigmas acadêmicos que fundamentam o termo “agricultura familiar”, para as políticas governamentais voltadas para meio rural, este foi o adotado, principalmente a partir de 1990, quando o Governo brasileiro utiliza o termo “agricultura familiar” no discurso da formulação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (HESPANHOL; COSTA, 2000).

Posteriormente, o Governo Federal, por meio da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabeleceu as diretrizes da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A agricultura familiar é então, definida como: (a) aquela que é praticada pelo agricultor; (b) cuja mão de obra utilizada nas atividades econômicas é predominantemente familiar; (c) a renda familiar deve ter um percentual mínimo originário de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento; (d) a gerência da unidade produtiva deve ser exercida pela família e (e) a área do estabelecimento não pode ser maior que quatro módulos fiscais. Esta é a caracterização que norteia a seleção de produtores que poderão ser beneficiários dos programas e projetos para agricultura familiar. E, portanto, este será conceito adotado neste trabalho.

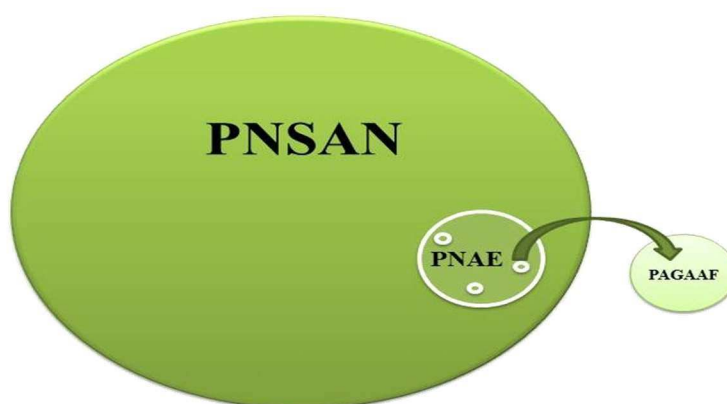
4.2 Políticas Públicas para a Agricultura Familiar

Segundo Teixeira (2002), Souza (2006) e Secchi (2010), as políticas públicas são de responsabilidade do Estado. Este tem o papel de desenvolver ações e intervenções que atendam às necessidades e aos interesses comuns da sociedade; ou seja, é o Estado quem

determina como os recursos serão utilizados para o benefício de seus cidadãos. Nesse sentido, as políticas públicas tornam-se diretrizes norteadoras de ações do próprio Estado, elaboradas para enfrentar um problema público, utilizando-se de diversos instrumentos, como leis, programas políticos e projetos.

No Brasil, as políticas públicas se desenvolvem tendo como pontos-chave questões de natureza social e econômica, sendo complementares e como finalidade comum em garantir os direitos sociais fundamentais tanto para melhorar as condições de vida de todos os cidadãos quanto para estimular o desenvolvimento econômico, social e político do país (SANTOS, 2015). Isso tem incentivado como destacaram Fagundes e Moura (2009), a expansão do processo de avaliação das políticas públicas, principalmente as sociais, como o PAA e o PNAE.

No que se refere às Políticas Públicas voltadas à agricultura familiar, encontra-se o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), que contempla o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o qual, a partir de sua reestruturação, em 16 de junho de 2009, passa a ter como parte integrante o Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar (PAGAAF), conforme esquematizado na Figura 2.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Figura 2 – Esquematização do Projeto de Aquisição de Gênero Alimentícios da Agricultura Familiar

Cunha (2006), em seu estudo intitulado “Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil” apresenta um conjunto de conceitos considerados essenciais para a compreensão da avaliação de políticas públicas, conforme ilustrado na Figura 3.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016, com base em Cunha (2006) e Teixeira (2009).

Figura 3 – Etapas das Ações de Políticas Públicas

A Política é a fase da formulação das metas, onde as propostas da sociedade ganham forma, seus objetivos são definidos e ao final são transformadas em programas. O Plano é o conjunto de programas que busca objetivos comuns, ou seja, são ações técnicas organizadas em uma sequência temporal com prioridades de atendimento. O Programa é o conjunto de atividades organizadas para serem implementadas e que permite alcançar os objetivos da Política. O Projeto é um instrumento direcionado para as mais variadas atividades interventivas, envolvendo várias ações com prazos, das quais resultam um produto final que pode ampliar ou aprimorar a ação do Governo no alcance dos objetivos do Programa, (Cunha, 2006; TEIXEIRA, 2009).

O Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar (PAGGAF) pretende ser um instrumento de ação do Governo Federal no fortalecimento da agricultura familiar por meio de um canal de comercialização dos produtos locais, gerando renda para os pequenos agricultores familiares. O PAGAAF foi regulamentado pela Lei nº 11.947/2009, de 16 de junho de 2009, e pelas Resoluções nº 38, de 16 de julho de 2009, nº 26, de 17 de junho de 2013, e nº 4, de 2 de abril de 2015, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), conforme descrito no Quadro 4.

Quadro 4 - Regulamentação do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar (PAGAAF)

Ano	Regulamentação	Propositor	Ponto importante
2009	Lei nº 11.947/2009	Governo Federal	Amplia o PNAE para toda rede pública de ensino e determina a obrigatoriedade aos estados, municípios e órgãos federais a adquirirem, no mínimo, 30% do repasse do FNDE, alimentos diretamente da agricultura familiar.
2009	Resolução nº 38	Ministério da Educação (MEC)	Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar no âmbito do PNAE. Destaque para o Capítulo VI – Da Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, artigos 18 a 24, que estabelece diretrizes, normas e metas para executar a aquisição exclusiva de alimentos.
2013	Resolução nº 26	Ministério da Educação (MEC)	Consolida normativos dispersos em vários dispositivos legais e insere novas orientações ao público, incluindo no Capítulo VI os artigos 25 a 32 que detalha a operacionalização da aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar.
2015	Resolução nº 04	Ministério da Educação (MEC)	Dispõe da alteração da redação dos artigos 25 a 32, para reestruturação do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para maior entendimento de sua operacionalização e maior participação dos agricultores familiares.

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

O Quadro 4 apresenta pontos importantes da regulamentação do PAGAAF que serão detalhados as seguir.

Está previsto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, a obrigatoriedade da compra por parte dos estados, municípios e órgãos federais de pelo menos 30% dos recursos repassados pelo FNDE de produtos provenientes da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural. A aquisição dos produtos diretamente da agricultura familiar é feito por meio de chamadas públicas, com dispensa de licitação.

Segundo Peixinho et al. (2011), um dos grandes avanços desta Lei foi apoiar o desenvolvimento sustentável, com o incentivo de aquisição de gêneros alimentícios, em âmbito local, por meio da participação dos agricultores familiares e dos empreendedores familiares rurais no PNAE, a partir da obrigatoriedade da utilização mínima de 30% do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE na compra de alimentos diretamente produzidos por eles. Saraiva et al. (2013) enfatizam que a aproximação entre agricultores

familiares e a escola pode promover uma integração com base em princípios de sustentabilidade, podendo contribuir com a redução do êxodo rural e das pobreza rural e urbana.

A aprovação desta Lei ampara o agricultor familiar, uma vez que obriga estados, municípios e órgãos federais a comprarem alimentos diretamente da agricultura familiar, por meio da relação entre a escola e o agricultor familiar, enfatizando assim a importância da intersetorialidade inserida nas políticas públicas por meio de suas ações. De acordo Marques et al. (2014), essa relação visa o fortalecimento da agricultura familiar, a dinamização das economias locais e a valorização da produção familiar, a partir de formas alternativas de produção e comercialização dos alimentos dos agricultores familiares, além de uma alimentação saudável e adequada aos alunos da rede pública de ensino.

Para o governo, a ideia é a de que o agricultor familiar seja beneficiado com a garantia de comercialização de seus produtos e uma fonte de renda regular, contribuindo para inclusão produtiva. Além de ser um estímulo ao cooperativismo e associativismo. E o município, por sua vez, amplie suas possibilidades de geração de emprego e renda, fortalecimento e diversificação da economia local e valorização dos hábitos locais (FNDE, 2014).

Paralelamente à Lei nº 11.947/2009, foi homologada a Resolução nº 38/2009, de 16 de julho de 2009, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que, em seu Capítulo VI – Da Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, artigos 18 a 24, estabelecem-se diretrizes, normas e metas para executar a aquisição exclusiva de alimentos. Esta resolução visa normatizar a operacionalização de compra da agricultura familiar, definindo as etapas e o modo de funcionamento, destacando-se que as compras sejam feitas de forma diversificada e localmente, com preços compatíveis com do mercado, priorizando os produtos orgânicos e, ou, agroecológicos, sempre que possível e dentro dos limites de vendas para cada agricultor familiar no valor de R\$ 9.000,00 (DAP/ano).

Em 17 de junho de 2013, foi aprovada, a criação da Resolução nº 26, incluindo os artigos 25 a 32, considerando o fortalecimento da agricultura familiar e a contribuição dela para o desenvolvimento social e econômico local, bem como a necessidade de consolidar normativos dispersos em vários dispositivos legais.

A inclusão destes artigos trouxe um detalhamento da operacionalização do Projeto, com vistas a: (a) estimular a organização dos agricultores familiares em cooperativas e

associações; (b) possibilitar a adequação da produção dos agricultores às necessidades da alimentação escolar; (d) conciliar o calendário agrícola com o calendário escolar; (e) definição dos preços da aquisição do alimento e (f) alterar o valor limite de venda do agricultor de R\$ 9.000,00/ano para R\$ 20.000,00/ano. Um ganho também para o agricultor familiar foi que, na definição dos preços de aquisição dos produtos, devem-se incluir todos os insumos exigidos na licitação e, ou, chamada pública, como despesas com frete, embalagens, encargos, entre outras coisas necessárias ao fornecimento (TRICHES; BACCARIN, 2016).

Vale ressaltar que, até 16 de junho de 2013, a lei não permitia a inclusão do agricultor familiar como fornecedor individual no PAGAAF. Mas, segundo Triches e Baccarin (2016), em razão do grande número de agricultores familiares que não se encontravam organizados em associações ou cooperativas, restringindo assim suas participações no Projeto, o Governo passa a incluir mais uma categoria de fornecedores para alimentação escolar, a categoria “Fornecedor Individual”. Portanto, na Resolução nº 26/2013 o texto passa a ser o seguinte: são considerados fornecedores:

- ✓ Fornecedor Individual – agricultor familiar detentor de DAP física, o qual não seja organizado em grupo;
- ✓ Grupos Informais – agricultores familiares, detentores da DAP física, organizados em grupos e apresentados à “entidade executora por uma entidade articuladora, responsável técnica pela elaboração do projeto de venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar”; e
- ✓ Grupos Formais – agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, detentores da DAP Jurídica, organizados em cooperativas e associações.

Em 02 de abril de 2015, é aprovada a Resolução nº 04/2015, que alterou a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução nº 26/2013. Todas as Entidades Executoras (EEs) devem utilizar esta Resolução no procedimento da Chamada Pública, que contempla modelos de documentos necessários para maior transparência e padronização, como Edital de Chamada Pública; Contrato de compra/venda; documento a ser utilizado na Pesquisa de Preço; e Projeto de Venda. Essa medida visa promover maior divulgação e compreensão entre os sujeitos envolvidos neste Projeto, incluindo secretários de educação, tanto municipais quanto estaduais, nutricionistas, conselheiros da alimentação escolar, órgãos de assistência técnica e extensão rural, agricultores familiares, entre outros (FNDE, 2015).

De acordo com a análise de Triches e Baccarin (2016), as reestruturações legais apresentadas, se comparadas com as formas convencionais de compras públicas, são consideradas um avanço no sentido de facilitarem e flexibilizarem as legislações em prol da dinamização das economias local e regional, com ampliação de canais de comercialização para os pequenos produtores.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho utilizou-se da pesquisa qualitativa, que fez uso, tanto da pesquisa documental quanto da entrevista semiestruturada, visando analisar o funcionamento do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, considerando os objetivos, diretrizes e metas, bem como as percepções das entidades executoras.

De acordo com Triviños (2015), a pesquisa qualitativa visa entender o significado, por meio da percepção do fenômeno dentro do seu contexto, captando não só a aparência do fenômeno, mas procurando sua origem, suas relações e suas mudanças, tentando compreender suas consequências. A pesquisa documental consiste em identificar, verificar e apreciar os documentos com uma finalidade específica (SOUZA, KANTORSKI, LUIS, 2011). Já a entrevista semiestruturadas permite obter o maior número possível de informações sobre determinado tema e também um maior detalhamento do assunto em questão (MINAYO, 2009).

Primeiramente, foram consultados os portais digitais do Governo, tais como Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (<http://www.fnnde.gov.br/>), Ministério da Educação (<http://portal.mec.gov.br/>), Ministério do Desenvolvimento Agrário (<http://www.mda.gov.br/>) e Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (<http://www.agricultura.gov.br/>), tendo por meta verificar leis e resoluções com intuito de identificar a trajetória do Projeto de Aquisição de Gênero Alimentício da Agricultura Familiar (PAGAAF), iniciando-se pela Lei nº 11.947/2009, que rege o projeto, bem como suas Resoluções, como as de nº 38, de 16 de julho de 2009; nº 26, de 17 de junho de 2013; e nº 4, de 02 de abril de 2015.

No segundo momento, realizou-se o levantamento de cópias dos documentos existentes na entidade de apoio, representada pela EMATER-MG local, e nas Entidades

Executoras do projeto representadas pelo Departamento Municipal de Educação e pela Escola Estadual do município de Coimbra, MG, conforme apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 - Documentos disponibilizados pelas Entidades Executoras e de Apoio referente aos anos de 2009 a 2016, Coimbra-MG, Brasil

ENTIDADES EXECUTORAS	
Municipal	Estadual
Atas do Conselho de Alimentação Escolar	Atas e Declarações da Escola
Contratos com os Agricultores Familiares	Contratos com os Agricultores Familiares
Editais de Chamadas Públicas	Editais de Chamadas Públicas
Notas Fiscais, Empenho e ordens de pagamento	Notas Fiscais
Projetos de Vendas	Cópias de Cheques
Relatórios do Sistema de Gestão de Prestação de Contas	Projetos de Vendas
	Prestação de Contas
	Termo de Compromisso: Caixa Escolar
ENTIDADE DE APOIO	
EMATER-MG	
Cadastro de Clientes (Agricultores Familiares)	
Extrato das Declarações de Aptidões do PRONAF (DAP) Principais	
Relatórios Anuais de Atividades	

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

A pesquisa documental teve por base os documentos dos anos de 2009 a 2016, apresentados no Quadro 5, que foram disponibilizados pelo Departamento Municipal de Educação, pela Escola Estadual e pela EMATER-MG do município de Coimbra, MG.

Após o levantamento dos documentos, realizou-se uma análise documental, a partir dos critérios estabelecidos nos objetivos e nas diretrizes da Lei nº 11.947/2009 e das Resoluções nº 38, de 16 de julho de 2009; nº 26, de 17 de junho de 2013; e nº 4, de 02 de abril de 2015, conforme descritos a seguir:

- ✓ A regularidade e quantidade dos recursos repassados FNDE ao município.
- ✓ A aplicação de pelo menos 30% do total de recursos transferidos pelo FNDE para o PNAE na aquisição de alimentos da agricultura familiar do município.
- ✓ A forma de elaboração e publicação das chamadas públicas está dentro da norma estabelecida.
- ✓ A quantidade de chamadas públicas realizadas no município.
- ✓ A priorização da seleção dos projetos de venda.
- ✓ Forma de organização dos agricultores familiares envolvidos no projeto.

- ✓ Os alimentos fornecidos atendem ao cardápio escolar (sazonalidade e peculiaridade da produção agrícola familiar).
- ✓ Os preços são ou não compatíveis com o do mercado.
- ✓ O limite individual de venda dos agricultores familiares.

Os dados provenientes da análise documental foram armazenados em banco de dados, desenvolvidos no *Microsoft Office Excel 2007*, composto de planilhas independentes para cada aspecto analisado: valores transferidos pelo FNDE a cada Entidade Executora do Projeto; produtos fornecidos às Entidades Executoras; e síntese dos critérios analisados comparativamente entre as duas Entidades Executoras.

Em seguida, com o intuito de complementar a análise documental, aplicou-se a entrevista semiestruturada na Entidade de apoio e nas Entidades Executoras, no período de 2016. Optou-se pela entrevista semiestruturada, que de acordo com Manzini (1991, p. 154), “a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual se elabora um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”, ou seja, a entrevista semiestruturada permite obter o maior número possível de informações sobre determinado tema e também um maior detalhamento do assunto em questão (MINAYO, 2009).

Cabe ressaltar que as Entidades Executoras e de Apoio são compostas no setor municipal por secretária da educação, nutricionista, presidente do Conselho de Alimentos Escolar (CAE), gestora financeira e escriturário. No setor estadual pela diretora, gestora financeira e escriturária. Já na entidade de apoio, pelos extensionistas agrônomo e bem-estar social.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As Entidades Executoras (EEs) são os órgãos responsáveis pelo recebimento, acompanhamento, execução e prestação de contas dos recursos repassados do FNDE no município de Coimbra, MG. As Entidades Executoras são a Prefeitura Municipal representada pelo Departamento Municipal de Educação e a Escola Estadual, conforme estabelecido no Quadro 6.

Quadro 6 – Estrutura das Entidades Executoras do PAGAAF

UNIDADE FEDERATIVA	ENTIDADE EXECUTORA	REDE PÚBLICA DE ENSINO	ALUNOS ATENDIDOS
Municipal	Departamento Municipal de Educação	Centro de Educação Infantil “Cantinho das Crianças” Escola Municipal “Antônio Cupertino” Escola Municipal “Pe. Jaime Antunes de Souza”	800
Estadual	Escola Estadual	Escola Estadual “Emílio Jardim”	960

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

O Quadro 6 apresenta as Unidades Federativas (municipal e estadual), e para que elas possam receber os recursos do FNDE é necessário que os alunos a serem atendidos pelo PNAE estejam devidamente matriculados nas escolas e constem no censo escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação. O cálculo do montante de recursos que será repassado a EE é feito a partir dos seguintes critérios: número de alunos, modalidade e dias para atendimento. A modalidade se refere à creche, pré-escolar e ensino fundamental e quanto ao atendimento baseia-se em 200 dias letivo por ano. Os recursos financeiros transferidos pelo FNDE destinados ao projeto são repassados em 10 parcelas de mesmo valor, por meio de depósitos em uma conta específica, iniciando no mês de fevereiro e se estendendo até o mês de novembro, para posterior pagamento dos agricultores.

A partir dos registros textuais dos relatórios do Sistema de Gestão de Prestação de Contas Municipal (SIGPC), prestação de contas da Escola Estadual e dos relatos das entrevistas das gestoras das entidades executoras (EE) e da extensionista da EMATER-MG, foram formulados cinco passos para executar o PAGAAF em Coimbra, MG.

O primeiro passo é o recebimento dos documentos enviados pelas nutricionistas. São elas que elaboram o cardápio da alimentação escolar, por meio da relação de compras, e ainda indicam os gêneros alimentícios a serem comprados para preparar a alimentação escolar. Em Coimbra, MG, este passo é realizado pela EE municipal e não pela EE estadual:

Baseado no cardápio da Secretaria da Educação, que o governo disponibiliza, o último editado foi em 2014, nós sentamos e escolhemos os pratos em cima do cardápio, decidimos quais alimentos comprar. [...] Depois fazemos uma reunião com o Colegiado para aprovar o cardápio. [...] Na verdade, o estado não tem nutricionista para as escolas estaduais, eles trabalham com nutricionista apenas na Secretaria, em BH. (ENTREVISTA 03, 2016).

De acordo com a fala da gestora da EE Estadual, como a escola não dispõe de nutricionista, a Delegacia de Ensino de Ubá, MG, fornece um catálogo com sugestões de merenda, o qual ela se baseia para elaboração do cardápio semanal.

No segundo passo é feita a elaboração do edital de chamada pública destacando o projeto básico ou termo de referência, que deve seguir a seguinte estrutura: (1) constar o objeto da compra; (2) a justificativa esclarecendo o motivo pelo qual está sendo solicitada a aquisição de gênero alimentício; (3) a especificação e a quantidade que deseja adquirirem de alimentos da agricultura família e (4) estimativa de preço, baseada em três pesquisas de preço apresentadas previamente do mercado local.

No terceiro passo é feita a análise das propostas de venda, entregues pelos agricultores familiares interessados a participarem do edital de Chamada Pública e a compra dos gêneros alimentícios, seguindo os critérios de prioridade estipulados pelo projeto, como município, região, território, estado e país, mediante a assinatura do contrato com os produtores.

O quarto passo refere ao recebimento, controle e distribuição dos gêneros alimentícios, onde os fornecedores, representados pelos agricultores familiares, devem efetivar a entrega dos gêneros alimentícios conforme estabelecido no contrato. Compete ao gestor da EE designar, formalmente, um servidor para receber os produtos, conferir se os alimentos atende ao controle de qualidade exigido para alimentação escolar e guardar os alimentos.

O quinto e último passo é o pagamento dos alimentos fornecidos às escolas, que ocorre após o fornecedor ter concluído todas as obrigações previstas no contrato. Após, esse passo, tem um servidor da EE municipal que busca a nota fiscal emitida pela prefeitura ao agricultor e procede ao depósito na conta do agricultor referente aos alimentos fornecidos à escola. Na EE estadual a gestora solicita a prefeitura à emissão da nota fiscal para o agricultor e faz o pagamento mediante cheque entregue ao próprio agricultor, conforme verificado nas cópias dos cheques fornecidas pela escola.

Nas análises dos tópicos a seguir se observa desdobramentos relacionados aos objetivos, diretrizes e metas do PAGAAF efetivadas no município de Coimbra, MG.

6.1 Análise dos Critérios

Referente à regularidade e quantidade dos recursos repassados FNDE ao município, no período de 2009 a 2016, segundo os registros do Sistema de Gestão de Prestação de Contas Municipal (SIGPC) e o Termo de Compromisso Estadual, ocorrem regularidades nos repasses dos recursos enviados as Entidades Executoras, presentes no município, neste caso, o Departamento Municipal de Educação e a Escola Estadual de Coimbra, MG. Os recursos

financeiros são repassados, em 10 parcelas, à Secretaria de Educação municipal e à escola estadual, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Segundo os registros no Termo de Compromisso de 2016, os recursos do FNDE à escola não foram repassados totalmente, dificultando atingir a meta dos 30% exigidos na Lei. De acordo com entrevista da Gestora da EE estadual:

Esse ano, as parcelas estão atrasadas, não recebemos todas as parcelas do recurso do FNDE destinados à alimentação escolar. Não tivemos como cumprir com todos os contratos assinados com os agricultores familiares. Dessa forma, não conseguimos atingir os 30% exigidos pelo projeto (ENTREVISTA 03).

Na narrativa acima indica que a EE estadual está tendo dificuldade na gestão do Projeto, no que se refere ao repasse dos recursos; consequentemente tendo que descumprir com obrigações assumidas, como o contrato com os agricultores familiares.

De acordo com a entrevista da gestora da EE municipal, se tem evidência da complementariedade de verba para o Projeto. A EE municipal necessita, algumas vezes, de complementar a verba da alimentação escola, com recurso próprio da prefeitura:

No PNAE o valor é definido em dez parcelas anuais, quando a gente necessita de uma complementação, nós usamos recursos próprios da prefeitura ou o do QESE³ que são recursos de outras verbas. Ou seja, devido a trâmites burocráticos e logísticos existentes, há a necessidade de complementariedade de verbas da prefeitura para execução do projeto em Coimbra, MG (ENTREVISTA 02, 2016).

A gestora da EE municipal afirmou que quando necessita utiliza recurso próprio da prefeitura para complementar a verba da alimentação escola, visando assim atender às demandas do Projeto.

As narrativas acima mostram particularidades diferentes na operacionalização do PAGAAF entre as entidades executoras, municipal e estadual, do município de Coimbra-MG. Esse fato é confirmado pelo trabalho de Aguiar e Calil (2016) que relatam que a operacionalização de aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar é realizada de forma distinta pelas Entidades Executoras, devido à falta de padronização da gestão pelas mesmas. Os autores sugerem assim, aparato técnico na elaboração dos editais das chamadas públicas, participação de nutricionista e até de um advogado.

Quanto à aplicação de pelo menos 30% do total de recursos transferidos pelo FNDE para o PNAE na aquisição de alimentos da agricultura familiar do município, os Relatórios do

³ De acordo com Belik a verba Quota Estadual do Salário Educação (QESE) pode ser utilizada para compra de gêneros alimentícios para a alimentação escolar, sendo um recurso que provém de uma contribuição obrigatória, feita pelas empresas empregadoras geradas nos municípios.

Sistema de Gestão de Prestação de Conta da EE municipal e as Prestações de Contas da EE Estadual mostraram alguns pontos divergentes, conforme descrito na Tabela 2.

Tabela 2 - Valores investidos na aquisição dos alimentos pelas Entidades Executoras (Municipal e Estadual) do município de Coimbra, MG, diretamente da agricultura familiar no âmbito do PNAE, entre 2009 a 2016

Ano	EE MUNICIPAL			EE ESTADUAL		
	Valor transferido	Valor aquisições	(%)	Valor transferido	Valor aquisições	(%)
2009	R\$ 37.466,00	R\$13.903,10	37,11	-	-	0,00
2010	R\$ 55.030,00	R\$15.729,86	28,58	R\$ 46.980,00	R\$ 1.806,81	3,85%
2011	R\$ 52.320,00	R\$22.835,83	43,65	R\$ 48.420,00	R\$ 18.511,70	38,23%
2012	R\$ 50.556,00	R\$19.114,91	37,81	R\$ 48.660,00	R\$ 12.411,80	25,51%
2013	R\$ 50.000,00	R\$16.412,77	32,83	R\$ 51.720,00	R\$ 14.076,50	27,22%
2014	R\$ 57.492,00	R\$16.300,43	28,35	R\$ 50.460,00	R\$ 13.374,10	26,50%
2015	R\$ 60.638,00	R\$21.882,82	36,09	R\$ 49.220,00	R\$ 16.579,00	33,68%
2016	R\$ 83.660,00	R\$25.850,50	30,89	R\$ 112.266,00	R\$ 19.185,00	17,09%
Média Total (%)			34,75	21,51		

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Os dados apresentados na Tabela 2 demonstram que 2009, 2011, 2012, 2013, 2015 e 2016 foram os anos em que a EE municipal superou os 30% exigidos por Lei. Constataram-se nos registros das Atas do CAE que, nesse período, os gestores municipais foram contemplados com prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar, prêmio este que beneficia as boas práticas de gestão do PNAE. No entanto, em 2010 e 2014, observou-se um decréscimo no percentual de aquisições de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

Já a EE Estadual tem resultados diferentes. Em 2009, a entidade não registrou as compras diretamente da agricultura familiar, e foi a partir de 2010 que se iniciaram as aquisições de gêneros alimentícios do agricultor familiar, mesmo assim de forma incipiente, pois não conseguiram atingir os 30% exigidos na Lei, conforme verificado nos dados da Tabela 8. Evidenciou-se que a EE Estadual vem oscilando no que se refere aplicar os 30% do total de recursos transferidos pelo FNDE para o PNAE, na aquisição de alimentos da agricultura familiar do município. Observa-se, na Tabela 8, que em 2011 e 2015, a EE Estadual conseguiu aplicar os 30%, mas, em 2010, 2012, 2013, 2014 e 2016, não conseguiu atingir o percentual exigido por Lei.

Comparando as duas EEs, é possível verificar que a EE Estadual tem dificuldades para atingir a meta dos 30% exigidos pelo PAGAAF e a EE Municipal apresenta média correspondente a 34,75% de aquisições de alimentos do sistema agrícola familiar, ou seja,

porcentagem mais expressiva do que a da EE Estadual, com uma média equivalente a 21,51%, um valor abaixo em relação aos 30% exigidos pela Lei. Estas dificuldades são resultantes da falta do recurso financeiro e da falta de alguns alimentos necessários para merenda escolar nos quais os agricultores não têm em estoque para fornecer e suprir a demanda.

A dificuldade das EE's em atingir os 30% exigidos na Lei, é retratada nos estudos realizados por Villar et al. (2013) e Marques et al. (2014). Segundo Villar et al. (2013), em seu trabalho intitulado "Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)", a dificuldade, dos 645 municípios analisados, de informar o percentual do valor utilizado, ou seja, a utilização de no mínimo 30% dos recursos, transferidos pelo FNDE, na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. Dentre estes municípios, apenas 186 conseguiram apresentar o percentual que variava de 1% a 70% (VILLAR et al., 2013), o que comprova que os municípios brasileiros vêm enfrentando dificuldade para cumprir a meta de 30% dos recursos para compras direta do agricultor familiar como exigido por Lei.

Já Marques et al. (2014) evidenciaram que os principais entraves indicados pelas entidades executoras de municípios brasileiros de todas as regiões para o não cumprimento do percentual mínimo de 30%, como a impossibilidade da emissão da nota fiscal, as condições higiênico-sanitárias inadequadas e a inviabilidade de fornecimento regular e constante dos produtos.

Sabe-se que as compras dos alimentos devem ser realizadas a partir dos editais de chamadas públicas que são definidos pela Resolução CD/FNDE nº 04/2015, devendo ser publicados em jornais de circulação local e na forma de mural em local público de ampla circulação (FNDE, 2015).

Assim, em relação à forma de elaboração e publicação das chamadas públicas, verificou-se pelos documentos dos editais das Chamadas Públicas que a forma de elaboração e publicação dos mesmos está dentro da norma estabelecida por Lei. Ambas as EEs, municipal e estadual, publicam seus editais de chamadas públicas no diário oficial, que é disponibilizado na internet e também divulgam no mural da sede das escolas, da prefeitura e em outros órgãos públicos da cidade. As EEs, tanto municipal quanto estadual, contam também com o apoio da EMATER-MG na divulgação dos editais de chamadas públicas e na percepção das gestoras das EEs tendo em vista que a EMATER-MG é o meio para rápido de

divulgação de informações para os agricultores familiares, conforme relatado pela extensionista da EMATER-MG e pelas gestoras das EE's:

Quando a escola solta a Chamada Pública, ela entrar em contato com a EMATER, e a gente novamente ajuda divulgar, vai à zona rural fala sobre o que é o Programa, o que são as demandas dessas escolas, a gente faz essa preparação toda (ENTREVISTA 01).

Antes de abrimos o edital da Chamada Pública do programa entramos em contato com a EMATER-MG, para que ela nos passe o levantamento dos produtos encontrados no município, depois contactamos novamente a EMATER para divulgação e que eles possam nos ajudar a orientar e auxiliar o agricultor do município a participarem das Chamadas Públicas (ENTREVISTA02).

Ligamos para EMATER-MG, informamos da abertura do edital da chamada pública e solicitamos que eles (os técnicos da EMATER-MG) possam divulgar para os agricultores interessados em participarem, assim a informação chegará mais rápido ao agricultor (ENTREVISTA 03).

As falas acima demonstram que as EEs entram em contato com os técnicos da EMATER-MG do município de Coimbra-MG, avisam sobre a abertura do edital e solicitam que informem aos agricultores familiares que se enquadrem nos critérios das Chamadas Públicas. Dessa forma, a EMATER-MG se torna um meio de comunicação e divulgação mais próximo do agricultor familiar.

Entretanto, Villar et al. (2013) e Aguiar e Calil (2016) apontaram que a maior parte dos gestores não tem observado a legislação vigente do PNAE, desconsiderando alguns pontos, como elaboração e divulgação das chamadas públicas.

No que se refere à quantidade de chamadas públicas realizadas no município de Coimbra, MG, verificou-se, nos Relatórios do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC) e nas Prestações de Contas da Escola Estadual das EE, que a EE Municipal faz uma chamada pública no início do ano letivo, para atender à demanda deste ano, e atendendo aos agricultores familiares por ano, com média de cinco agricultores por ano. Já a EE Estadual realiza duas chamadas públicas ao ano, dependendo da demanda, com média de um agricultor familiar atendido ao ano.

Na seleção dos projetos de venda, a legislação orienta a observação da adequação dos produtos às normas da vigilância sanitária. Posteriormente deve ser considerado o limite individual de venda do agricultor familiar para a alimentação escolar (R\$ 20 mil por DAP/ano) e também a ordem de prioridade para aquisição de gêneros alimentícios. É válido enfatizar que esta ordem deve ser estabelecida observando a prioridade para os projetos nos

municípios, zona rural, estado, país, assentamentos da Reforma Agrária, comunidades tradicionais indígenas e comunidades tradicionais quilombolas (FNDE, 2015).

De acordo com os documentos dos Relatórios do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC), das Prestações de Contas da Escola Estadual e dos contratos com os agricultores familiares, as EE, tanto municipal quanto estadual, priorizam os alimentos produzidos no município. Porém, por causa da falta de frutas, a EE municipal preferiu o produto de um agricultor de outro município, conforme exposto na entrevista com a gestora do EE municipal:

Para atender a legislação e para diversificar o cardápio escolar, contratamos o agricultor familiar do município de Paula Cândido, MG, para aquisição de mais uma qualidade de fruta, neste caso foi à goiaba (ENTREVISTA 01).

Devido à necessidade de ampliar a variedade de frutas no cardápio da alimentação escolar e à ausência do produto no município, a EE decidiu priorizar um produto de outro município, o de Paula Cândido-MG (município vizinho) que fornece goiaba, o que é permitido pela legislação. Dessa forma, percebe-se o comprometimento da gestora em fazer valer uma alimentação de qualidade e que preze pela variedade, atendendo assim a legislação. De acordo com Ribeiro et al. (2013) é importante que gestores tenham em mente que são capazes de fazer a seleção de alimentos que melhor atendam o Projeto, tendo em vista um efetivo controle de qualidade e segurança alimentar e nutricional.

Referente à forma de organização dos agricultores familiares envolvidos no Projeto, segundo a Resolução CD/FNDE nº 26/2013, os agricultores familiares participantes do PAGAAF poderão ser agrupados nas condições de fornecedores individuais, grupos informais e grupos formais. Constatou, por meio dos registros dos contratos com os produtores e EE municipal e estadual, do município de Coimbra, MG, que os agricultores beneficiários do Projeto estão enquadrados como fornecedores individuais.

Este dado reforça a afirmação de Triches e Baccarin (2016), os quais destacaram que o Governo, ao incluir a categoria de fornecedor individual, proporcionou maior abertura para o pequeno agricultor para participar das compras governamentais.

Quanto aos preços pagos aos agricultores familiares, por meio do PAGAAF, foi verificado, nos registros dos Relatórios do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC), das Prestações de Contas da Escola Estadual e das notas fiscais, que as EE efetivam a pesquisa de preços mediante cotação feita com três mercados varejistas, sendo esta prática

comum em ambas às EE, municipal e estadual, conforme comprovada nas entrevistas das gestoras das EE do município de Coimbra, MG:

As cotações dos preços são feitas aqui mesmo no comércio local. Geralmente são três, quatro comércios. Onde tem para nos fornecer, pegamos as cotações e dessas cotações é feita uma média (ENTREVISTA 02).

Antes da Chamada Pública, vamos a três mercados, fazemos a cotação, fazemos a média dos preços. Vamos a um ou dois sacolão, depende, e um ou dois mercados (ENTREVISTA 03).

As falas acima confirmam que as EE's, tanto municipal quanto estadual, vêm praticando o que se pede na lei, garantindo assim um preço justo aos agricultores familiares beneficiário do projeto. Essa informação vai ao encontro dos autores De Camargo, Baccarin e Silva (2013) ao afirmarem que o projeto funciona de maneira a adquirir alimentos produzidos pelos agricultores familiares a preços baseados na cotação do mercado local, garantindo assim um preço justo e comercialização, consequentemente, ocorre um aumento na renda e a satisfação dos agricultores beneficiários com o preço pago pelos seus produtos.

Referente ao Limite individual de venda dos agricultores familiares verificou-se na consolidação dos documentos, Contratos dos produtores, notas fiscais, cópias das ordens de pagamento e dos cheques, que os valores pagos aos agricultores familiares estão dentro do limite individual de venda estabelecido por Lei. Porém, no ano de 2016 ocorreu uma estratégia onde o gestor, para que um agricultor familiar continuasse a fornecer seu produto na escola, uma vez que o mesmo excedeu seu limite permitido por Lei no valor de R\$ 20.000,00, contratou outro agricultor, que emitiu nota fiscal em seu nome, para que outro pudesse continuar a fornecer o alimento necessário à escola. Essa e outras estratégias “são maneiras que alguns gestores acabam utilizando para burlar a lei” (KASPARY, 2016).

Esse fato confirma o que Triches e Schneider (2013) mencionaram que o indivíduo quando:

Ao entender que a lei e a burocracia não deveriam ser impeditivas, surge a possibilidade de transformá-las, “burlando” as regras que inviabilizavam a compra de agricultores e criando outras que a tornariam viável. Nesse aspecto, a burla ou o surgimento da regra são justificados com explicações que os atores são capazes de fornecer para suas atividades diárias e que estão associadas de perto à racionalização moral da ação. (TRICHES; SCHNEIDER, 2013, p. 78).

Nesse contexto, a estratégia ou o surgimento de novo caminho utilizado pelo gestor são justificados com as explicações que os indivíduos “são capazes de fornecer para suas

atividades diárias e que estão associadas de perto à racionalização moral da ação” (TRICHES; SCHNEIDER, 2013, p. 78).

No que diz respeito aos alimentos fornecidos para alimentação escolar, é necessário verificar se eles atendem o cardápio da escola, ou seja, se a composição do cardápio oferecido aos estudantes priorizam nutrientes encontrados em produtos disponibilizados pelos agricultores familiares locais, tendo atenção à sazonalidade e peculiaridade da produção agrícola familiar do município.

Foram verificados nos Relatórios do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC), nas Prestações de Contas da Escola Estadual e prestações de contas das Entidades Executoras que os alimentos fornecidos atendem o cardápio escolar, oferecendo, no mínimo, três porções de frutas e hortaliças por semana. Estas iniciativas públicas geram um fortalecimento da agricultura local, que significa adquirir gêneros alimentícios diversificados e produzidos regionalmente (FNDE, 2016).

No Quadro 7 são apresentados os principais produtos fornecidos pelos cinco agricultores familiares que participam do PAGAAF em Coimbra, MG, conforme registros dos Relatórios do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC), das Prestações de Contas da Escola Estadual prestações de contas das EE e das notas fiscais fornecidas pelas EE.

Quadro 7 – Produtos fornecidos as Entidades Executoras do município de Coimbra, MG, diretamente da agricultura familiar entre os anos de 2009 a 2016

PRODUTOS FORNECIDOS		ENTIDADES EXECUTORAS	
		Municipal	Estadual
<i>In natura</i>	Hortaliças	alface, almeirão, brócolis, cebolinha, couve, couve-flor, repolho e salsa.	alface, brócolis, cebolinha, couve, couve-flor, repolho e salsa.
	Legumes	abóbora, batata, beterraba, cebola, cenoura, inhame, mandioca, moranga, pimentão e tomate.	beterraba, cenoura, inhame, mandioca, moranga, pepino, pimentão e tomate.
	Grãos	feijão	feijão
	Frutas	banana, goiaba*, limão e mexerica.	banana, laranja e limão.
Processado		fubá	
Orgânico		-	-

Fonte: Dados da pesquisa, 2016. * Produto fornecido por agricultor de outro município.

Visualiza-se, no Quadro 7, que a agricultura familiar do município de Coimbra, MG, é muito heterogênea em relação aos seus produtos. Os produtos agrícolas fornecidos pelos cinco agricultores familiares para as EE's estão divididos em três grupos de comercialização, alimentos *in natura*, processados e orgânicos. O grupo *in natura* é o que mais se destaca,

totalizando 25 tipos de alimentos, divididos em quatro subgrupos: hortaliças, legumes, grãos e frutas. As hortaliças e os legumes possuem maior expressão, por serem culturas consolidadas na região. Os grãos são representados unicamente pelo feijão. Referente à aquisição de frutas, destaca-se a banana, a goiaba, a mexerica, a laranja e o limão, sendo que a goiaba é fornecida por um agricultor de outro município. Quanto ao produto processado foi adquirido pela EE municipal, apenas o fubá. No que diz respeito ao produto orgânico, verifica-se que nenhuma das EE's, municipal e estadual, não adquiriram esse tipo de produto.

Esse fato, segundo a Extensionista da EMATER-MG (2016), é devido os agricultores familiares de Coimbra praticar a produção convencional, destacando ainda que “a prática de produção orgânica ou livre de agrotóxico, ainda é incipiente no município” (EXTENSIONISTA DA EMATER-MG, 2016).

Nos dados apresentados no Quadro 7 é verificado que a aquisição de frutas de agricultores de outros municípios indica carência de oferta desse produto pelos agricultores familiares do município de Coimbra, MG.

As entrevistas das gestoras, transcritas a seguir, ilustram o fato:

Temos dificuldade de adquirir frutas dos agricultores familiares. Compramos goiaba de um produtor rural que não é do município. Já sentamos e reunimos com a Emater para estar incentivando esses produtores a plantar mais frutas, como a carambola, a acerola, o abacate, até mesmo a goiaba, que aqui não tem quantidade para nos fornecer (ENTREVISTA 02, 2016).

A gente vem conversando muito com a Emater nesse sentido de estarem incentivando e até orientando os produtores a terem vários produtos para estarem fornecendo, por exemplo, a laranja (ENTREVISTA 03, 2016).

As gestoras compartilham a dificuldade de adquirirem variedades de frutas dos agricultores do município e ainda solicitam a EMATER-MG para incentivarem os agricultores a cultivarem outras frutíferas, por exemplo, carambola, acerola e abacate. A partir das entrevistas registradas foi possível verificar a evidência de a fruta ser um produto difícil de ser adquirido pelas EEs, revelando assim um produto promissor para o mercado institucional.

Segundo Cunha (2015) o mercado institucional passa:

a ser uma oportunidade de inclusão mercantil e de desenvolvimento local, podendo ser objeto de políticas públicas e de estímulo à produção e comercialização de produtores familiares, gerando renda para as famílias mais pobres e vulneráveis (CUNHA, 2015, p. 31).

A aquisição de produtos do mercado institucional, incentiva à diversificação de produtos, visto que a demanda por uma variedade de produtos para atender à alimentação escolar.

Um ponto importante destacado pelas EEs foi a participação dos técnicos da EMATER-MG no processo. Para que o resultado alcançado pelo Projeto beneficie tanto os agricultores familiares quanto as escolas, a maneira como é operacionalizado tem papel decisório, como relatado pelas gestoras das EEs.

A Emater tem um papel muito importante, porque é ela que faz essa articulação, de escola, produtor rural ou até mesmo a articulação do produtor rural e apoio técnico para esses produtores poderem estar fornecendo esses alimentos para nós aqui (ENTREVISTA 02, 2016).

Para esse projeto a Emater é muito importante porque ela é um elo com o produtor, com a escola. A Emater consegue chegar mais fácil no agricultor do que a escola (ENTREVISTA 03, 2016).

Em Coimbra, MG cabe à Emater-MG, oferecer os serviços de assistência técnica, mobilizar os agricultores, emitir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), orientar e elaborar projetos, assim como promover a capacitação dos agricultores em boas práticas de produção, conforme relato da Extensionista da EMATER-MG:

Temos um bom relacionamento com os agricultores, as escolas e o município, damos assistência técnica, auxiliamos os agricultores na elaboração dos projetos de vendas, ajudamos divulgar, vamos à zona rural falar sobre o que é o Programa, o que são as demandas dessas escolas, a gente faz essa preparação toda. [...] Fala a época para o plantio, para ele poder ter aquele produto para ofertar, ajuda na condução da lavoura, daquilo que ele está entregando ali, seja uma fruta, seja uma verdura (ENTREVISTA 01, 2016).

O envolvimento de outros órgãos na implementação da política, facilita sua efetivação com resultados positivos. A EMATER-MG local, pelo que foi relatado, tem papel estratégico como elo entre entidades gestoras e os pequenos agricultores familiares. Em todas as fases do processo, desde a divulgação da existência do Projeto e de suas vantagens para o agricultor, passando pela divulgação dos editais até o estímulo à implantação de novas culturas e seu posterior acompanhamento.

A importância da participação da EMATER-MG, também foi enfatizada nos trabalhos de Mazzini e Oliveira (2010), Ciro e Freitas (2013) e Gregolin et al. (2016), como uma

instituição fundamental na dinâmica da comercialização entre os agricultores e a escola. Na maioria das vezes, o técnico extensionista é quem faz o papel de intermediador no processo.

De modo geral, a operacionalização do PAGAAF no município de Coimbra, MG, apresentou-se de forma eficaz, alcançando as metas e as diretrizes que dispõe a Lei. Entretanto, verifica-se que há uma dinâmica de implementação diferenciada se comparando os critérios analisados entre as EEs, municipal e estadual, conforme apresentados no Quadro 8

Quadro 8 – Síntese dos critérios analisados pelas Entidades Executoras, Coimbra, MG

VARIÁVEIS	EE MUNICIPAL MÉDIA (2009 A 2016)	EE ESTADUAL MÉDIA (2009 A 2016)
Quantidade dos recursos repassados pelo FNDE.	R\$55.896,82	R\$51.340,75
Regularidade dos recursos repassados pelo FNDE.	10 parcelas por ano	10 parcelas por ano*
Quantidade de chamadas públicas realizadas por escola	1 vez ao ano	2 vezes ao ano
Aplicação de pelo menos 30% do total de recursos transferidos pelo FNDE para o PNAE na aquisição de alimentos da agricultura familiar do município.	34,75%	21,51%
Forma de elaboração e publicação das chamadas públicas está dentro da norma estabelecida.	Sim	Sim
Priorização da seleção dos projetos de venda.	Sim	Sim
Qual a forma de organização dos agricultores familiares envolvidos no Projeto.	Forma Individual	Forma Individual
Alimentos fornecidos atendem ao cardápio escolar (sazonalidade e peculiaridade da produção agrícola familiar).	Sim	Sim**
Preços são compatíveis com o do mercado.	Sim	Sim
Limite individual de venda dos agricultores familiares.	Dentro do exigido por lei.	Dentro do exigido por lei.

Nota: * A EE Estadual tem recebido com atraso as parcelas do FNDE; e, muitas vezes, nem recebido o recurso, o que dificulta cumprir com os combinados. ** A EE Estadual segue cardápio estabelecido pela Delegacia de Educação de Ubá, MG, fator limitante para o cumprimento da lei no município.

Os resultados apresentados no Quadro 8 indicam que a quantidade dos recursos repassados pelo FNDE às EEs, municipal e estadual, no período de 2009 a 2016, tem em média respectivamente, R\$ 55.896,82 e R\$ 51.340,75. Já a regularidade dos repasses dos recursos é feita em 10 parcelas no ano; no entanto, a EE Estadual, em 2016, não recebeu todas as parcelas do FNDE, o que tem dificultado cumprir com alguns compromissos. A quantidade de Chamadas Públicas realizadas pelas EEs está se efetivando, pois, na EE municipal, uma vez por ano e, na EE estadual, duas vezes por ano, dependendo da demanda da escola. Quanto à aplicação de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE para aquisição de alimentos da agricultura familiar, as EEs têm aplicado, em média, 34,75% a EE municipal e 21,51% a EE estadual. Nos demais critérios analisados, ambas as EEs tem atendido, de forma padronizada, as exigências da legislação.

Ambas as EEs seguem à risca o que se pede na Lei. Porém, verificou-se que ainda encontram-se alguns gargalos na execução do Projeto, que são sanados por outras estratégias utilizadas pelas próprias EE para resolver o problema e cumprir com as obrigações dos 30% exigidos por Lei. A EE estadual tem mais limitações, se comparada com EE municipal, como o atraso do recurso advindo do FNDE e a falta de um profissional da nutrição na escola, o que dificulta o cumprimento da Lei.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar (PAGAAF) tem proporcionado benefícios socioeconômicos aos agricultores familiares. Um dos aspectos destacados é a interligação de diversos sujeitos, que se articulam, discutem a realidade local e elaboram estratégias para operacionalização do projeto no município de Coimbra, MG.

De modo geral, a operacionalização da política de compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar no âmbito da alimentação escolar, no município de Coimbra, MG, tem mostrado resultados positivos, com o cumprimento das metas e as diretrizes previstas, apesar de fatores limitantes ainda estarem presentes, como a dificuldade em atingir o mínimo de 30% de compra da agricultura familiar, carência de profissionais ligados ao controle da qualidade dos cardápios e atraso no repasse do recurso pelo FNDE.

Ainda carecem de estudos por partes relativas ao processo entre a concepção e a operacionalização do Projeto localmente, de forma que se tenha maior densidade acadêmica para discussão acerca da quantidade de chamadas públicas efetivadas e da priorização da seleção dos projetos de venda.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Anpocs; Campinas: UNICAMP, 1992. p.135-207.

AGUIAR, Jeanice de Azevedo; CALIL, Ricardo Moreira. **Análise e avaliação das especificações dos alimentos contidas em editais de chamadas públicas do PNAE**. Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia, v.4, n.2, p.79-87, 2016.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.

BAVARESCO, Pedro; MAURO, Fernando. **Agricultura familiar brasileira no Programa Nacional de Alimentação Escolar: garantia de mercado aos agricultores e de segurança alimentar e nutricional aos alunos da rede pública de ensino**, 2012, Santiago, Chile. Fórum de especialistas: Programas de Alimentação Escolar para América Latina e Caribe, 2012.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 1, 25 jul. 2006.

_____. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União**, 17 jun. 2009.

_____. Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Diário Oficial da União**, 17 jun. 2009.

_____. Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial da União**, 18 jun. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Produtos da agricultura familiar contribuem para alimentação escolar sustentável**. 2012. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/noticia/produtos-da-agricultura-familiar-contribuem-para-alimentao-escolar-mais-saudvel-26121>>. Acesso em: 05 Jan 2017.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial (PEDET) para 33 municípios pertencentes à microrregião do Vale do Piranga e microrregião da Zona da Mata Norte do Estado de Minas Gerais**. Viçosa: UFV, 2015.

_____. Resolução/CD/FNDE nº 4, de 2 de abril de 2015. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Diário Oficial da União** 16 abr. 2015.

CIRO, Paulo Marcos dos Reis; FREITAS, Alan Ferreira de; FREITAS, Alair Ferreira de. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar como indutor de processos de desenvolvimento local em Viçosa, Minas Gerais**. In: VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social-ENAPEGS 2013. 2013.

CUNHA, Carla Giane Soares da. **Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. Porto Alegre: Secretaria de Coordenação e Planejamento, 2006. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper29.pdf>>. Acesso em: 04 Jan 2017.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS - EMATER-MG. **Relatórios Anuais de Atividades dos anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015**.

DE CAMARGO, Regina Aparecida Leite; BACCARIN, José Giacomo; DA SILVA, Denise Boito Pereira. **O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar.** Temas de Administração Pública, v.8, n.2, 2013.

FAGUNDES, Helenara; DE MOURA, Alessandra Ballinhas. **Avaliação de programas e políticas públicas.** Textos & Contextos, Porto Alegre, v.8, n.1, p.89-103, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo.** Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, p.11-27, 2003.

_____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária - o debate paradigmático e o conhecimento geográfico.** Biblioteca Digital da Questão Agrária Brasileira, v. 1-2, 398 p., 2013.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 05 Jan 2017.

GREGOLIN, Graciela Caroline; GREGOLIN, Marcos Roberto Pires; PATZLAFF, Ailton Carlos; PATZLAFF, Priscila Maria Gregolin; GIACOBBO, Ligia Fraga; ZONIN, Wilson João. **Participação da Agricultura Familiar como Fornecedora da Alimentação Escolar no Território Sudoeste do Paraná.** Nucleus, v.13, n.1, p.169-184, 2016.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros; COSTA, Vera Mariza Henriques de Miranda. **Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente, SP.**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de indicadores sociais 2010.** Estudos & Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicossociais2012.pdf>>. Acesso em: 02 Jan 2017.

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; DE LIMA, Jandir Ferrera. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil.** Semina: Ciências Sociais e Humanas, v.29, n.2, p.159-176, 2008.

KASPARY, Niedja. **Municípios descumprem lei sobre merenda.** Agricultura Familiar. Ministério Público Federal cobra explicações. Gazetga WEB. MACEIÓ, EDIÇÃO DE 26 DE JANEIRO DE 2016. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=281071>> Acesso em: 02 Jan 2017.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar: uma realidade multiforme.** Trad. Jehovanira C. de Souza. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

LIMA, Aparecida de Fátima Alves; FONTOURA, Taysa; PIMENTA, Paulo Roberto; GRZEBIELUCKAS, Cleci; SENGER, Neuri Elizer. **A Comercialização da Agricultura Familiar para o PNAE no Território Rural do Alto Paraguai-MT**. XI Congresso da Sociedade Brasileira de Sistema de Produção. 06 a 08 de junho de 2016. Universidade Católica de Pelotas. Pelotas. Disponível em:< http://www.sbsp.org.br/z1files/pub/146841821938281_Aparecida-de-Fatima-Alves-de-Lima.pdf> Acesso em: 29 out 2016.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista Nera, v.12, p.57-67, 2012.

MARQUES, Amanda de Andrade; FERNANDES, Maria das Graças Melo; LEITE, Ivonaldo Neres; VIANA, Rodrigo Toledo; GONÇALVES, Maria da Conceição R.; CARVALHO, Alice Teles de. **Reflexões de agricultores familiares sobre a dinâmica de fornecimento de seus produtos para a alimentação escolar: o caso de Araripe, Ceará**. Saúde e Sociedade, v.23, n.4, p.1329-1341, 2014.

MARTINS, Sergio Paganini; CAVALCANTI, Lita I. **Avaliação do impacto da execução do PAA no Estado do Rio Grande do Norte**. Sociedade e Desenvolvimento Rural, v.1, n.1, p.1-30, 2007.

MAZZINI, Eliane de Jesus Teixeira; OLIVEIRA, Sônia Maria de. **Políticas públicas para o campo: Desafios da produção e da organização da agricultura familiar**. In: VIII Congresso Latinoamericano de sociologia rural. Anais... Porto de Galinhas. 2010.

NAIFF, Denis Giovani Monteiro; MONTEIRO, Rosa Cristina; NAIFF, Luciene Alves Miguez. **O camponês e o agricultor nas representações sociais de estudantes universitários**. PsicoUSF, v.14, n.2, p.221-227, 2009.

PEIXINHO, Albaneide; BALABAN, Daniel; RIMKUS, Leah; SCHWARTZMAN, Flavia; GALANTE, Andrea Pólo. **Alimentação escolar no Brasil e nos Estados Unidos**. Mundo Saúde, v. 35, n. 2, p. 128-36, 2011.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v.52, s.1, p.63-84, 2014.

PLEIN, Clério. **Capitalismo, agricultura familiar e mercantilização**. Informe Gepec, Toledo, v.14, n.2, p. 96-111, 2010.

SANTOS, Marcelino Oliveira. **Políticas públicas e controle social: descentralização após Constituição de 1988**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 11, Santa Cruz do Sul, SC. Anais... Santa Cruz do Sul: UNISC, 2015.

SARAIVA, Elisa Braga; SILVA, Ana Paula Ferreira da Silva; SOUSA, Anete Araújo de; CERQUEIRA, Gabrielle Fernandes; CHAGAS, Carolina Martins dos Santos; TORAL, Natacha. **Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Ciências, Saúde e Coletividade, v. 18, n. 4, p. 927-936, 2013.

SCHNEIDER, Sérgio. **Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural**. RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais, v.4, n.1, p.85-131, 2010.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 133 p.

SILVA MARTINS, Juniele; MENDES, Estevane de Paula Pontes. **Agricultura familiar no Brasil: características e estratégias da Comunidade Cruzeiro dos Martírios, município de Catalão (GO)**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19, 2009, São Paulo, SP, p. 1-28. 2009.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP)**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v.52, p.205-222, 2014.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, v.16, p.20-45, 2006.

SOUZA, Jacqueline de; KANTORSKI, Luciane Prado; LUIS, Margarita Antônia Villar. **Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental**. Revista Baiana de Enfermagem, Salvador, v.25, n.2, p.221-228, 2011.

ROSSI, Fabiana Ribeiro. **O programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar no município de São Carlos: impactos socioeconômicos nos agricultores familiares beneficiários**. 2012. 177f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2012.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR, 2002.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **Formulação, administração e execução de políticas públicas**. CFESS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF: CFESS/ABEPSS, p. 1-25, 2009.

TINOCO, Sonia Terezinha Juliatto. **Conceituação de agricultura familiar: uma revisão bibliográfica**. 2008. Disponível em: <http://www.infobibos.com/Artigos/2008_4/AgricFamiliar/Index.htm>. Acesso em: 05 Jan 2017.

TRICHES, Rozane Márcia; BACCARIN, José Giocomo. **Interações entre alimentação escolar e agricultura familiar para o desenvolvimento local**. In: TEO, C. R. P. A.; TRICHES, R. M. (Orgs.). Alimentação escolar - construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento. Chapecó, SC: Argos, 2016. p. 89-110.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. **Desestruturar para construir: interfaces para a agricultura familiar acessar o programa de alimentação escolar**. Estudos Sociedade e Agricultura, v.2, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. O positivismo; a fenomenologia; o marxismo. In: Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. O positivismo; a fenomenologia; o marxismo. Atlas, p. 175, 2015.

VILLAR, Betzabeth Slater; SCHWARTZMAN, Flavia; JANUÁRIO, Bruna Lourenço Januario; RAMOS, Jamile Fernandes. **Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).** Revista Brasileira Epidemiologia, v.16, n.1, p.223-226, 2013.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.1, n.21, p.42-61, 2003.

ARTIGO 2 - PERFIL SOCIOECONÔMICO E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES APTOS A PARTICIPAREM DO PROJETO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE COIMBRA, MG

1. RESUMO

Este artigo tem por objetivo identificar o perfil socioeconômico dos agricultores familiares e suas condições de produção, aptos a participarem do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar (PAGAAF), no município de Coimbra, MG. Para isso, utilizou-se da aplicação de questionário com 157 agricultores familiares que residem na zona rural do município de Coimbra, MG. Os resultados evidenciaram que o perfil socioeconômico e as condições de produção dos agricultores familiares do município de Coimbra, MG, estão dentro dos padrões exigidos nos programas sociais ofertados pelo Governo, principalmente, o PAGAAF. Além de seguir características semelhantes a outras regiões do Brasil.

Palavras-chave: Agricultor Familiar. Perfil socioeconômico. Produção. Comercialização Política Pública.

2. ABSTRACT

This article aims to identify the socioeconomic profile of the family farmers and their production conditions able to participate in the Project of Acquisition of Foodstuffs from Family Agriculture (PAGAAF), in the municipality of Coimbra, MG. For this, a questionnaire was used with 157 family farmers residing in the rural area of the municipality of Coimbra, MG. The results showed that the socioeconomic profile and production conditions of family farmers in the municipality of Coimbra, MG, are within the standards required in the social programs offered by the Government, mainly PAGAAF. In addition to following characteristics similar to other regions of Brazil.

Keywords: Family farmer. Socioeconomic profile. Production. Marketing Public Policy.

3. INTRODUÇÃO

Este estudo buscou identificar o perfil socioeconômico dos agricultores familiares, bem como suas condições de produção, no município de Coimbra, MG, localizado na Zona da Mata mineira, região estritamente agrária, composta predominantemente por agricultores familiares.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), é uma região importante para o Estado de Minas Gerais, principalmente no que se refere à produção de alimentos.

Entretanto, os municípios localizados nessa região do Estado vêm enfrentando situações de baixa densidade econômica, ocasionando aumento do êxodo rural e das desigualdades sociais. Este panorama reforça os resultados apresentados nos trabalhos de Oliveira Júnior (2011) e Brasil (2015). De acordo com estes autores são acentuadas a decadência e a estagnação econômica da Zona da Mata Mineira, se comparando com as regiões mais pobres de Minas Gerais, onde a agropecuária local é insuficiente e muitos dos municípios têm alto índice de pobreza e se sustentam economicamente, por meio de políticas públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Aquisição de Alimentos (PAA), Programa da Bolsa Família (PBF) entre outros programas de transferência de renda do Governo Federal (BRASIL, 2015).

O perfil da agricultura familiar no Brasil é configurado como um universo diferenciado, incluindo, tanto as famílias que vivem e exploram pequenas propriedades em condições de extrema pobreza, quanto os produtores inseridos no moderno agronegócio, uma vez que, enquanto parte dos estabelecimentos gera um nível de renda saudável, outra parte enfrenta grandes dificuldades associadas à falta de recursos (BUAINAIN et al. 2004; LIMA; WILKINSON, 2002).

De acordo com o estudo desenvolvido em Minas Gerais, pelo Governo do Estado e Secretaria de Agricultura, em parceria com a EMATER-MG no ano de 2014, o perfil da agricultura familiar é diverso e possui especificidades, conforme a distribuição demográfica, a participação econômica dos agricultores familiares e as políticas públicas implementadas. O estudo destaca também, que ocorreram evoluções e avanços no acesso à políticas públicas na última década, com maior participação dos agricultores familiares na formulação destas políticas, assim como ampliação da oferta de programas e projetos estaduais e federais direcionados ou adequados à realidade da agricultura familiar (BRASIL, 2014).

Neste contexto, encontra-se o Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, para o qual será utilizada a sigla PAGAAF. Esse Projeto faz parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a partir da reestruturação do programa, em 16 de junho de 2009, que constitui uma das ações do Governo para promover o acesso do pequeno agricultor familiar a condições mínimas para sua fixação no campo, a partir da garantia de comercialização dos seus produtos.

Espera-se, portanto que os pequenos agricultores beneficiários pelo PAGAAF, a partir da possibilidade de alternativas de produção e também comercialização dos produtos,

consigam ter condições mínimas para manter a permanência no meio rural, além da melhoria na qualidade de vida do agricultor e sua respectiva família.

4. REVISÃO DE LITERATURA

4.1. Perfil da Agricultura familiar no Brasil

Estudos, como o de Bertolini et al. (2008) e Belik (2015), voltados para análise do perfil da agricultura familiar brasileira, têm indicado a heterogeneidade nesse segmento, com uma baixa escolaridade dos agricultores familiares, mas sendo esta categoria de extrema importância na geração de renda e empregos para os pequenos agricultores que não possuem muitas oportunidades de conseguir vagas no mercado de trabalho, além do desenvolvimento econômico e social de um grande grupo de produtores emergentes. Entretanto, os agricultores familiares apesar de terem interesse em manter e ampliar os micros negócios não possuem perfil de gestores e pouco conhecimento de administração, dificultando o estabelecimento e o fortalecimento dessas unidades de produção familiar (BERTOLINI et al., 2008).

Para Guanziroli e Cardim (2000), o perfil da agricultura familiar estabelecido no Brasil apresenta em três características principais: 1) A gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos pelos membros da família; 2) A maior parte do trabalho é igualmente executada pelos membros da família; 3) A propriedade dos meios de produção é da família, que também é responsável pela unidade produtiva.

Em Minas Gerais, de acordo com Peres Jr et al (2013), a agricultura familiar também é marcada por características distintas entre os municípios mineiros, principalmente, no que se referem as condições socioeconômicas, o que, conseqüentemente, implica em realidades alternativas nos municípios. Em razão disso, que Guanziroli (2014) defende políticas diferenciadas para cada perfil de agricultura familiar, o que na contemporaneidade não acontece com as políticas públicas para este segmento.

De acordo com Cunha (2015), os agricultores familiares que participam dos programas sociais, como PAA e PNAE, tem o perfil semelhante ao definido por Guanziroli (2014), de agricultores que produzem para consumo próprio, residem no estabelecimento, geram emprego para os filhos, possuem baixa renda anual e dependem de outras políticas sociais para se desenvolverem economicamente. Estas são características que acompanham a

tendência dos agricultores das regiões brasileiras, conforme comprovado dos estudos de Rossi (2012), Manfiolli (2014), Cunha (2015) e Oliveira (2015) que avaliaram os efeitos dos programas de compras governamentais, como PAA e PNAE.

Segundo Junqueira e Lima (2008), mesmo que o perfil da agricultura familiar seja distinto entre as regiões brasileiras, este perfil estabelece estratégias de produção, mantendo sua importância no espaço rural, principalmente na produção de alimentos para o país, razão pelo qual o governo vem investindo em políticas públicas voltadas para agricultura familiar, como os programas de compras governamentais, instituídos pelo PAA e PNAE, que traz em seu bojo o Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar (PAGAAF). O PAGAAF, de acordo com Oliveira (2015), se aproxima da realidade da agricultura familiar desenvolvida no Brasil visando fortalecimento da agricultura familiar por meio da comercialização de seus produtos a um preço condizente ao mercado local, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida do agricultor e sua família.

4.2. Agricultura do Município de Coimbra, MG

Geograficamente, Coimbra está localizada ao norte da Zona da Mata, e à microrregião de Viçosa. Está a 20km da cidade de Viçosa a 244km de Belo Horizonte. Com uma área territorial de 106.875 km², tem como municípios limítrofes Viçosa, Cajuri, Ervália, São Geraldo e Visconde do Rio Branco (IBGE, 2013).

O município de Coimbra ocupa posição privilegiada no estado de Minas Gerais, tanto no contexto geográfico, quanto histórico, por sua proximidade com Belo Horizonte, Ouro Preto, Rio de Janeiro e São Paulo (IBGE, 2013). As características históricas, agrárias e de povoamento do município possuem pontos comuns com a ocupação da Zona da Mata mineira, impulsionada pela decadência do ciclo do ouro na região central do estado. Como muitos municípios da Zona da Mata, a exploração do café, da pecuária e da agricultura de subsistência contribuíram para o seu desenvolvimento econômico durante os séculos XIX e XX.

O município é composto por 15 comunidades rurais, sendo estas: Grama, São João, São Paulo, Reta, Estiva, Piedade, São Roque, Chorão, Quarteis, Marengo, Marreco, São Venâncio, Boa Vista, São Mateus, Moinhos (EMATER-MG, 2016).

Segundo dados do IBGE (2013), Coimbra-MG é considerado um município de pequeno porte⁴ com população de aproximadamente 7.054 habitantes, dos quais 1.898, o que representa 26,6% da população, vivem na área rural. Destes, 82,2% se constituem de pequenos agricultores familiares.

A estrutura econômica do município é baseada na oferta de serviços e no setor agropecuário, destacando a indústria em terceiro lugar, em termos de Produto Interno Bruto (PIB). De acordo com o IBGE (2013), o PIB de serviços foi de R\$ 24.469.000,00 o correspondente a 56 %, o da indústria foi de R\$ 4.451.000,00 correspondendo 10%. Já a agricultura é o setor com a segunda maior importância econômica cujo PIB foi igual a R\$ 14.491.000,00 representando 34 % (IBGE, 2013).

Os dados acima indicam que a produção agrícola desenvolvida no município Coimbra, MG tem contribuído para o desenvolvimento econômico local. Este indicativo é corroborado pelos os dados da EMATER-MG (2013), que destacam os principais produtos agropecuários desenvolvidos pelos agricultores no município, como a produção avícola com 2.122,75 toneladas, a bananicultura com 198 toneladas, o café com 706 toneladas, o feijão com 440 toneladas, o milho com 4320 toneladas, a pecuária de corte com 144,13 toneladas, a pecuária de leite com 1828 mil litros, 193,90 toneladas e o tomate com 1164 toneladas.

Assim, na produção agrícola do município, o valor do rendimento médio mensal per capita dos domicílios rurais foi igual a R\$ 311,00, sendo que o município possui 743 propriedades rurais cadastradas no INCRA no ano de 2014, predominando a agricultura familiar.

De acordo com a EMATER-MG (2016), estão cadastrados 1398 agricultores familiares no município, que recebem orientação sobre os programas governamentais destinados a esse segmento, como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

A EMATER-MG (2016) destaca ainda que o município foi contemplado em 2011 e 2012, pelo prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar, sendo que cinco agricultores familiares do município participam do PNAE.

⁴ Segundo o IBGE (2010) município de pequeno porte é aqueles com população de até 20 mil habitantes

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

5.1. Caracterização da pesquisa

A pesquisa de natureza quantitativa, caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto no aspecto de coleta quanto do tratamento de informações sobre o perfil dos agricultores e suas condições de produção no município de Coimbra, MG.

As informações foram obtidas por meio de um questionário semiestruturado, com perguntas claras e objetivas, garantindo assim a uniformidade de entendimento dos entrevistados.

Aplicou-se o questionário em 157 agricultores familiares do município de Coimbra, MG, que contou com o auxílio de 01 estudante voluntária e 01 bolsista de iniciação Científica na aplicação do mesmo.

5.2. Público-alvo, cálculo da amostra e local de estudo

Em relação ao tamanho da amostra, considerou-se para ao seu cálculo o universo correspondente ao número de agricultores familiares cadastrados pela EMATER-MG, que detenham a DAP Principal por Unidade Familiar, e que residem na zona rural do município de Coimbra, MG, contabilizando 244 agricultores familiares como a população. Desta população, selecionou-se ao nível de confiança de 95% e erro amostral de 5% uma amostra igual a 149 indivíduos (Triola, 2005).

Como a população amostral correspondeu a 149 agricultores familiares aptos a participarem do PAGAAF, considerou-se pertinente estratificar a amostra, isto é, houve a necessidade de dividir a população em cinco setores que correspondem à participação de cada comunidade na população total, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 – Comunidades agrícolas familiares em Coimbra, MG, Brasil, 2016

Setor	Comunidades	Agricultores		Tamanho da Amostra	Questionários	
		Quantidade	%		Total	Aplicados
1	Gramma, São João, São Paulo, Reta	41	17	25,33	25	25
2	Estiva, Piedade, São Roque	57	23	34,27	34	38
3	Chorão, Marengo, Quarteis	71	29	43,21	43	47
4	Marreco, São Venâncio	40	16	25,33	25	25
5	Boa Vista, São Mateus, Moinhos	35	14	22,35	22	22
Total	--	244	99	150,49	149	157

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Na Tabela 3 é apresentado o agrupamento das comunidades, bem como sua população e o percentual estratificado para cada grupamento, para se chegar ao total de questionários a serem aplicados em cada grupamento. Para o primeiro setor um total de 25 questionários, no segundo setor 34, no terceiro 43, no quarto 25 e no quinto 22 questionários, totalizando 149 questionários aplicados em Coimbra, MG. O total de 157 questionários aplicados superou o número determinado pela amostra.

5.3. Coleta de dados

Este estudo foi realizado com base em dados primários oriundos da aplicação de questionários semiestruturados para informações qualitativas e quantitativas junto a 157 agricultores familiares, selecionados por amostragem. Para este estudo foram utilizadas as informações relativas a dois blocos do questionário: o bloco 01 que tratava do perfil do agricultor familiar e de sua família e o bloco 02 com informações referentes à produção e à comercialização, conforme apresentado no Quadro 9.

Quadro 9 – Variáveis do questionário semiestruturado

BLOCO 01 PERFIL DO AGRICULTOR FAMILIAR E DE SUA FAMÍLIA	BLOCO 02 PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
Gênero	Tipos de produto produzidos
Estado Civil	Forma de Comercialização
Escolaridade	Local de venda dos produtos
Idade	Equipamentos utilizados na produção
Número de pessoas por família	Método de Controle de praga
Composição familiar	Tipo de sistema de irrigação
Renda	Fatores que Dificultam a produção
Outras Rendas	Recebe Assistência Técnica da EMATER-MG
Tipo de Renda	Tipo de Assistência Técnica da EMATER-MG
Módulo fiscal da propriedade	Como consideram o serviço da EMATER-MG
Situação da propriedade	

Fonte: Elaboração própria, 2016

5.4. Análise dos dados

Foi realizada a Análise Exploratória dos Dados na verificação do comportamento geral das variáveis com uso das técnicas da Estatística Descritiva e Distribuição de Frequências por meio dos softwares MS Excel e *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1. Perfil do Agricultor Familiar de Coimbra, MG

Neste tópico serão abordados os itens que compuseram a categoria perfil dos agricultores:

Na Tabela 4 foram agrupados os dados relativos a gênero, estado civil e escolaridade. Na Tabela 5 são apresentados os dados relativos à idade, o número de pessoas por família e a composição familiar. Já na Tabela 6 são mostrados os dados relativos à renda familiar, outras rendas e os tipos de renda familiar. E por fim, na Tabela 7 é apresentado o módulo fiscal da propriedade e sua respectiva situação legal.

As primeiras características apresentadas referem-se ao gênero, ao estado civil e à escolaridade dos agricultores familiares, conforme Tabela 4.

Tabela 4 - Características do perfil dos agricultores familiares e de suas famílias, Coimbra, MG, 2016

CARACTERÍSTICAS		FREQUÊNCIAS	
Gênero	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	
Masculino	147	93,6	
Feminino	10	6,4	
Total	157	100	
Estado Civil	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	
Solteiro	16	10,2	
Casado	111	70,7	
União Estável	16	10,2	
Viúvo	2	1,3	
Divorciado	8	5,1	
Separado	4	2,5	
Total	157	100	
Escolaridade	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	
Nenhum	2	1,3	
Ensino Fundamental Incompleto	117	74,5	
Ensino Fundamental Completo	14	8,9	
Ensino Médio Incompleto	8	5,1	
Ensino Médio Completo	8	5,1	
Ensino Superior Incompleto	3	1,9	
Ensino Superior Completo	3	1,9	
Curso Técnico Completo	2	1,3	
Total	157	100	

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Apresenta-se, na Tabela 4, que dos 157 agricultores familiares entrevistados, 147 são homens e 10 são mulheres. Destes, 16 são solteiros; 111, casados; dois, viúvos; oito, divorciados; quatro, separados; e 16 mantêm união estável. No que se refere à escolaridade dos agricultores familiares, dois informaram que não tem nenhuma escolaridade; 117 possuem o ensino fundamental; 14 completaram o ensino fundamental; oito têm o ensino médio incompleto; oito finalizaram ensino médio; três têm o ensino superior incompleto, três concluíram o ensino superior e dois têm o curso técnico completo.

Os dados mostram que o perfil dos agricultores familiares entrevistados apresentam as seguintes características: a maioria são homens (93,6%), casados (70,7%), de baixa escolaridade (74,5%). Boa parte desses agricultores é do sexo masculino, seguindo uma tendência do Brasil de maior participação masculina no trabalho agrícola, conforme discutido por Camarano e Abramovay (1999), Costa et al. (2013) e Sacco dos Anjos e Caldas (2005).

Essa tendência, também foi evidenciada nos trabalhos de Cunha (2015) e Oliveira (2015), que pesquisaram sobre os efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar no contexto local do município de Espera Feliz, MG e Ubá, MG, respectivamente, municípios integrantes da Zona da Mata Mineira.

Em relação à baixa participação das mulheres, segundo Oliveira (2015), o governo vem tentando incentivar, por meio dos programas sociais, a participação da mulher rural, como por exemplo, o PAA, instituiu a Portaria 128/2013 do MDA, tornando obrigatória a participação de pelo menos 40% de mulheres nos projetos futuros que participam das operações feitas na modalidade Compra com Doação Simultânea do PAA. Esta ação, também deveria servir para outros programas de compras governamentais, como do PNAE.

Quanto à baixa escolaridade dos agricultores, é um fator preocupante para o desenvolvimento econômico dos agricultores familiares no município, pois de acordo com Oliveira (2015):

O baixo nível escolar é um grande entrave enfrentado pelos agricultores familiares. Determinadas técnicas de gerenciamento e tecnologias para serem incorporadas necessitam de certo nível de instrução para que estas possam ser otimizadas e atenderem as necessidades dos produtores. Devido a esse fato, muitos agricultores não conseguem se adequar a essas práticas (OLIVEIRA, 2015, p. 80).

A baixa escolaridade tem afetado o meio rural, pois muitos agricultores deixam de produzir novas culturas devido ao baixo nível de instrução, além de restringir a inserção em programas sociais, por receio dos agricultores de não compreender e seguir os trâmites burocráticos e aos níveis de exigências existentes nos programas.

Na Tabela 5 é apresentado o detalhamento da faixa etária, dos números de pessoas por família e da composição familiar dos agricultores do município de Coimbra, MG.

Tabela 5 - Perfil dos agricultores familiares e suas respectivas famílias, Coimbra, MG, 2016

Idade	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Entre 18 a 34 anos	13	8,3
Entre 35 a 59 anos	117	74,5
60 anos ou mais pessoas	27	17,2
Total	157	100,0

Número de pessoas por famílias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Até 2 pessoas	52	33,1
Entre 03 a 05 pessoas	96	61,1
06 ou mais pessoas	9	5,8
Total	157	100,0

Composição Familiar	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Crianças	43	9,0
Adolescentes	70	14,6
Adultos	321	67,0
Idosos	45	9,4
Total	479	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Conforme apresentado na Tabela 5, 13 agricultores familiares estão com a idade entre 18 e 34 anos; 117, entre 35 e 59 anos; e 27 com a idade acima dos 60 anos. Quanto ao número de pessoas por família destes agricultores, verificou-se que 52 produtores têm até duas pessoas por família; 96, de três a cinco; e nove tem seis ou mais. Entre esses números de ocupante por família, 43 são crianças; 70, adolescentes; 321, adultos; e 45, idosos.

A maior parte dos agricultores familiares entrevistados está na faixa etária entre 35 e 59 anos, com percentual de 74,5%, com idade média de 49 anos. As famílias, por sua vez, têm em média três membros, com maior frequência de adolescentes (14,6%), que corresponde à idade de 12 a 18 anos e adultos (67%) com a idade entre 19 a 59 anos. Identificou-se baixo percentual de criança (9%) e idoso com (9%).

A faixa etária da idade dos agricultores familiares entrevistados acompanha a tendência de outras regiões brasileiras. Isso é comprovado dos estudos, que buscaram avaliar os efeitos do PAA e PNAE nos agricultores, como Rossi (2012) e Manfiolli (2014) nos municípios de São Carlos e da região de Paranavaí, respectivamente, e os de Cunha (2015) e Oliveira (2015), realizados nos municípios de Espera Feliz e Ubá, localizados na região da Zona da Mata do estado de Minas Gerais.

Outro indicativo importante, apresentados nos dados, refere-se à baixa presença de idosos, que indica que os agricultores familiares entrevistados não acompanham a tendência

das novas configurações no meio rural brasileiro, no que diz respeito ao envelhecimento da população rural, conforme discutida por Camarano e Abramovay (1999) e Sacco dos Anjos e Caldas (2005). Estes dados são divergentes, também, com o estudo de Cunha (2015), realizando no município de Espera Feliz, MG, próximo ao município de Coimbra, MG. Mostrando assim alguns pontos diferente no perfil dos agricultores familiares da região da Zona da Mata mineira.

Já o baixo percentual de crianças, que pode vir configurar um problema de sucessão familiar, assunto esse discutido por Camarano e Abramovay (1999) e Sacco dos Anjos e Caldas (2005).

Apresentam-se na Tabela 6 resultados de renda familiar que compõem as famílias dos agricultores Coimbra, MG.

Tabela 6 – Renda Familiar dos agricultores familiares de Coimbra, MG, em 2016

Renda Familiar	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
até 1 salário mínimo	62	39,5
entre 1 a 2 salário mínimo	71	45,2
entre 2 a 3 salário mínimo	22	14,0
mais de 3 salário mínimo	2	1,3
Total	157	100,0

Outra Renda Familiar	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
sim	82	52,2
não	75	47,8
Total	157	100,0

Outros Tipos de Renda Familiar	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Aposentadoria	47	29,9
Juros e Aluguéis	6	3,8
Bolsa Família	29	18,5
Não tem outra renda	75	47,8
Total	157	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

A Tabela 6 apresenta que dos 157 agricultores entrevistados, 62 têm a renda familiar até um salário mínimo; 71, entre um a dois salários mínimos; 22, dois a três salários mínimos; e dois, mais de três salários mínimos. Verificou-se que 82 agricultores disseram ter outra renda familiar, como 47 recebem aposentadoria, seis têm renda em juros e aluguéis, 29 são beneficiários da Bolsa Família e 75 não recebem outros tipos de renda.

Dessa forma, o rendimento mensal dos agricultores familiares é de um até dois salários mínimos (45,2%), sendo originário da produção agrícola (45,9%), de benefícios sociais (48,4%) e que não recebem outro tipo de rendas (47,8%). Os dados apontaram a importância dos benefícios sociais para a vida destes agricultores, o que é corroborado por Lui, Molina e Guerra (2013), Cunha (2015) e Oliveira (2015).

Lui, Molina e Guerra (2013) reconheceram a importância da renda extra para a manutenção das famílias rurais, que os programas e os benefícios sociais, como renda dos aposentados, pensionistas e beneficiários do Bolsa Família, proporcionam na melhoria da qualidade de vida dos agricultores e sua família. Porém, os autores ressaltaram que pode ocorrer um afastamento do trabalho agrícola em razão desses benefícios sociais.

A seguir apresenta-se a composição do estabelecimento dos agricultores familiares do município de Coimbra, MG, conforme Tabela 7.

Tabela 7 – Propriedades agrícolas das famílias em Coimbra, MG, em 2016

Módulo Fiscal da Propriedade	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Menos de um módulo	15	9,6
Um módulo	71	45,2
Dois módulos	44	28,0
Três módulos	16	10,2
Quatro módulos	11	7,0
Acima de quatro módulos	-	-

Situação da Propriedade	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Emprestada ou cedida	19	12,1
Arrendada	9	5,7
Alugada	2	1,3
Própria em prestação	3	1,9
Própria já quitada	124	79,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Os dados apresentados na Tabela 7 mostram que, 15 agricultores familiares têm sua propriedade com menos de um módulo fiscal; 71, com um módulo fiscal; 44, com dois módulos fiscais; 16, com três módulos fiscais; e 11, com quatro módulos fiscais. Dos 157 entrevistados, nenhum tem acima de quatro módulos fiscais.

No que se refere à situação da propriedade, 19 agricultores disseram que a propriedade é emprestada ou cedida; nove arrendaram; dois falaram que a propriedade é alugada; três relataram que a propriedade é própria, mas que estão pagando as prestações; e 124 disseram

que a propriedade é própria e quitada que 15 agricultores familiares tem sua propriedade com menos de um módulo fiscal⁵, 71 tem um módulo fiscal, 44 com dois módulos fiscais, 16 tem três módulos fiscais, 11 com quatro módulos fiscais e dos 157 entrevistados nenhum tem acima de quatro módulos fiscais.

Verificam-se nos dados acima que o estabelecimento dos agricultores familiares, apenas 71 agricultores familiares, que correspondem 45,2% de um total de 157 agricultores familiares entrevistados, possuem um estrato de área até um módulo fiscal. Evidenciando assim que, a maioria dos agricultores familiares produz em pequenas propriedades, área menor que quatro módulos fiscais. Resultados esse que se assemelham ao dos trabalhos de Melo (2004) e Cunha (2015).

Melo (2004) desta que as políticas públicas, como o PNAE, são uma maneira de se chegar ao público alvo que mais necessita de intervenção do governo. Ou seja, no Brasil, o grupo onde estão em maior número de pessoas em situação de pobreza encontra-se na faixa dos pequenos produtores rurais, aqueles enquadrados em até quatro módulos fiscais (FNDE, 2015).

Segundo Cunha (2015, p. 72), o agricultor ser proprietário da terra permite “maior autonomia para que eles possam definir o que plantar e quando plantar”. Fato esse observado, nos dados do Quadro 17, onde 79% dos entrevistados têm a propriedade quitada, e apenas 1,3% produz em propriedade alugada, tornando-se assim, um diferencial dos agricultores familiares de Coimbra-MG. Além de ser um dos principais fatores de estabilidade e segurança para os agricultores familiares, no meio rural (OLIVEIRA, 2015).

6.2. Produção e Comercialização

Quanto aos alimentos produzidos, apresenta-se, na Tabela 8, a distribuição quantitativa e percentual dos produtos *in natura* e processado para o mercado institucional do município.

⁵ Um módulo fiscal no município de Coimbra corresponde a 24 hectares.

Tabela 8 – Tipos de produtos produzidos pelos agricultores familiares de Coimbra, MG, Brasil

TIPOS DE PRODUTO	ALIMENTOS	Nº AGRICULTOR FAMILIAR	%
<i>In Natura</i>	Frutas	20	13%
	Feijão	102	65%
	Milho	68	43%
	Legumes	48	31%
	Mandioca	21	13%
	Batata-doce	3	2%
	Verduras	20	13%
	Cheiro Verde	14	9%
	Ovos	19	12%
	Tomate	79	50%
	Outros Produtos (café, leite, carne bovina e suína)	66	42%
Processado	Mandioca Descascada	4	3%
	Bolacha Caseira	1	1%
	Derivados do Milho	6	4%
	Queijo	7	4%
	Mel	1	1%
	Leite Pasteurizado	6	4%
	Frango Caipira abatido	4	3%
	Filé de Peixe	1	1%
	Doce	1	1%
	Outros Produtos processados	2	1%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

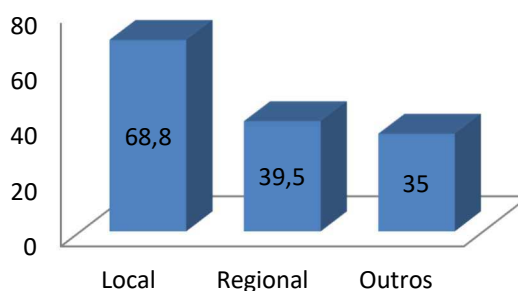
Os dados apresentados na Tabela 8 identificaram alguns produtos *in natura* produzidos pelos agricultores familiares: 20 agricultores produzem frutas; 102, feijão; 68, milho; 48, legumes; 21, mandioca; três, batata-doce; 20, verduras; 14, cheiro-verde; 19, ovos; 79, tomate; e 66 disseram que produzem outros tipos de alimento, como café, leite, carne bovina e suína. Quanto ao produto processado, quatro agricultores disseram que produzem mandioca descascada, um confecciona bolacha caseira, seis fabricam derivados do milho, sete produzem queijos, um produz mel, seis pasteurizam leite, quatro abatem frango caipira, um produz filé de peixe, um faz doce e dois informaram outros produtos.

Verifica-se, portanto, que os produtos *in natura* produzidos no município, como o feijão (65%), o tomate (50%) e o milho (43%), foram os com maior expressão na produção familiar, seguidos dos legumes (31%), das frutas (13%), das verduras (13%), do cheiro-verde (9%), da mandioca (13%) e de outros produtos (42%).

No entanto, notou-se que os produtos processados ainda são pouco produzidos pelos agricultores familiares no município, com destaque para a mandioca descascada (3%), os derivados do milho (3%), o queijo (4%), o leite pasteurizado (4%) e o frango caipira abatido (3%).

O resultado apresentado na Tabela 8 vai ao encontro ao trabalho de Passador, Rosa e Passador (2004), os quais destacaram a pouca produção dos agricultores familiares no que se refere aos produtos processados, sendo justificado em razão da falta de capital para investir nos empreendimentos agroindústrias, da dificuldade de acesso à infraestrutura adequada para atender as legislações sanitárias e da cultura do município.

Do total dos 157 agricultores familiares entrevistados, 68,8% disseram que comercializam seus produtos no comércio local, 39,5% comercializam regionalmente e 35% em outro comércio, conforme se apresenta na Figura 4.

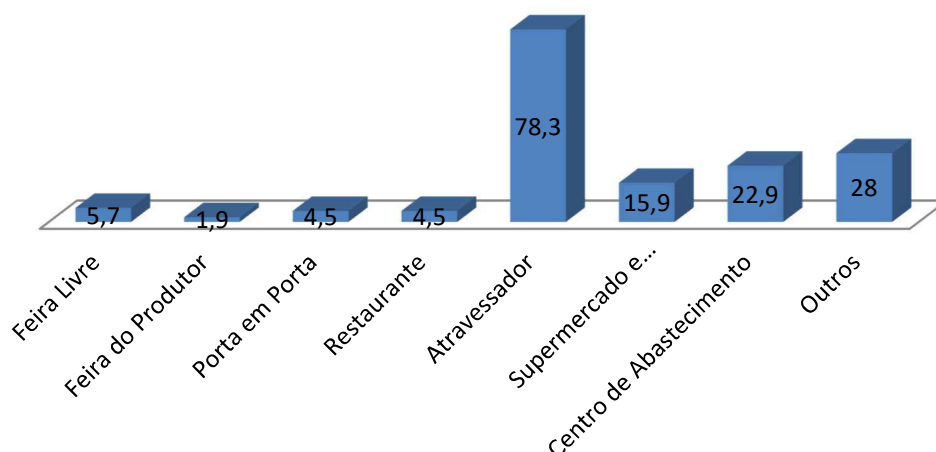


Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Figura 4 – Comercialização dos produtos agrícolas familiares, Coimbra, MG, em 2016

Os dados gráficos, apresentados na Figura 4, revelam que 68,8% dos agricultores afirmaram que comercializam sua produção no próprio município, o que indica que boa parte do PIB agrícola do município de Coimbra-MG é originário dos pequenos produtores, conforme dados apresentados pelo IBGE (2013).

Quanto ao local de venda, os agricultores familiares vendem seus produtos em: feira livre (5,7%), feira do produtor (1,9%), porta em porta (4,5%), restaurante (4,5%), atravessador (78,3%), supermercado (15,9%), centro de abastecimento (22,9%) e outros (28%), conforme Figura 5.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Figura 5 – Local de venda dos produtos agrícolas familiares, Coimbra, MG, em 2016

Destaca-se a forma de comercialização nas mãos dos atravessadores, ou seja, os 78,3% dos agricultores familiares comercializam seus produtos por meio de atravessadores, e 22,9% negociam em Centros de Abastecimentos (CEASA), conforme os dados gráficos observados na Figura 4. Este resultado é encontrado em outros estudos como os de Pereira (2003), Bezerra e Magalhães (2000), Silva, Dias e Silva (2014), Cunha (2015), Oliveira (2015) e Salgado (2016), os quais apontaram a dependência do agricultor familiar referente à comercialização por meio do atravessador.

Segundo Bezerra e Magalhães (2000, p. 66), “a figura do atravessador, que limita o lucro do produtor, impede a acumulação de capital e, conseqüentemente, os investimentos na melhoria tecnológica e na sua qualidade de vida”, ou seja, o produto do agricultor familiar perde valor ao ser comercializado por meio do atravessador. Todavia, na percepção do agricultor familiar, devido ao fator da quantidade solicitada pelas escolas é interessante a atuação do atravessador, pois segundo os agricultores entrevistados “não compensa vender para escola ou mercadinho da cidade, além de ser pouca quantidade, não compensa o custo do deslocamento semanal para entregar os produtos”.

Na Tabela 9 apresentam-se os equipamentos utilizados pelos agricultores familiares em sua produção, no município de Coimbra, MG.

Tabela 9 – Implementos agrícolas utilizados pelo agricultor familiar em sua produção, Coimbra, MG, em 2016

Equipamentos utilizados na produção	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Arado	47	29,9
Enxada	116	73,9
Pulverizador	142	90,4
Trator	131	83,4
Plantadora	98	62,4
Caminhão	75	47,8
Outros	21	13,4

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Nos dados apresentados na Tabela 9 são vistos os equipamentos utilizados pelos agricultores familiares deste município: 47 utilizam arado; 116, enxada; 142, pulverizador; 131, trator; 98, plantadora; 75, caminhão; e 21, outros tipos de equipamentos não mencionados.

Verifica-se que 90,4% usam pulverizador; 83,4%, trator; 73,9%, enxada; e 62,4%, plantadora, constatando, assim, que estes agricultores familiares estão utilizando novos equipamentos para facilitar a produção deles.

Os resultados encontrados são semelhantes aos de Doretto e Michellon (2007), Martins e Cavalcanti (2007) e Bortolatto (2009), os quais destacaram como o incremento de novas técnicas e equipamentos tem contribuído para o aumento da produção dos agricultores familiares.

Foram analisados, também, alguns métodos, técnicas e sistemas que auxiliam na condução da produção dos agricultores familiares entrevistados no município de Coimbra, MG, conforme descrito na Tabela 10.

Tabela 10 – Tratos culturais adotados pelo agricultor familiar em sua produção, Coimbra, MG, Brasil, 2016

Método de Controle de Praga	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Defensivo Agrícola (Agrotóxico)	126	80,3
Nenhum método	18	11,5
Biológico	9	5,7
Outro	4	2,5

Tipo de Sistema de Irrigação	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sulco	1	0,6
Aspersão	63	40,1
Gotejamento	51	32,5
Pivô	2	1,3
Outro	21	13,4

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

No que se refere ao método de controle de pragas utilizado pelos agricultores familiares, na Tabela 10, é retratado que 126 agricultores familiares utilizam defensivo agrícola (agrotóxico), 18 não usam nenhum método, nove usam o método biológico e quatro utilizam outros métodos. Quanto ao tipo de sistema de irrigação, um agricultor usa o sulco, 63 utilizam aspersão, 51 usam gotejamento, dois usam pivô e 21 utilizam outro tipo.

Verificam-se, nos dados expostos na Tabela 10, 80,3% dos agricultores familiares faz uso do defensivo agrícola (agrotóxico) como métodos de controle de praga. Constatou-se, também, que 21, 65,6% dos agricultores utilizam o sistema de irrigação na propriedade. Os sistemas mais utilizados são o de aspersão (40,1%) e o de gotejamento (32,5%). Estes resultados são discutidos por Bernardo, Alves e Mantovani (2011), que abordam a irrigação como uma estratégia para aumentar a rentabilidade da propriedade agrícola, tendo como consequência maior produtividade, de forma a gerar mais emprego e renda, dando ênfase para as cadeias produtivas. Segundo estes autores, a irrigação por microaspersão é mais utilizada na fruticultura, enquanto o gotejamento é mais usado na produção de hortaliças.

Vários são os problemas na produção e diversas são as dificuldades apontadas pelos 157 agricultores familiares entrevistados, conforme a Tabela 11.

Tabela 11 – Problemas na produção da agricultura familiar de Coimbra, MG, Brasil, 2016

Fatores que Dificultam a Produção	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Seca	150	95,5
Excesso de Chuva	46	29,3
Solo	30	19,1
Falta de Crédito	70	44,6
Pragas	134	85,4
Falta de Mão de Obra	108	68,8
Falta de Incentivo por parte do Governo	91	58,0
Agrotóxico	18	11,5
Falta de Informação	37	23,6
Falta de Tecnologia	33	21,0
Falta de Assistência Técnica	40	25,5
Outros	5	3,2

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Na Tabela 11 são destacados alguns dos problemas na produção agrícola, pois, de acordo com as entrevistas, 150 agricultores responderam que é a seca; 46 relataram o excesso de chuva; 30 argumentaram sobre o solo; 70 queixaram sobre a falta de crédito; 134 falaram sobre as pragas; 108 reclamaram sobre a falta de mão de obra; 91 criticaram sobre a falta de incentivo por parte do Governo; 18 falaram sobre o agrotóxico, 37 queixaram sobre a falta de informação; 33 lamentaram sobre a falta de tecnologia; 40 reclamaram sobre a falta de assistência técnica; e cinco relataram sobre outros problemas.

Entre os problemas na produção, exibidos na Tabela 11, estão a seca (95,5%), as pragas (85,4%), a falta de mão de obra (68,8%), a falta de incentivo por parte do governo (58%) e a falta de crédito (44,6%). Estes fatores corroboram com uma série de estudos que tem apontado que os agricultores enfrentam várias dificuldades, e uma dessas refere-se à sua produção, conforme detalhada em Bertolini et al. (2008) e Redin (2013). Segundo os autores, as dificuldades vão desde questões como infraestrutura das estradas e distância das propriedades até a cidade, onde são comercializados os seus produtos, como também falta de créditos, falta de assistência técnica e gestão e produção. Isso dificulta o estabelecimento e fortalecimento destas unidades de produção familiar.

Conforme a Tabela 12, os dados apresentados referem-se à presença de assistência técnica na vida dos agricultores familiares de Coimbra, MG.

Tabela 12 – EMATER-MG e agricultores familiares de Coimbra, MG, Brasil

Recebe Assistência Técnica da EMATER-MG	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	130	82,8
Não	27	17,2

Tipo de Assistência Técnica da EMATER-MG	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Visita na propriedade	96	61,1
Dia de Campo	35	22,3
Folhetos e Cartilhas	26	16,6
Orientação na Condução das Culturas	89	56,7
Para comercializar a produção em outros mercados	13	8,3
Orientação para organização e planejamento da produção	40	25,5
Para a organização de cooperativa e/ou associação	10	6,4
Orientação para o acesso aos Programas do Governo	93	59,2
Outro	3	1,9

Como consideram o serviço da EMATER-MG	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Pouco importante	2	1,3
Mais ou menos importante	17	10,8
Muito importante	138	87,9

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Quanto ao recebimento de assistência técnica realizada pela EMATER-MG, dos 157 agricultores entrevistados, 130 disseram receber e 27 alegaram que não têm recebido. Já em relação ao tipo de assistência técnica recebida pela EMATER-MG, 96 agricultores relataram a visita técnica na propriedade; 35 afirmaram sobre o Dia de Campo; 26 expuseram sobre os folhetos e cartilhas; 89 falaram sobre a orientação na condução das culturas; 13 comentaram sobre a orientação para comercializar em outros mercados; 40 articularam sobre a orientação para organizar e planejar a produção; 10 pronunciaram sobre a organização de cooperativa e, ou, associação; 93 proferiram sobre a orientação para acesso aos programas do Governo; e três discursaram sobre outros tipos de assistência técnica. A importância da EMATER-MG para estes agricultores foi assim relatada: dois agricultores familiares acharam pouco importante o serviço da EMATER-MG, 17 avaliaram mais ou menos importante e 138 consideraram muito importante.

Constatou-se, de acordo com os dados da Tabela 12, que 82,8% dos agricultores familiares disseram receber assistência técnica da EMATER-MG, porém ressaltando que a

frequência desta assistência é baixa; e 63,7% disseram que uma vez ao ano eles recebem a visita dos técnicos em suas propriedades.

Os tipos de assistência técnica variam entre visita na propriedade (61,1%), orientação para o acesso aos programas do Governo (59,2%) e orientação na condução das culturas (56,7%). Do total de 157 agricultores, 87,9% consideraram o serviço da EMATER-MG muito importante para eles. Dessa forma, os dados apresentados corroboram com os de Mazzini e Oliveira (2010), Ciro e Freitas (2013) e Gregolin et al. (2016), os quais destacaram a importância do serviço da EMATER na vida dos agricultores familiares, principalmente em relação ao acesso aos programas sociais destinados à agricultura familiar.

Um ponto importante observado na análise dos dados apresentados nas Tabelas 11 e 12 foram que 40 agricultores reclamaram sobre a falta de assistência técnica e 27 alegaram que não têm recebido assistência técnica da EMATER-MG. Este fato pode vir a configurar, na percepção dos agricultores familiares, uma insatisfação com relação ao tipo de serviço prestado pela EMATER-MG, onde este serviço se resume apenas em visitas na propriedade, o que não atende a expectativa e as demandas dos agricultores, que acabam se deparando com dificuldades para produzir gêneros alimentícios com valor de mercado, como por exemplo, pelo não financiamento, pela falta de projeto, pela não resolução das dúvidas em relação ao processo de cultivo agrícola e pela falta de orientação adequada nos manejos e tratos culturais da lavoura.

De acordo com Redin (2013) a assistência técnica pública de Extensão Rural, dada sua prioridade em atender o agricultor, não tem condições de promover uma ação personalizada a cada família no meio rural, muitas vezes, devido à dificuldade de acesso à propriedade.

A ausência da assistência técnica é apontada como um problema na agricultura, porém, segundo Ciro e Freitas (2013), a agricultura familiar local ainda precisa de apoio público local para se viabilizar e crescer e que a EMATER tem papel fundamental como mediadora dos agricultores no acesso e na gestão dos programas governamentais, principalmente do PNAE.

Diante dos dados apresentados, evidenciou-se que os agricultores familiares aptos a participarem do PAGAAF inseridos no PNAE possuem, predominantemente, o perfil que Fernandes (2013), Schneider (2010), Picolotto (2014) definiram como agricultor familiar que gerencia os trabalhos, que moram no estabelecimento, que geram empregos para família, que

possuem baixa renda anual, que utilizam recursos técnicos integrados ao mercado e que dependem de outras políticas sociais para se desenvolverem.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados indicam que o perfil socioeconômico e as condições de produção dos agricultores familiares no município de Coimbra-MG apresentam características semelhantes a outros estudos realizados em diferentes regiões brasileiras.

Os agricultores familiares do município de Coimbra, MG, são majoritariamente homens, casados e de baixa escolaridade. Destaca-se o baixo percentual de crianças e idosos, que pode vir configurar um problema de sucessão familiar. Em média, o rendimento mensal é de um até dois salários mínimos, advindos da produção agrícola e dos benefícios sociais.

A maioria, 45,2% dos pequenos agricultores familiares, possui um módulo fiscal, ou seja, produzem em pequenas propriedades com área menor que quatro módulos fiscais, que permitem acessarem as políticas públicas direcionadas a agricultura familiar. Apesar de possuírem pequenas propriedades, em sua maioria são quitadas. O que representa um diferencial dos agricultores familiares de Coimbra, MG, pois, ser proprietários da terra, permite maior autonomia na organização e no gerenciamento da propriedade.

A produção apresentou-se diversificada, com foco nos produtos *in natura* como: feijão, milho, tomate, hortaliças etc. Entretanto, os produtos processados ainda são incipientes no município de Coimbra, MG.

Os produtos produzidos pelos agricultores familiares são comercializados no mercado local e no regional, destacando-se uma comercialização nas mãos dos atravessadores. O que indica dependência por parte do agricultor familiar referente à comercialização.

Apesar da falta da assistência técnica ter sido apontada pelos agricultores familiares, que muitas vezes, não atendem a expectativa e as demandas dos agricultores, 87,9% dos agricultores familiares consideram importante o serviço da EMATER-MG local, e que necessitam de seu apoio para crescerem e terem acesso aos programas governamentais.

Dentre fatores que dificultam a produção e o trabalho dos 157 agricultores familiares, foram apontados os problemas como a seca, as pragas, a falta de mão de obra, a falta de incentivo por parte do Governo, a falta de crédito e falta de assistência técnica.

Além desses fatores mencionados pelos agricultores, podem ser incluso também a comercialização nas mãos do atravessador, a falta de tecnologia da produção, que impede que o produtor tenha uma maior produtividade ou eleve o valor da mercadoria; a falta de escolaridade, que limita o agricultor a um melhor conhecimento de mercado e inclusive a uma proposta de mudança de paradigma ou, em muitas vezes, leve estes a uma acomodação.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUAINAIN, Antônio Márcio; SABBATO, Alberto Di Sabbato; GUANZIROLI, Carlos Enrique. **Agricultura familiar: um estudo de focalização regional**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Cuiabá. Anais eletrônicos... Cuiabá: SOBER. Retrieved from <http://www.sober.org.br/palestra/12/09O437.pdf>. 2004.

BERNARDO, Salassier; SOARES, Antônio Alves; MANTOVANI, Everardo Chartuni. C. Manual de Irrigação. 8 ed. Viçosa: Editora UFV, 2006. 625 p.

BERTOLINI, Geysler R.F.; OLIVERIA, Edna de; REIS, Marcos Rogério dos; OLIVEIRA, Everson Diogo de; SOUZA, Ananda Morandini de. **Perfil e dificuldades da agricultura familiar na cidade de Guaraniaçu (PR)**. Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, v. 7, 2008.

BELIK, Walter. A Heterogeneidade e suas implicações para as políticas públicas no rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v.53, n.1, p.9-30, 2015.

BEZERRA, C. P.; MAGALHÃES, C. M. G. **Estudando as atividades econômicas da Paraíba. In Atlas escolar da Paraíba**. 2º edição. Coordenadora: Janete Lins Rodriguez-João Pessoa: Grafset, 2000.

BORTOLATTO, S. F. **Combate à fome: uma análise do programa de aquisição de alimentos na cidade do Maringá**. 2009. 22f. Monografia (curso de especialização em Gestão de Políticas Públicas I) - Universidade Estadual do Maringá. PR, 2009.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União**, 17 jun. 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Territorial (PEDET) para 33 municípios pertencentes à microrregião do Vale do Piranga e microrregião da Zona da Mata Norte do Estado de Minas Gerais**. Viçosa: UFV, 2015.

_____. Governo do Estado de Minas Gerais, Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais e EMATER-MG. **Perfil da Agricultura Familiar de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2014. Disponibilizado em:

<<http://www.agricultura.mg.gov.br/images/files/Perfil%20da%20Agricultura%20Familiar%20v2.pdf>>. Acesso em: 05 jan 2017.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro. IPEA. 1999. 28p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf>. Acesso em 12 Jan 2017.

CIRO, Paulo Marcos dos Reis; FREITAS, Alan Ferreira de; FREITAS, Alair Ferreira de. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar como indutor de processos de desenvolvimento local em Viçosa, Minas Gerais**. In: VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social-ENAPEGS 2013. 2013.

COSTA, Cassiane da; FROEHLICH, José Marcos; CARPES, Ricardo Howes. Masculinização rural: uma abordagem a partir da regionalização por sistemas agrários no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Populares**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 465-483, jul./dez. 2013.

CUNHA, Wellington Alvim da. **Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar no contexto local**. 2015. 150f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2015.

DORETTO, Moacyr; MICHELLON, Ednaldo. Avaliação dos impactos econômicos, culturais e sociais do programa de aquisição de alimentos do estado do Paraná. In: Botelho Filho, F.A.; Carvalho, A.D. **Avaliação de Políticas de Aquisição de Alimentos**. 27 ed. v.7, p.107-138, UNB Brasília, 2007.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS - EMATER-MG. **Orienta produtores na comercialização de produtos para o mercado institucional do PNAE**. Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site_tpl_paginas_internas&id=8741#.Vf66T0fF8Xg>. Acesso em: 04 Jan 2017.

_____. EMATER-MG. **Relatórios Anuais de Atividades dos anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015**.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo. **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 11-27, jan./jun. 2003.

_____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária** - o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Biblioteca Digital da Questão Agrária Brasileira, v. 1-2, 398 p., 2013.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 05 maio 2016.

GREGOLIN, Graciela Caroline; GREGOLIN, Marcos Roberto Pires; PATZLAFF, Airtton Carlos; PATZLAFF, Priscila Maria Gregolin; GIACOBBO, Ligia Fraga; ZONIN, Wilson João. **Participação da Agricultura Familiar como Fornecedora da Alimentação Escolar no Território Sudoeste do Paraná**. Nucleus, v.13, n.1, p.169-184, 2016.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, MDA Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, DF: INCRA/FAO, MDA, 2000. Disponível em: <<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iTs4E7R59.pdf>> Acesso em 14.11.16.

GUANZIROLI, C. E. et al. Evolução da Agricultura Familiar Nordestina: uma análise comparativa entre os dois censos agropecuários. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 93-105, out./dez., 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2010). **Síntese de indicadores sociais 2010**. Estudos & Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicais2012.pdf>>. Acesso em: 05 Jan 2017.

_____. IBGE (2013). **Infográficos: dados gerais do município de Coimbra, MG**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=311670>> Acesso em: 05 Jan 2017.

LIMA, Dalmò M de Albuquerque e WILKINSON, John (org). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

LUI, Gabriel Henrique; MOLINA, Silvia Maria Guerra. Benefícios sociais e transição de modos de vida rurais: uma análise do Bolsa Família e da aposentadoria rural entre pequenos produtores na Amazônia. **Política & Trabalho**, n. 38, 2013.

MARTINS, Sergio Paganini; CAVALCANTI, Lita I. Avaliação do impacto da execução do PAA no Estado do Rio Grande do Norte. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 1, n. 1, p. 1-30, 2007.

MAZZINI, Eliane de Jesus Teixeira; OLIVEIRA, Sônia Maria de. **Políticas públicas para o campo: Desafios da produção e da organização da agricultura familiar**. In: VIII Congresso Latinoamericano de sociologia rural. Anais... Porto de Galinhas. 2010.

MELLO, Carolina Junqueira Homem de. **Focalização de Políticas Públicas: teoria e prática**. 2004. 134f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós- Graduação do Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

PASSADOR, João Luiz; ROSA, Luiz Artur Bernardes da; PASSADOR, Cláudia Souza. **A comercialização na agroindústria de pequeno porte: a agricultura familiar em evidência - o caso de londrina**. In: XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2004, Cuiabá, MT. Anais do XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - Resumos. Rio de Janeiro: SOBER/UERJ/ UFMT/Embrapa, 2004. v. 1. p.

113. Disponibilizado em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/02O094.pdf>> Acesso em: 06 jan 2017.

PEREIRA, Maria da Glória Silva. **A Crise na Atividade Agrícola desenvolvida pela agricultura familiar no município de Lagoa Seca-PB**. Campina Grande-PB – UEPB, 2003.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v.52, p.63-84, 2014.

PERES JR, Miguel Rivera; PEREIRA, Viviane Guimarães; SIQUEIRA, Paulo Henrique de Lima; ANTONIALLI, Luiz Marcelo. Caracterização e agrupamento de municípios de Minas Gerais em relação à agricultura familiar. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 9, n. 3, 2013.

REDIN, Ezequiel. Muito Além da Produção e Comercialização: dificuldades e limitações da agricultura familiar. **Revista Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 6, n. 12, 2013.

SILVA, Márcio Gomes da; DIAS, Marcelo Miná; SILVA, Sandro Pereira. Relações e estratégias de (des) envolvimento rural: políticas públicas, agricultura familiar e dinâmicas locais no município de Espera Feliz (MG). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 2, p. 229-248, 2014.

SCHNEIDER, Sérgio. Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Revista do Centro de Estudos Rurais**, v.4, n.1, p.85-131, 2010.

SACCO DOS ANJOS, Fávio e CALDAS, Nádia Vellada. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e desagrarização”. **Ensaio FEE**, v.26, nº1, 2005. p. 661-694.

TRIOLA, M. F. **Introdução à Estatística**. 9 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

ARTIGO 3 - EFETIVIDADE DO PROJETO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA VIDA DOS AGRICULTORES DE COIMBRA, MG: UMA AVALIAÇÃO COMPARATIVA DE SUAS REPERCUSSÕES NA QUALIDADE DE VIDA

1. RESUMO

O governo estabelece que, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para alimentação escolar devem ser utilizados na compra de produtos advindos da agricultura familiar. Com esta ação, espera-se que os pequenos produtores rurais tenham instrumentos mínimos para a inclusão e fixação deles no meio rural, que, por sua vez, serão capazes de contribuir para o aumento da renda familiar, propiciando melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares beneficiados pelo Projeto. Este artigo tem por objetivo avaliar a efetividade do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar na vida dos agricultores familiares beneficiários, em comparação com os agricultores familiares não beneficiários deste Projeto, considerando as suas repercussões na qualidade de vida deles. O procedimento metodológico utilizado foi a pesquisa quantitativa com 157 agricultores familiares do município de Coimbra, MG, por meio da aplicação de questionários. Os resultados indicaram que não houve impacto, no que se refere à qualidade de vida dos beneficiários em comparação com os não beneficiários. Isso pode estar associado a outras políticas públicas em que os agricultores familiares estão inseridos. Esta pesquisa permite uma visão global da efetividade do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar no município estudado.

Palavras-chave: Avaliação de Efetividade. Política Pública. Agricultura Familiar. Qualidade de Vida.

2. ABSTRACT

The government establishes that at least 30% of the resource passed on by the FNDE for school feeding should be used to purchase products from family farming. With this action, it is expected that the small rural producers will have minimum instruments for their inclusion and fixation in the rural environment, which in turn will be able to contribute to the increase of the family income and that, consequently, will improve the quality of life the family farmers affected by the project. The objective of this article is to evaluate the effectiveness of the Family Agriculture Food Supply Acquisition Project in the life of the beneficiary family farmers compared to the non-beneficiary family farmers in the project, considering their repercussions on the quality of life. The methodological procedure used was quantitative-qualitative research with 157 family farmers of the Coimbra, MG municipality, through the questionnaire. The results indicated that there was no impact, as regards the quality of life of beneficiaries compared to non-beneficiaries. However, this fact is associated with other public policies in which family farmers are inserted. Therefore, this work allowed a global view of the effectiveness of the Acquisition Project of Food Products of Family Agriculture in the Coimbra, MG municipality.

Keywords: Effectiveness Assessment. Public policy. Family farming. Quality of life.

3. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é avaliar a efetividade a partir do grau/nível de satisfação e da percepção dos agricultores familiares quanto aos efeitos alcançados pelo Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar (PAGAAF) inserido no PNAE, em relação à qualidade de vida do agricultor familiar depois da implementação deste Projeto.

A partir de 1990, a discussão sobre agricultura familiar vem ganhando publicidade em razão dos entraves que os agricultores têm para comercializarem seus produtos, sendo a venda o principal gargalo. Neste cenário, destacam-se as políticas públicas que definem a criação de mercados institucionais para os produtos da agricultura familiar, cujo objetivo dentre outros, é o fortalecimento da agricultura familiar e a contribuição para fixar os produtores familiares no campo (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Entre as políticas públicas voltadas à agricultura familiar, encontra-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que teve origem na década de 1940, e que, somente a partir de junho de 2009, ao instituir a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passou a integrar o Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar (PAGAAF), que determina que pelo menos 30% (trinta por cento) do valor destinado à alimentação escolar brasileira deve ser adquirido diretamente da agricultura familiar. Esta é uma das ações do Governo Federal que visa promover o acesso do pequeno agricultor familiar a condições mínimas para fixação dele no campo, a partir da garantia de venda dos produtos excedentes e, portanto, do fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil (FNDE, 2015).

Assim, segundo Lima et al. (2016), do ponto de vista mercadológico, a partir da Lei nº 11.947/2009, o PAGAAF abre mais um canal de comercialização, no qual possibilita aos agricultores familiares atuarem como fornecedores, além de contribuir para que a agricultura familiar se organize cada vez mais e fortaleça suas ações comerciais. Para Triches e Schneider (2013), o projeto de compras institucionais passou a apresentar grande potencial para tornar-se uma política de caráter estruturante, ao abrir a possibilidade de adquirir os gêneros alimentícios dos agricultores familiares, gerando renda e, portanto, beneficiando pequenos agricultores. Ou seja, o PAGAAF pode ser um vetor que injeta dinheiro na economia local impulsionando a economia dos municípios, em contrapartida melhora a qualidade de vida das famílias dos agricultores rurais, de forma contribuir com a diminuição do êxodo rural.

Dessa forma, a partir da implementação do PAGAAF, espera-se que os pequenos produtores rurais tenham instrumentos mínimos para sua inclusão e fixação no meio rural, que por sua vez serão capazes de contribuir para o aumento da renda familiar e que, por conseguinte, propiciarão melhorias à qualidade de vida dos beneficiados. Assim, pressupõe-se que podem ocorrer inúmeras alterações na qualidade de vida dos agricultores familiares beneficiários do projeto. Porém, a qualidade de vida é um termo bastante subjetivo, uma vez que é diferente para cada pessoa, em função de seus valores, de suas particularidades, de suas vivências, de seus costumes e de seu ambiente relacional. Gonçalves e Vilarta (2004) definem qualidade de vida pelo modo como as pessoas vivem, sentem e compreendem seu cotidiano, envolvendo, portanto, saúde, educação, moradia, trabalho, renda e sua participação nas decisões que lhes dizem respeito. Para Minayo et al. (2000) qualidade de vida é uma percepção do ser humano, que se aproxima do grau de satisfação encontrado na vida familiar, social, econômica, política e ambiental, que remete conforto, bem-estar, valores individuais e coletivos, dentre outros. Nesta perspectiva, o conceito de qualidade de vida utilizado nesse trabalho é o que se reporta ao modelo desenvolvido por Metzen et al. (1980), ao considerar que a qualidade de vida deve envolver componentes concretos da vida dos indivíduos e famílias, e também as suas percepções e avaliações subjetivas.

É neste contexto que surge o interesse de avaliar a efetividade do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar na vida dos agricultores familiares beneficiários em comparação com os agricultores familiares não beneficiários no projeto, considerando suas repercussões na qualidade de vida.

De acordo com Arretche (2003), Baptista (2000) e Fagundes e Moura (2009), a avaliação da efetividade possibilita avaliar a capacidade de a política pública, após sua efetivação, dar respostas aceitas e adequadas aos problemas ou às questões que pretendeu atender, além de avaliar o sucesso ou fracasso em termos de uma efetiva mudança na vida cotidiana da população atingida pelas políticas públicas.

4. REVISÃO DE LITERATURA

4.1 Programas Sociais e a Importância de sua Avaliação

Com o aumento acelerado da criação de políticas públicas a partir da década de 1990, estimulado pela transição democrática, ocorreu um crescimento dos estudos acadêmicos nesta

área, principalmente no que se refere à avaliação (ARRETCHE, 2001 e 2003, SOUZA, 2003). Essa informação é corroborada por Jannuzzi (2013) ao afirmar que a prática de avaliação de políticas públicas é algo recente no Brasil, ocorrendo um aumento dessas atividades a partir do ano 2000, não apenas por órgãos governamentais, mas também por organismos internacionais, grupos da sociedade civil, pesquisadores de universidades e centros de pesquisa.

Meneguim e Freitas (2013) entendem que a avaliação de políticas públicas é um instrumento que acrescenta transparência à ação do Governo, possibilitando à sociedade tomar conhecimento de como e onde são aplicados os recursos públicos. Assim, a avaliação como instrumento pode proporcionar o aperfeiçoamento e redirecionamento dos programas governamentais, em que as políticas públicas são concretizadas. Cardoso (2010) complementa que a avaliação de programas e projetos sociais vem se inserindo como um instrumento para prognosticar as reais contribuições das ações governamentais destinadas às melhorias das condições de vida da população.

Segundo Frey (2000, p. 229), a avaliação é uma das fases do Ciclo de Políticas Públicas (Policy Cycle), “imprescindível para o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública”, além de permitir combater o mau uso dos recursos públicos e a reestruturação dos projetos e programas públicos de forma mais eficiente, visando ainda verificar quais as mudanças ocasionadas pelas políticas públicas com seu público-alvo (COTTA, 1998).

De acordo com Arretche (2003), a avaliação de políticas públicas não deve se limitar a avaliar apenas resultados que mensuram quantitativamente os benefícios ou malefícios de um programa, mas também os processos que qualificam decisões, mudanças, implicações e conflitos. Devem ainda ser examinados processos, produtos, efeitos e impactos das ações em que incidem as políticas públicas (RUA, 2009).

Meneguim e Freitas (2013) apontam que a avaliação deve ser criteriosa, pois, dessa forma, facilita encontrar possíveis erros, aprimorar ações em andamento ou até confirmar a impotência de determinada política pública. Já para Figueiredo e Figueiredo (1986), é necessário definir que critérios serão utilizados para avaliar as políticas públicas. Para Cavalcanti (2006) os critérios de avaliação de política pública apresentam-se em três níveis, sendo eles eficiência, eficácia e efetividade, e esses conceitos são frequentemente usados

quando se fala em processos, resultados e impactos de políticas públicas, sendo esses definidos como:

Eficiência – otimização de recursos (RUA, 2009); análise do processo; relação entre os resultados e o custo benefício (CUNHA, 2006); resultado entre o previsto e o realizado; e a capacidade de fazer gastando pouco (CAVALCANTI, 2006). De acordo com Arretche (2003, p. 34), a avaliação da eficiência é “a mais necessária e urgente de ser desenvolvida”, além de ser de baixo custo para sua realização. Porém, a desvantagem dessa avaliação é que a sua aplicação em projetos no âmbito social exige, segundo Frasson (2001, p. 241) “que os benefícios do projeto, que muitas vezes são intangíveis, sejam traduzidos em termos monetários”, ou seja, às vezes os efeitos do projeto não podem ser percebidos por meio do concreto, do palpável, assim torna-se difícil de demonstrá-lo em termos de recursos financeiros.

Eficácia – cumprimento das metas e dos objetivos (RUA, 2009); relação entre o alcance de objetivos e as metas do programa sem considerar os custos implicados; ou seja, o cumprimento dos objetivos do programa (CUNHA, 2006); o grau de alcance dos objetivos e das metas do programa (COHEN; FRANCO, 2008). A avaliação da eficácia é a mais utilizada, por ser mais exequível e por gastar menos tempo para ser realizada. Mas, apresenta certa dificuldade no alcance, na confiabilidade e na veracidade das informações obtidas referente à operacionalização efetiva do programa analisado (FRASSON, 2001, ARRETCHÉ, 2003). Essas dificuldades, de acordo com Frasson (2001, p. 161) são devidas “ao ambiente caracterizado pela complexidade, multidimensionalidade e imprevisibilidade que o programa está inserido”, ou seja, os programas sociais estão inseridos num ambiente dinâmico, complexo e inesperado.

Efetividade – impacto e efeito do programa (RUA, 2009); relação entre os resultados e o objetivo (CUNHA, 2006); compreende a capacidade de o programa afetar o meio onde se realiza; e examina os efeitos na realidade que se quer transformar (CAVALCANTI, 2006). Segundo Cotta (1998) e Marinho e Façanha (2001), a avaliação da efetividade é a única que estabelece uma relação de causalidade entre as ações do projeto e o resultado final. De acordo com Arretche (2003), por ser mais rigorosa, a avaliação de efetividade possibilita responder questões mais complexas de pesquisa, permitindo assim, segundo Frasson (2001) medir o alcance dos objetivos do projeto (eficácia), verificar se os recursos estão sendo aplicados adequadamente

(eficiência) e, se os projetos estão ou não respondendo às necessidades ou provocando mudanças reais no público-alvo (efetividade). De acordo com Frasson (2001), Arretche (2003), Cunha (2006) e Ramos e Schabbach (2012), a avaliação de efetividade é a mais complexa e a mais difícil de realização, em função das exigências para demonstrar que os resultados obtidos estão relacionados aos produtos oferecidos pelo programa, ou seja, pela dificuldade em distinguir quais alterações são efeitos da intervenção e quais resultam de outros fatores (COTTA, 1998).

Apesar dos desafios apresentados, optou-se pela avaliação da efetividade, visto que diz respeito à capacidade de a política pública, após sua efetivação, dar respostas aceitas e adequadas aos problemas ou às questões que pretendeu atender (BAPTISTA 2000), além de avaliar o sucesso ou fracasso em termos de uma efetiva mudança na vida cotidiana da população beneficiada pelas políticas públicas (FAGUNDES; MOURA, 2009, ARRETCHÉ, 2003).

4.2. Avaliação de Efetividade de Políticas Públicas e suas implicações

A avaliação de efetividade é um tema recente e ainda pouco abordado academicamente (Minayo, 2005), havendo, portanto, baixo número de publicações cujo tema central seja a avaliação da efetividade de programas sociais.

Roche (2002), Sano e Montenegro Filho (2013) e Silveira et al. (2013) denominam avaliação da efetividade como avaliação de impacto, nesse trabalho será considerada a denominação de avaliação de efetividade.

De acordo com Silva e Barros (2015) a avaliação da efetividade aborda os impactos diretos ou indiretos dos serviços ofertados pela ação do Governo. O objetivo da avaliação da efetividade é deliberar se um programa atingiu os resultados desejados sobre os indivíduos, as famílias e as instituições e se estes resultados são conferidos à intervenção do programa (SILVEIRA et al., 2013).

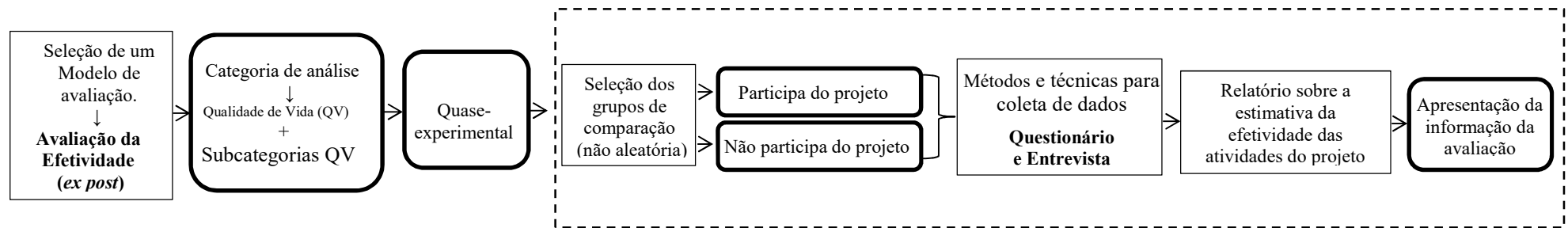
Segundo Bittencourt (2007), a avaliação de efetividade pode ser classificada em relação ao momento e à etapa do programa no qual será realizada a avaliação. O momento leva em consideração o instante em que a avaliação é realizada podendo ser classificada como ex-ante ou ex-post. De acordo com Oliveira (2015), no Brasil não existe uma legislação apropriada que exija que as políticas públicas ou programas sociais sejam avaliados antes ou

após sua implementação. É importante ressaltar que os estudos de avaliação da efetividade de programas sociais podem exigir para cada caso, a aplicação de metodologias distintas, sendo que não necessariamente deva existir somente um modelo único para avaliá-las (CAMPÊLO, 2006). Isso é devido às peculiaridades de cada programa social, à disponibilidade de dados, limitações de tempo e às circunstâncias de cada país (ROSSI, 2012).

Quando se tenta avaliar uma política pública, devem-se considerar, cuidadosamente, todas as opções de procedimentos metodológicos existentes, buscando alcançar os resultados mais precisos possíveis (ROSSI, 2012). As metodologias utilizadas podem ser quantitativas, qualitativas ou uma abordagem mista integrando os dois métodos (BAKER, 2000). Há uma discussão na literatura sobre os métodos usados na avaliação de impacto, ou seja, métodos quantitativos e qualitativos. Porém, é crescente a aceitação da utilização de ambas a abordagem em avaliação de efetividade para se avaliarem os programas sociais. De acordo com Baker (2000 apud Silveira et al., 2013), a combinação de ambos os métodos é o ideal, pois, ao mesmo tempo que fornece o impacto quantificável de um projeto, fornece, também, os esclarecimentos dos processos e das intervenções que efetivaram este resultado.

Gertler et al. (2015) acrescentaram que, o uso dos dois métodos (quanti-quali) na avaliação de efetividade de programas sociais, faz-se necessário a presença de dois grupos de comparação, sejam eles: um grupo controle (não beneficiários) e um de tratamento (beneficiários). Segundo Baker (2000 apud Silveira et al., 2013), um bom grupo controle deve vir do mesmo ambiente do grupo tratamento e receber os mesmos tratamentos no que se referem às técnicas de coletas de dados, seja o questionário ou a entrevista.

Nesta direção, a estrutura utilizada neste estudo como norteadora para a avaliação de efetividade do PAGAAF está representada no modelo proposto a seguir, a partir do trabalho de Cohen Franco (2008), conforme descrito na Figura 6.



Fonte: Elaboração própria, adaptado de Cohen e Franco (2008, p. 136).

Figura 6 - Estrutura do Modelo de Avaliação da Efetividade

Seguindo a lógica da Figura 6, primeiro foi selecionado o modelo de avaliação da efetividade no momento ex-post, ou seja, depois da implementação do Projeto. Posteriormente, foram estabelecidos os objetivos, as medidas de análise ou categorias de análise (Qualidade de Vida - QV) e as respectivas subcategorias. Depois, decidiu-se pelo desenho quase-experimental, uma vez que o desenho experimental era inviável, pois não se tinha nenhuma avaliação antes do início do Projeto no município que pudesse estabelecer os benefícios causados pelo Projeto. Desta forma, a escolha dos grupos não foi feita de forma aleatória, dependendo apenas da entrada efetiva dos produtores no Projeto, ou seja, os produtores precisavam cumprir os critérios preestabelecidos no Projeto. Em seguida, foram montados dois grupos de comparação, sendo um que participa e outro que não participa do Projeto. Ao final foram escolhidos os métodos (quanti-qualitativos) e as técnicas de coletas de dados (questionário e entrevista) para composição da análise e por fim foram apresentados os resultados da avaliação de efetividade do PAGAAF.

4.3 Qualidade de Vida

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2012), espera-se que o PAGAAF, além de ser um canal de comercialização para o agricultor familiar, também seja um elemento essencial para garantir a qualidade de vida das pessoas envolvidas, fazendo com que os pequenos produtores encontrem maneiras de crescer e saírem da pobreza sem deixar de trabalhar no campo, propiciando assim a melhoria de sua qualidade de vida.

As questões relativas à qualidade de vida vêm sendo abordadas sobre diversos pontos, principalmente, no que diz respeito à sua avaliação e mensuração, quer individualmente, quer coletivamente, é preciso compreender as novas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, que influenciam a qualidade de vida das pessoas (ALMEIDA; GUITIRREZ; MARQUES, 2012). Devido a isso, vários têm sido os instrumentos propostos para avaliação de um fenômeno tão complexo, como a qualidade de vida, uma vez que para mensurá-la depende do olhar do indivíduo para o que seja mais importante em sua vida (CARDOSO, 2010).

O conceito de qualidade de vida pode variar de autor para autor, segundo Gonçalves e Vilarta (2004), a construção de uma medida de qualidade de vida estará condicionada ao tipo de população estudada. Para Minayo et al. (2000) qualidade de vida é uma percepção do ser

humano, que se aproxima do grau de satisfação encontrado na vida familiar, social, econômica, política e ambiental, que remete a conforto, bem-estar, valores individuais e coletivos, dentre outros. Na visão de Acosta Hoyos (1985), a questão está na percepção das necessidades humanas entrelaçadas ao que as pessoas acreditam ser qualidade de vida, envolvendo, assim, componentes concretos da vida dos indivíduos e famílias, como também as suas percepções e avaliações subjetivas (METZEN et al. (1980).

O conceito de qualidade de vida utilizado neste trabalho é o reportado ao modelo desenvolvido por Metzen et al. (1980), os quais relacionaram às condições necessárias, em níveis de famílias e comunidades, para satisfazer adequadamente suas necessidades básicas e culturalmente definidas, indispensáveis para vida cotidiana. Estes autores propuseram um modelo que se baseia na premissa de que a satisfação com a qualidade de vida na unidade familiar encontra-se dentro de um contexto comunitário, conforme representado na Figura 7.



Fonte: Elaboração própria, com base em METZEN et al. (1980)

Figura 7 – Modelo Conceitual de Qualidade de Vida

Na Figura 7, apresentam-se os 15 componentes concretos do ambiente (que incluem pessoas e infraestrutura), que necessitam conter no contexto das experiências de vidas das famílias e comunidades estudadas, que estão relacionados a seguir:

- ✓ Vida Familiar: é a relação entre a família (pai, mãe, filho e irmão);

- ✓ Renda: são os ganhos obtidos pelas famílias, seja de atividades produtivas ou de outras fontes (aposentadoria, juros, aluguéis ou programas sociais);
- ✓ Saúde: são as condições de saúde do indivíduo e ou familiar;
- ✓ Moradia: é o tipo e condições de habitação das famílias;
- ✓ Educação: corresponde ao número de anos formais de estudo que possuem os membros da família como um todo;
- ✓ Alimentação: refere-se à quantidade e qualidade de alimentos consumidos pelas famílias, ou seja, visa conhecer se ocorreu mudanças no padrão alimentar das famílias entrevistadas em consequência da implementação do projeto;
- ✓ Relacionamento e Ajudas: trata-se das relações sociais com vizinhos, parentes, amigos;
- ✓ Bem-estar consigo mesmo: relaciona com a capacidade do ser humano relacionar com seu “eu”, com seu conflito interno, ou seja, amar e aceitar a pessoa que você é, por dentro e por fora;
- ✓ Lazer: diz respeito às atividades de entretenimento realizadas pelas famílias, ou seja, divertimentos, descanso realizados pela família;
- ✓ Serviços Comunitários: trata-se dos serviços oferecidos pela comunidade referente a infraestrutura disponível (escolas, hospitais, casas comerciais) e aos serviços (transporte, serviços de água e esgoto, assistência médica); além da integração dos serviços do agricultor para com a comunidade;
- ✓ Religião: refere-se à capacidade do indivíduo e da família encontrar significados da vida, por meio espiritual, fortalecendo o corpo, a mente e a alma;
- ✓ Trabalho e Produção: relaciona-se às atividades produtivas dos membros familiares, por se tratar de atividades de produção rural, foi considerado como sistema de produção dos estabelecimentos em estudo;
- ✓ Meio Ambiente: trata-se da capacidade do indivíduo perceber a importância de cuidar do ambiente e dos recursos naturais que lhe rodeia;
- ✓ Integração Social e Política: diz respeito à integração do indivíduo com diferentes grupos e ações sociais (organização, sindicatos, cooperativas) e políticos (partido político, presidente de comunidade);
- ✓ Segurança Física: refere-se à segurança, tanto pessoal quanto comunitária.

Metzen et al. (1980) ressaltaram que estes componentes da vida deverão se relacionar com os aspectos subjetivos, que se referem às percepções que os indivíduos/famílias têm e às avaliações que estes fazem, em termo de satisfação com as suas próprias condições.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Realizou-se a pesquisa na zona rural de Coimbra, MG. O município está localizado na Zona da Mata de Minas Gerais e conta com uma população de, aproximadamente, 7.054 habitantes, sendo cerca de 70% rural. Dos agricultores familiares, 1.398 estão cadastrados na EMATER-MG e têm conhecimento dos programas governamentais destinados a este segmento, como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Destes, 244 possuem perfil para serem inscritos no PAGAAF, porém apenas cinco agricultores familiares participam deste projeto em Coimbra, MG.

Participaram desse estudo agricultores familiares que possuíam o conjunto de características necessárias para participarem do PAGAAF no município de Coimbra-MG. Para a definição do tamanho da amostra, foi adotado o nível de confiança de 95% e erro amostral de 5% (TRIOLA, 2005), o que conduziu a uma amostra de 149 agricultores familiares, dentre os 244 cadastrados na EMATER-MG.

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se o questionário semiestruturado. Para sua construção levou-se em consideração o modelo de qualidade de vida de Metzen et al., (1980). Os questionários foram aplicados no período de 18 de julho a 10 de setembro de 2016.

Para análise dos dados, fez-se uso de ferramentas estatísticas, como a análise exploratória dos dados, alfa de *Cronbach*, escala somada, teste de médias e análise de frequências (MOREIRA, 2016). Para o tratamento dos dados e a realização das análises estatística, foram utilizados os programas MS *Excel* e *Statistical Package for the Social Sciences* – SPSS.

As subcategorias que compõem a avaliação da categoria “Qualidade de Vida” estão descritas no Quadro 10.

Quadro 10 – Categoria e subcategorias

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS
Qualidade de Vida	Vida familiar Geração de Renda Saúde Moradia Educação Alimentação Relacionamentos de Ajudas Bem Estar consigo mesmo Lazer Serviços Comunitários Religião Trabalho e Produção Meio Ambiente Integração Social e Política Segurança Física

Fonte: Elaboração própria, com base em METZEN et al. (1980)

As subcategorias apresentadas no Quadro 10 deram suporte para as análises dos dados quantitativos e qualitativos utilizados na pesquisa.

A fim de avaliar os dados quantitativos, realizou-se o teste t para as amostras independentes, visando analisar o mais significativo dos componentes de qualidade de vida que foram elaborados. Os significantes devem atender à hipótese central de que o PAGAAF, ao ser implementado, concede aos pequenos produtores rurais instrumentos mínimos para sua inclusão e fixação no meio rural, abrindo canais de comercialização para o agricultor, que, por sua vez, serão capazes de contribuir para o aumento da renda familiar e que, por conseguinte, propiciarão melhorias à qualidade de vida dos beneficiados. Assim, tem-se que:

$H_0: X_0 = X_1$, a média da satisfação dos beneficiários é igual à média de satisfação dos não beneficiários.

$H_1: X_0 \neq X_1$, a média da satisfação dos beneficiários é diferente da média de satisfação dos não beneficiários.

Quanto à análise qualitativa, para avaliar o grau de satisfação dos agricultores familiares em relação à qualidade de vida, foi feita subjetivamente, de acordo com as percepções dos agricultores entrevistados, levando-se em conta o nível de satisfação com as diversas subcategorias da qualidade da vida, apresentadas no Quadro 10. Estas subcategorias foram avaliadas pelos agricultores, em termos do nível de satisfação, sendo atribuídos valores que variam de 1 a 5, correspondendo, respectivamente, aos seguintes graus de satisfação:

muito insatisfeito, insatisfeito, indiferente, satisfeito, muito satisfeito. Para aqueles componentes da qualidade de vida com nível de insatisfação, os entrevistados deveriam justificar suas razões.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1 Análise da satisfação das subcategorias da qualidade de vida

O acesso das famílias às diferentes subcategorias da qualidade de vida e a satisfação delas com estas estão representados na Tabela 13, a partir da construção das frequências absoluta e relativa.

Tabela 13 – Satisfação dos agricultores familiares referente à qualidade de vida, Coimbra, MG

Componentes da qualidade de vida	Grau de Satisfação									
	muito insatisfeito		insatisfeito		indiferente		satisfeito		muito satisfeito	
	Frequências Absoluta (*Ab) e Relativa (**%)									
	Ab	%	Ab	%	Ab	%	Ab	%	Ab	%
Vida familiar			3	2,0	7	4,6	73	47,9	74	48,7
Geração de renda			1	11,2	39	25,6	93	61,1	8	5,2
Saúde			6	3,9	14	9,2	112	73,6	25	16,4
Moradia			2	1,3	9	5,9	125	82,1	21	13,8
Educação			2	1,3	15	9,9	131	86,1	9	5,9
Alimentação			1	0,7	3	2,0	138	90,7	15	9,9
Relacionamento e ajudas			5	3,3	11	7,2	108	70,9	33	21,7
Bem estar consigo mesmo			3	2,0	11	7,1	107	70,4	36	23,7
Lazer			12	7,8	32	21,1	103	67,6	10	6,6
Serviços comunitários			7	4,6	66	43,3	83	54,6	1	0,7
Religião			2	1,3	10	6,6	107	70,3	38	25,0
Trabalho e produção			4	2,6	14	9,2	103	67,6	36	23,6
Meio ambiente	2	1,3	5	3,2	56	36,8	91	59,9	3	2,0
Integração social e política	1	0,7	7	4,6	79	51,8	68	44,7	2	1,3
Segurança física	22	14,5	100	65,7	19	12,4	14	9,2	1	0,7
Média geral	8,3	5,5	10,6	7,7	25,6	16,8	97,0	63,7	20,8	13,6

Fonte: Dados da pesquisa, 2016. * A frequência absoluta (Ab) está associada ao número de vezes que um nível de satisfação foi citado. ** A frequência relativa (%) é determinada em porcentagem, por meio da relação entre a frequência absoluta do nível de satisfação e o somatório dos valores citados.

As informações apresentadas na Tabela 13 detalham o grau de satisfação dos agricultores familiares, que estão aptos a participarem do PAGAAF, no que se refere à

qualidade de vida deles. Na subcategoria “vida familiar” verificou-se que 96,6% destes agricultores se sentem satisfeitos ou muito satisfeitos com suas próprias famílias. Apenas 2% mencionaram insatisfeitos, conforme justificado pelos relatos, “preciso de mais aceitação, me aproximar mais das filhas, fico muito sozinha”, e “minha vida familiar está desestruturada, cada um para seu canto”. Percebe-se que nessa subcategoria a satisfação está relacionada às relações interpessoais e a convivência familiar.

Para a agricultura familiar que possui como característica o trabalho desenvolvido pelos membros do grupo familiar, esta satisfação facilita a dinâmica do trabalho e também a organização da vida agrícola, conforme Albergaria et al., 2012.

Referente à geração de renda, os dados demonstraram que 63,3% dos agricultores familiares confirmaram satisfação com sua renda; e 11,2% disseram insatisfeitos. Segundo os agricultores, “falta dinheiro”, “a renda é pouca”, “precisa melhorar a renda”, “preciso melhorar a renda, as coisas estão muito caras”, “renda baixa, trabalho muito, mas o atravessador ganha mais”.

A satisfação dos agricultores com sua renda pode estar relacionada aos resultados dos programas sociais implantados pelo Governo nos últimos 30 anos, que visam o desenvolvimento rural e a fixação do homem no campo. Os programas desenvolvidos pelo Governo podem contribuir no desenvolvimento agrícola, oportunizando assim a dinamização de pequenos investimentos, da segurança financeira dos agricultores e dos fluxos econômicos em nível local, conforme apresentados por Cunha (2015), Oliveira (2015) e Manfiolli (2014).

Verificou-se que 90% dos agricultores familiares, tanto beneficiários quanto não beneficiários, apresentaram-se satisfeitos com o componente da qualidade de vida “saúde”. Apenas 3% relataram insatisfação com a sua saúde, com destaque para alegações como “preciso melhorar minha saúde”, “muito problemas de saúde”, “minha saúde está ruim” e “não tenho boa saúde tomo muito remédio”.

A saúde é um fator historicamente crítico no Brasil e até a promulgação da Constituição de 1988 que prevê seu acesso como um direito do cidadão ocasionou a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Entretanto, os trabalhos preventivos, relacionados aos programas de atendimento à família, são recentes e foram instituídos a partir de 1994, como o Programa Saúde da Família (PSF) (TOSIN et al., 2015) No aspecto da qualidade de vida, os projetos de aquisição de alimentos direto do agricultor podem colaborar em relação à

melhoria da alimentação. Entretanto, aspectos como orientação nutricional e saneamento básico, que interferem diretamente na saúde, não estão contemplados.

Quanto à moradia das famílias, os agricultores beneficiários e não beneficiários, demonstraram 95,9% de satisfação. Apenas 1,3% demonstrou insatisfação alegando “moradia ruim” e “moradia precária”. Este resultado é importante por ser também uma subcategoria fundamental para determinar a qualidade de vida familiar, assegurando, assim, uma igualdade social, pois segundo Reis (2013), a moradia digna tornou-se um dos desafios para o governo brasileiro para impedir as desigualdades sociais do país. As políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, como o PAA e o PNAE, têm contribuído para que os agricultores tenham acesso à moradia digna, conforme encontrado em Oliveira (2015), o qual abordou sobre o conforto na moradia dos produtores rurais, após as inserções deles no PAA e PNAE.

Verificou-se que 92% dos agricultores familiares apresentaram-se satisfeitos quanto à subcategoria “educação”. Apenas 1,3% destes relatou insatisfação, justificando que “falta educação” e que “a educação pode melhorar”. A educação de qualidade é um direito de todos e dever do estado, mas o Brasil tem enfrentado o problema da exclusão social que gerou grande impacto nos sistemas educacionais. O acesso à educação é essencial para promover e qualificar o desenvolvimento do meio rural brasileiro (NEY; DE SOUZA; PONCIANO, 2015).

No que se refere à alimentação, 100% dos agricultores familiares entrevistados confirmaram satisfação com sua alimentação e a de sua família. O resultado confirmou os dados do IBGE (2013) que destacaram a diversificação da produção agrícola no município de Coimbra-MG, que tem impulsionado o agricultor familiar a produzir alimentos essenciais para seu consumo e comercialização. Segundo Cunha (2015) e Oliveira (2015), a diversificação agrícola tem possibilitado os produtores rurais ofertarem seus produtos aos programas de compras de alimentos, como PAA e PNAE, além de terem alimentos variados e saudáveis para o consumo, proporcionando assim uma boa alimentação para sua família.

Quanto à subcategoria “relacionamento e ajuda”, 92,6% dos agricultores se sentiam satisfeitos em relação aos seus parentes, vizinhos e amigos. Apenas 3,3% relataram insatisfação alegando “não tenho amigos verdadeiros”, “meu relacionamento e ajuda está ruim” e “ninguém ajuda ninguém”. A satisfação dos agricultores ratifica o trabalho de Floriano (2013), que demonstra que os agricultores familiares prezam por um ambiente tranquilo no meio rural, cultivados entre vizinhos, amigos e parentes. Para estes, ter qualidade

de vida está relacionado às necessidades subjetivas, ou seja, significa viver bem, ter amizades e bom relacionamento com outras pessoas e com a família. Assim o bom relacionamento e a ajuda mútua têm contribuído para as atividades cotidianas entre os agricultores, principalmente nos que se refere aos trabalhos agrícolas relacionados ao mercado institucional (CUNHA, 2015).

A subcategoria “bem-estar consigo mesmo”, na percepção dos agricultores familiares revelaram 94,1% de satisfação. Este resultado é corroborado por Favero et al. (2013), os quais afirmaram que o bem-estar se associa a processos positivos relacionados à saúde e às capacidades essenciais para o enfrentamento dos desafios da vida. Entre essas capacidades estão a autoaceitação, as relações positivas com os outros, a autonomia, o propósito na vida e o crescimento pessoal. Nesse aspecto, a qualidade de vida pode contribuir para que o agricultor, motivado e de bem-consigo mesmo, possa inserir no projeto de aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar.

Em relação à subcategoria “lazer”, 74,2% dos agricultores encontram-se satisfeitos. Entre as demais subcategorias da qualidade de vida, o “lazer” foi o segundo percentual com maior no nível de insatisfação, perfazendo 7,8%. Os entrevistados justificaram a insatisfação como “não temos lazer”, “tenho pouco tempo para lazer”, “não sobra tempo para o lazer” e “não sobra tempo para passear”. Observa-se que o lazer, na percepção dos agricultores se relaciona ao descanso, tempo livre, passeio, o que é comprovado por Sousa, Passos e Khan (2004), que destacaram a relação do lazer no meio rural com sendo o descanso, passeios, futebol, festas e televisão.

Referente à subcategoria “serviços comunitários”, verificou-se que 55,3% dos agricultores estão satisfeitos. Porém, foi observada insatisfação de 4,6%, destacando, “não temos telefone público”, “as estradas estão ruins” e “os ônibus escolares estão em péssimas condições”. De acordo com Cardoso (2010), o engajamento das pessoas, em relação aos serviços comunitários, está relacionado à atividade da igreja, como festa, grupo de oração e evento associado à melhoria da comunidade. A satisfação dos agricultores a esta subcategoria, auxilia para sua inserção nos programas sociais, principalmente no PNAE e PAA, pois se compreende que os serviços de infraestrutura disponíveis em sua comunidade permitem uma boa logística para operacionalização desenvolvida nos mercados institucionais (CUNHA, 2015).

Em relação à “religião”, 95,3% afirmaram estar satisfeitos. Verificou-se que em quase toda comunidade visitada havia a presença de uma capela, igreja e templos evangélicos. Dessa forma, foi possível identificar que as construções religiosas têm importância nas comunidades rurais, pois, ao mesmo tempo onde é um local de fé, oração, este local assume a função de integrar as pessoas da comunidade para reuniões, cursos e treinamentos promovidos por órgão público (EMATER, Sindicato etc.), festas e outros eventos. Estes encontros são um canal para divulgar os programas sociais disponibilizados aos agricultores familiares, visando à inserção deles ao mercado institucional, além de proporcionar melhorias econômicas e sociais (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014).

À subcategoria “trabalho e produção”, 91,2% dos agricultores familiares estão satisfeitos com o trabalho e a produção deles. Somente 2,6% apresentaram-se insatisfeitos com o componente “trabalho e produção”, justificado que “a produção às vezes dá renda, outras vezes prejuízo”, “tem muito trabalho e pouca produção” e “preço da produção baixo”.

Para atender a demanda dos programas governamentais de aquisição de alimentos da agricultura familiar, como PAA e PNAE, os produtores tiveram que adequar sua produção de acordo com as necessidades desses novos mercados. Estes programas buscam priorizar as expertises de produção dos agricultores familiares, optando por comercializar os produtos que estes já cultivam (OLIVEIRA, 2015). A satisfação dos agricultores com seu trabalho e sua produção pode estar relacionada aos resultados destes programas, pois estes ajudaram a aumentar a produção de alimentos, além de abrir espaço para comercializar em outros municípios.

No que se refere ao “meio ambiente”, 61,9% dos agricultores familiares disseram-se satisfeitos; e 4,5%, insatisfeitos. Foi justificado pelos agricultores que “o meio ambiente precisa ter maior cuidado”, “não existe preocupação com o meio ambiente”; “não tem jeito, nós temos que usar agrotóxico na plantação, se não, não produz”, e “as granjas de suinocultura acabaram com as águas dos rios, córregos e da localidade”. Estas considerações estão presentes na afirmação de Schons e Fiorin (2007), os quais destacaram ser necessário pensar a qualidade de vida a partir de um novo olhar, que respeita o meio ambiente e seus recursos, ou seja, diminuir as condições de degradação do meio e assim melhorar a qualidade de vida. Além do mais, não há como melhorar a qualidade de vida sem que paralelamente se promova uma melhoria das questões ambientais, pois a qualidade do meio ambiente está intimamente ligada à qualidade de vida (BEZERRA et al., 2009).

Nesse sentido, a preocupação com meio ambiente está presente nas ações do PAGAAF, que prioriza a aquisição de produtos orgânicos, o que tem incentivado à produção de alimentos livres de agrotóxicos, o que pode ter gerado este resultado.

Em relação à “integração social e política”, 56,5% dos agricultores familiares disseram estar insatisfeitos e indiferentes, ou seja, não demonstraram interesse pelo assunto. Este resultado pode ser por causa de a realização da pesquisa de campo ter acontecido concomitantemente ao período de eleições municipais, e, por isso, muitos manifestaram pouco interesse ou receio em responder a esta questão.

O grau de insatisfação e indiferença da subcategoria “segurança física” foi o mais identificado no estudo, correspondendo ao total de 92,6% dos agricultores familiares, o que demonstrou considerável preocupação. Segundo as justificativas dos agricultores, “não há patrulha rural nas comunidades rurais”, “só há policiamento quando acontece algum tipo de furto, como de equipamentos (roçadeira, bombas de irrigação etc.)” e “assaltos na época da colheita”.

Estas inseguranças têm levado ao êxodo rural, em que muitos se mudam para a área urbana, utilizando o horário da manhã para trabalhar no campo e ao final do dia retorna para cidade, podendo prejudicar a efetividade dos programas sociais voltados para o desenvolvimento econômico rural e a fixação do trabalhador rural no campo (OLIVEIRA, 2015).

Os resultados obtidos indicam que as subcategorias da qualidade de vida, vida familiar, geração de renda, saúde, moradia, educação, alimentação, relacionamento e ajudas, bem-estar consigo mesmo, trabalho e produção foram os que os agricultores familiares estavam mais satisfeitos. Quanto às subcategorias lazer, integração social e política e meio ambiente, estes foram os componentes que os agricultores familiares se sentiram indiferentes ou insatisfeitos. A segurança física dos agricultores e de seus familiares teve o maior percentual de insatisfação.

Estes resultados corroboraram com os encontrados nos trabalhos de Cardoso (2010), Manfiolli (2014), Cunha (2015) e Oliveira (2015), os quais indicaram positivos efeitos dos programas sociais na melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, como fortalecimentos dos laços familiares, aumento da renda, adoção de práticas solidárias, promoção de conforto e melhorias nas moradias, boa alimentação etc. Assim, verificou-se uma existência de uma associação da qualidade de vida e do PAGAAF, demonstrando características que podem

contribuir para inserção dos agricultores familiares nos programas governamentais instituídos no Brasil.

6.2 Comparação do nível de Qualidade de Vida dos Agricultores Familiares (Beneficiários x Não Beneficiário)

Após analisar separadamente as subcategorias da qualidade de vida, verificaram-se os mais significantes, de acordo com os conceitos de Qualidade de Vida elaborados. A decisão de rejeição ou não das hipóteses testadas foi tomada com base no p valor (*p value*), que indica a probabilidade estimada de rejeição da hipótese nula. Como se admitiu o nível de significância a 5%, qualquer p valor abaixo desse valor rejeita-se H0.

Assim, foram analisadas a descrição estatística e a comparação de médias da satisfação com a qualidade de vida dos dois grupos, o beneficiário e o não beneficiário. Na Tabela 14, são apresentados os testes de médias para as variáveis relativas à qualidade de vida dos agricultores familiares do município de Coimbra, MG, os quais participam ou não do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar.

Tabela 14 – Qualidade de Vida dos agricultores de Coimbra, MG, Brasil

Subcategoria da Qualidade de Vida	Beneficiário				Não Beneficiário			
	média	mínimo	máximo	desvio padrão	média	mínimo	máximo	desvio padrão
Vida Familiar	4,0	4	4	0	4,4	2	5	0,67
Geração de Renda	4,0	3	5	0,71	3,57	2	5	0,75
Saúde	4,2	4	5	0,45	3,99	2	5	0,64
Moradia	4,2	4	5	0,45	4,05	2	5	0,49
Educação	4,2	4	5	0,45	3,93	2	5	0,45
Alimentação	4,0	4	4	0	4,07	2	5	0,38
Relacionamentos e Ajudas	3,8	3	4	0,45	4,09	2	5	0,64
Bem-estar consigo mesmo	4,0	4	4	0	4,16	2	5	0,58
Lazer	3,6	2	4	0,89	3,71	2	5	0,70
Serviços Comunitários	3,4	3	4	0,55	3,5	2	5	0,60
Religião	4,0	4	4	0	4,16	2	5	0,59
Trabalho e Produção	4,2	4	5	0,45	4,09	2	5	0,65
Meio Ambiente	3,2	2	4	0,84	3,57	1	5	0,65
Integração Social e Política	3,2	3	4	0,45	3,41	1	5	0,63
Segurança Física	2,6	2	4	0,89	2,18	1	5	0,81
Média Geral	3,77				3,79			
Alfa de Cronbach	0,83							
Teste de Médias	Grupos				Percentual (%)			
Qualidade de Vida	Beneficiário				3,2			
	Não Beneficiário				96,8			

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Na Tabela 14 são apresentadas as 15 subcategorias da qualidade de vida que são analisadas tanto para o grupo tratamento (beneficiário) quanto para o grupo controle (não beneficiário), descrevendo a média, o mínimo, o máximo e o desvio-padrão. A média dos grupos representa o valor comum atribuído pelos entrevistados. Em geral, a média de ambos os grupos está concentrada na escala de 4 pontos, podendo observar algumas variações nas respostas, onde o mínimo e o máximo evidenciam essas variabilidades e o desvio padrão as confirma.

As subcategorias “vida familiar”, “saúde”, “moradia”, “educação”, “alimentação”, “relacionamentos e ajudas”, “bem-estar consigo mesmo”, “serviços comunitários”, “religião”, “trabalho e produção” e “integração social e política”, com base na percepção dos beneficiários, obtiveram médias entre 3,2 a 4,2 e baixo desvio padrão, entre 0 a 0,55, indicando que houve reduzida variabilidade nas respostas, ou seja, as respostas concentraram no intervalo do mínimo e máximo entre 3 e 4 pontos. Na percepção dos não beneficiários, essas subcategorias tiveram médias semelhantes entre 3,41 a 4,4, e baixo desvio padrão entre 0,38 a 0,67, indicando também que a baixa dispersão das respostas. Esses resultados indicam homogeneidade na avaliação dos agricultores familiares em relação às essas subcategorias da qualidade de vida.

Entretanto, as subcategorias “geração de renda”, “lazer”, “meio ambiente” e “segurança física”, conforme percepção do grupo tratamento, indicaram médias baixas, entre 2,6 a 4,0, ocorrendo maior dispersão, onde o mínimo e o máximo estão num intervalo entre 2 e 4, numa variação das respostas. Quanto ao grupo controle, essas subcategorias também tiveram médias que variaram entre 2,18 a 3,71, com desvio padrão entre 0,70 a 0,81 indicando maior dispersão entre as respostas. Estas variabilidades podem indicar que essas subcategorias são assuntos que podem ter diferentes visões pelos entrevistados.

Nota-se ainda, na Tabela 14, que a média geral das subcategorias, para o grupo tratamento alcançou a média, 3,77; e no grupo controle, 3,79. O Alfa de *Cronbach* foi de 0,83. O teste de média dos grupos correspondeu a um total de 157 agricultores familiares, sendo 3,2% dos beneficiários e 96,8% dos não beneficiários. O P valor foi igual a 0,941.

Verifica-se que, a confiabilidade das subcategorias da Qualidade de Vida, a partir da técnica do Alfa de *Cronbach*, que se obteve um coeficiente com valor de 0,83, confirmando que as subcategorias são fortemente correlacionadas, uma vez que o valor de Alfa, que está dentro do parâmetro de 0 a 1, que requer o mínimo aceitável de 0,60 (MAROCO; GARCIA-

MARQUES, 2006). Tal resultado demonstrou que o conjunto de subcategorias adotado representa com confiabilidade a ideia geral de qualidade de vida.

No que se refere à média geral das subcategorias da Qualidade de Vida, verificou-se que os testes de médias indicaram igualdade de satisfação ($H_0: X_0=X_1$), ou seja, a média da satisfação dos beneficiários que corresponde 3,77 é estatisticamente igual à média de satisfação dos não beneficiários de 3,79.

Os dados apresentados na Tabela 14 indicaram a rejeição da hipótese testada, tomada com base no P valor de 0,941. Como se admitiu nível de significância a 5%, qualquer P valor abaixo deste valor rejeita-se H_0 . Todavia, $0,941 > 0,05$, o que denota que não houve diferenças estatísticas entre as médias de satisfação dos agricultores do PAGAAF e as dos que não participam deste Projeto ($H_0: X_0=X_1$). O resultado desta pesquisa corrobora com outras avaliações de programas sociais destinados ao meio rural, como PRONAF, PAA e PNAE, apresentados nos trabalhos de Damasceno, Khan e Lima (2011) e de Moreira, Silveira e Motter (2014), que avaliaram a percepção dos agricultores familiares beneficiários e não beneficiários, referente à melhoria da qualidade de vida diante desses programas. Os referidos autores identificaram que os programas sociais isoladamente não conseguem contribuir para melhorias na qualidade de vida, quando se comparado com outros estudos.

Embora a média da qualidade de vida do grupo tratamento seja estatisticamente igual à do grupo controle, pode-se afirmar que PAGAAF contribui para a satisfação dos beneficiários com relação a determinados elementos da qualidade de vida, pois as médias das subcategorias “geração de renda” (4,0) e “trabalho e produção” (4,2) foram maiores na percepção dos agricultores beneficiários, se comparando com as dos agricultores que não pertencem ao Projeto, com média (3,57) e (4,09).

Dessa forma, os resultados do Projeto apontaram melhorias em aspectos específicos na qualidade de vida dos agricultores familiares beneficiários, como aumento da renda, diversificação da produção e garantia de mercado e comercialização. Este indicativo é semelhante ao encontrado em Oliveira (2015), Cunha (2015) e Manfiolli (2014), os quais avaliaram os efeitos do PAA e PNAE na vida do agricultor e concluíram que, mesmo de forma significativa, ocorreu aumento da diversificação da produção, melhoria da renda, garantia de mercado e comercialização.

Cabe ressaltar que, não havendo a diferença entre os grupos, não significa que o PAGAAF não esteja melhorando a qualidade de vida dos agricultores familiares beneficiários,

pois a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares tanto dos beneficiários como a dos não beneficiários está, muitas vezes, associada a outras políticas públicas onde os agricultores estão inseridos, como PAA, PRONAF, PBF e PNHR. Esta afirmação é apontada nos trabalhos de Damasceno, Khan e Lima (2011), Mafioli (2014), Oliveira (2015), Cunha (2015) e Moreira (2016), em que a qualidade de vida foi um aspecto positivo adquirido após a inserção dos agricultores em um conjunto de programas sociais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os resultados, verificou-se que as subcategorias da qualidade de vida: vida familiar, saúde, moradia, educação, alimentação, relacionamento e ajudas, bem-estar consigo mesmo, trabalho e produção foram os itens que os agricultores familiares estavam mais satisfeitos. Quanto às subcategorias: lazer, integração social, política e meio ambiente foram os tópicos que estes agricultores se sentiam indiferentes ou insatisfeitos. Já a “segurança física” teve o maior percentual de insatisfação, para os dois grupos.

Os resultados indicam que não houve diferença entre as médias de satisfação entre beneficiários e não beneficiários. Isso pode indicar que ser beneficiário ou não do PAGAAF não teve influência significativa sobre a percepção dos agricultores familiares acerca da qualidade de vida deles.

Foram percebidas pelos agricultores familiares mudanças como o aumento da renda, a diversificação da produção, a garantia de mercado e a facilidade de comercialização. Embora a média geral da qualidade de vida do grupo tratamento tenha sido igual à do grupo controle, nas subcategorias “geração de renda”, “trabalho e produção”, a percepção de melhoria foi maior dos agricultores beneficiários, se comparando com os agricultores que não pertencem ao Projeto, o que pode ser um indicativo de que o participar do PAGAAF contribuiu para o aumento da satisfação dos beneficiários com relação à qualidade de vida, conforme recomendado por Arretche (2003), Cohen e Franco (2008), Rua (2009), Silveira et al. (2013) e Silva e Barros (2015), os quais relataram que ao avaliar uma política pública deve-se considerar cuidadosamente todas as subcategorias, a fim de alcançar os resultados mais minuciosos possíveis, buscando, não apenas os resultados que possam medir quantitativamente os benefícios ou não, e, sim, os processos que qualificam decisões, mudanças, implicações e conflito ocasionados pelos programas sociais com seu público-alvo.

Sugere-se que sejam feitos outros estudos avaliativos desta natureza, ampliando-se para os outros municípios de pequeno porte, assim como pesquisas que foquem em outros sujeitos envolvidos no projeto, como agentes financeiros, técnicos agropecuários, gestores públicos e instituições participantes, como os conselhos municipais e as associações de produtores rurais.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA – HOYOS, Luís E. **Tecnologia e Qualidade de Vida**. Viçosa.1985.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Para uma teoria dos estudos territoriais**. In: Antônio César Ortega; Niemeyer Almeida Filho. (Org.). Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas: Alínea, 2006, p. 19-38.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis; MARQUES, Renato. **QUALIDADE DE VIDA. Escola de Artes, Ciências e Humanidades** - EACH/USP, 2012. Disponível em: < http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33576601/qualidade_vida.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSMTNPEA&Expires=1484002310&Signature=P40RQuACy6QupuTeo2J7pIP2Bro%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DQualidade_vida.pdf> Acesso em: 05 jan 2017.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 29-39.

_____. **Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS, 2000. 155 p.

BAKER, Judy L. **Evaluating the impact of development projects on poverty: a handbook for parctitioners**. Washington: World Bank, 2000.

BITTENCOURT, Jaqueline Marcela Villafuerte. **Uma avaliação da efetividade do Programa de Alimentação Escolar no município de Guaíba**. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BEZERRA, Francisco Silvestre Brilhante et al. **Qualidade de vida e percepção ambiental dos moradores de uma comunidade rural de Mossoró, RN**. Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, v.4, n.3, p.39-44, 2009.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 1, 25 jul. 2006.

_____. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União**, 17 jun. 2009.

_____. Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Diário Oficial da União**, 17 jun. 2009.

_____. Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial da União**, 18 jun. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Políticas Públicas para Agricultura Familiar**. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/rosaria/Dropbox/Mestrado%202015/1%20-%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%20ROS%C3%81RIA/III%20-%20ARTIGO%20-%20IMPACTO%20DO%20PAGAAF/Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20para%20Agricultura%20Familiar.pdf>. Acesso em: 16 nov 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Produtos da agricultura familiar contribuem para alimentação escolar sustentável**. 2012. Disponível em: <<http://www.portaldoagronegocio.com.br/noticia/produtos-da-agricultura-familiar-contribuem-para-alimentao-escolar-mais-saudvel-26121>>. Acesso em: 05 maio 2016.

_____. Resolução/CD/FNDE nº 4, de 2 de abril de 2015. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Diário Oficial da União** 16 abr. 2015.

CAMPELO, Amanda Farias Arruda. **Avaliação de programas sociais em ONGs: discutindo aspectos conceituais e levantando algumas orientações metodológicas sobre avaliação de impacto**. Interfaces de Saberes, v.6, n.1, 2006.

CARDOSO, Virgínia Arlinda da Silva et al. **Práticas do cotidiano e o Programa Minas Sem Fome: A experiência da Padaria Artesanal "Mãos de Fibra"**, Viçosa/MG. 2010. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2010.

CAVALCANTI, Mônica Maria de Arruda. **Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: uma abordagem conceitual**. Revista Interfaces de Saberes, João Pessoa, v.6, n. 1, p.1-13, 2006.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 8ª ed. 2008. 312 p.

COTTA, Tereza Cristina. **Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto**. Revista do Serviço Público, Brasília, v.49, n.2, p.105-126, 1998.

CUNHA, Carla Giane Soares da. **Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. Porto Alegre: Secretaria de Coordenação e Planejamento, 2006. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper29.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2016.

CUNHA, Wellington Alvim da. **Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar no contexto local**. 2015. 150f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2015.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS - EMATER-MG. **Orienta produtores na comercialização de produtos para o mercado institucional do PNAE**. Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site_tpl_paginas_internas&id=8741#.Vf66T0fF8Xg>. Acesso em: 04 maio 2016.

FAGUNDES, Helenara; DE MOURA, Alessandra Ballinhas. **Avaliação de programas e políticas públicas**. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 89-103, 2009.

FAVERO, E., SARRIERA, J. C., TRINDADE, M. C., & Galli, F. (2013). **A seca e sua relação com o bem-estar das famílias rurais do noroeste do Rio Grande do Sul**. In J. F. Leite & M. Dimenstein (Eds.), *Psicologia & Contextos rurais* (pp. 303-332). Natal, RN: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica**. São Paulo: Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, 1986. Disponível em: <<http://www.josenorberto.com.br/AC-2007-38.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2015.

FRASSON, Ieda. **Critérios de Eficiência, Eficácia e Efetividade adotados pelos Avaliadores de Instituições Não-Governamentais Financiadoras de Projetos Sociais**. 2001. 319 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, SC, 2001.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n.21, p.211-259, 2000.

GERTLER, Paul J. et al. **Avaliação de Impacto na Prática**. World Bank Publications, 2015.

GONÇALVES, Aguinaldo. Em busca do diálogo do controle social sobre o estilo de vida. In: VILARTA, Roberto (org.) **Qualidade de Vida e políticas públicas: saúde, lazer e atividade física**. Campinas, IPES, 2004, p. 17-26.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. Revista de economia e sociologia rural, v.52, p.125-146, 2014.

HERCULANO, Selene C. et al. **A qualidade de vida e seus indicadores**. Ambiente e Sociedade, v.1, n.2, p.77-99, 1998.

JANNUZZI, P.M. **Monitoramento e avaliação de programas sociais**: revisitando mitos e recolocando premissas para sua maior efetividade na gestão. Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação. 2013; 5: 4-26.

LIMA, Aparecida de Fátima Alves; FONTOURA, Taysa; PIMENTA, Paulo Roberto; GRZEBIELUCKAS, Cleci; SENGGER, Neuri Elizer. **A Comercialização da Agricultura Familiar para o PNAE no Território Rural do Alto Paraguai-MT**. XI Congresso da Sociedade Brasileira de Sistema de Produção. 06 a 08 de junho de 2016. Universidade Católica de Pelotas/UCPEL. Pelotas – RS. Disponível em:< http://www.sbsp.org.br/z1/files/pub/146841821938281_Aparecida-de-Fatima-Alves-de-Lima.pdf> Acesso em: 29 out 2016.

MANFIOLLI, M. H. **Os Efeitos do PAA e do PNAE na Agricultura Familiar da Região Administrativa de Paranavaí**. Maringá, 2014. 79 f. Dissertação (Mestrado em Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas) - Universidade Estadual de Maringá, PA, 2014.

MARINHO, Alexandre; FAÇANHA, Luís Otávio. Programas Sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação. Brasília, DF. IPEA, Texto para Discussão, n. 787.

MENEGUIN, Fernando B.; FREITAS, Igor Vilas Boas de. **Aplicações em avaliação de políticas públicas**: metodologia e estudos de caso. Brasília, DF, 2013. P. 1-23. (Textos para Discussão, 123).

METZEN, E.; WILLIAM, F. L.; SHULL, J.; KEEF, D. R. **Quality of life as affected by area of residence**. I Project descript. Columbia: University Missoure, College of Agriculture, Agricultural Experiment Station, 1980. 112 p. (Research Bulletin, 1036)

MINAYO, M. C. de S. **Conceito de avaliação por triangulação de métodos**. In M. C. DE S. MINAYO; S. G. ASSIS; E. R. SOUZA (Eds.), Avaliação por triangulação de métodos. Abordagem de programas sociais(pp.19-51). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. **Qualidade de Vida e saúde**: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.5, n.1, p. 7-18, 2000.

MOREIRA, Vinicius de Souza. **Avaliação dos resultados do programa “Minha casa, minha vida” em Minas Gerais** / Vinicius de Souza Moreira. – Viçosa, MG, 2016. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa. f.120-128. 2016.

NEY, Marlon Gomes; DE SOUZA, Paulo Marcelo; PONCIANO, Niraldo José. Desigualdade de acesso à educação e evasão escolar entre ricos e pobres no Brasil rural e urbano. InterSciencePlace, v. 1, n. 13, 2015.

OLIVEIRA, L. G. de. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) da agricultura familiar: estudo de**

caso na microrregião de Ubá-MG. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2015.

RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. **O estado da arte da avaliação de políticas públicas:** conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Revista Administração Pública.* Rio de Janeiro, v.5, n.46, p.1271-1294, 2012.

ROCHE, Chris. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs:** aprendendo a valorizar as mudanças/Chris Roche; [edição adaptada para o Brasil ABONG; tradução: Tisel Tradução e Interpretação Simultânea Escrita]. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez: ABONG; Oxford, Inglaterra: Oxfam, 2002.

ROSSI, Fabiana Ribeiro. **O programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da agricultura familiar no município de São Carlos:** impactos socioeconômicos nos agricultores familiares beneficiários. 2012. 177f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2012.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas.** Brasília, DF: CAPES/UAB, 2009. 130 p.

SANO, Hironobu; MONTENEGRO FILHO, Mário Jorge França. **As técnicas de avaliação da eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública e sua relevância para o desenvolvimento social e das ações públicas.** *Desenvolvimento em Questão*, v.11, n.22, p.35-61, 2013.

SCHONS, Marceli Inês; FIORIN, Vera Maria Favila. **Uso da terra no espaço rural do município de Campina das Missões, RS.** *Cadernos de Agroecologia*, v.2, n.1, 2007.

SILVA, José de Ribamar Sá; BARROS, Vadira. Avaliação de Políticas e Programas Sociais: um destaque ao sentido das variáveis contextuais. *Revista Políticas Públicas*, v. 8, n. 2, p. 141-156, 2015.

SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos; VIEIRA, Larissa Haddad Souza; CAPOBIANGO, Ronan Pereira; REIS, Paulo Ricardo; DRUMOND, Alexandre Matos. **Políticas Públicas: Monitorar e Avaliar Para Quê?** In: FERREIRA, Marco Aurélio Marques; ABRANTES, Luiz Antônio (Organizadores). Assis; Viçosa: Triunfal Gráfica e Editora, 2013. Cap.11, p.301-327.

SOUSA, Magda Cristina de; PASSOS, Ana Tereza Bittencourt; KHAN, Ahmad Saeed. **Qualidade de vida da agricultura familiar em assentamentos da reforma agrária no Rio Grande do Norte.** "Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, SOBER, 42, 2004.

SOUZA, Celina. **“Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.18, n.51, p.15-20, 2003.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP).** *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v.52, p.205-222, 2014.

TOSIN, Cássia et al. A Transição do Modelo Tradicional para Estratégia Saúde da Família: A Percepção do Usuário. **Cadernos da Escola de Saúde**, Curitiba, v.1, n.13, p.146-166, 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. **Desestruturar para construir: interfaces para a agricultura familiar acessar o programa de alimentação escolar**. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 2, p.66-107, 2013.

ARTIGO 4 - REPERCUSSÕES DO PROJETO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES BENEFICIÁRIOS NO MUNICÍPIO DE COIMBRA, MG

1. RESUMO

A reestruturação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) contemplou o Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar (PAGAAF) sendo notória uma nova realidade socioeconômica para os agricultores familiares. Assim, propõe-se, neste artigo, analisar as repercussões do PAGAAF na vida dos agricultores familiares beneficiários no município de Coimbra, MG. O procedimento das análises dos resultados teve como parâmetros as categorias econômica e social, que visaram ampliar e aprofundar o conhecimento das repercussões decorrentes das intervenções do projeto realizadas na vida dos beneficiários. Conclui-se que as repercussões do projeto na vida dos agricultores familiares do município de Coimbra, MG são evidentes, por exemplo, o aumento da renda familiar, estabilidade para venda dos produtos, incentivo para introduzir novas culturas e melhorias na qualidade de vida do agricultor e sua família. Porém, não se pode afirmar que todas estas repercussões são advindas somente do Projeto, pois, em todas as categorias analisadas os resultados demonstraram que, muitas das vezes estão associados a outras políticas públicas em que os agricultores estão inseridos.

Palavras-chave: Resultados. Políticas Públicas. Agricultor Familiar. Repercussões.

2. ABSTRACT

The restructuring of the National School Feeding Program (PNAE) contemplated the Project for the Acquisition of Foodstuffs from Family Agriculture (PAGAAF), with a new socioeconomic reality for family farmers. Thus, it is proposed, in this article, to analyze the repercussions of PAGAAF on the lives of the beneficiary family farmers in the municipality of Coimbra, MG. The results analysis procedure had the economic and social categories as parameters, aiming to broaden and deepen the knowledge of the repercussions resulting from the project interventions carried out in the lives of the beneficiaries. It is concluded that the repercussions of the project on the life of family farmers in the municipality of Coimbra, MG are evident, for example, increased family income, stability for sale of products, incentive to introduce new crops and improvements in the quality of life of the farmer and your family. However, it can not be said that all these repercussions come only from the Project, because in all the analyzed categories the results showed that they are often associated with other public policies in which the farmers are inserted.

Keywords: Results. Public policy. Family farmer. Repercussions

3. INTRODUÇÃO

Este estudo teve por objetivo analisar a repercussão do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar (PAGAAF), na vida dos agricultores familiares beneficiários do Projeto, no município de Coimbra, MG.

Após, sete anos da reestruturação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a partir de 16 de junho de 2009, que contempla o Projeto de Aquisição de Gêneros

Alimentícios da Agricultura Familiar, que nesse estudo será designado pela sigla PAGAAF, nota-se a manifestação de uma nova realidade socioeconômica para os agricultores familiares. Esta nova realidade agrícola é encontrada nas pesquisas de Bittencourt (2007), Manfiolli (2014), Cunha (2015) e Oliveira (2015), que tiveram como objetivos avaliar os efeitos das compras institucionais do Programa Aquisição Alimento (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no contexto mais amplo, ou seja, no caráter macro das análises. Os resultados encontrados indicaram: a distribuição de renda que promoveu aumento, diversificação, circulação e melhoria de renda para os agricultores; a valorização dos alimentos regionais e aumento da qualidade dos produtos; a garantia de mercado e comercialização; a ampliação das relações institucionais entre órgãos públicos e a minimização da diferença social.

Existe uma carência de estudos sobre a avaliação das ações e ou dos projetos que compõem o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Este estudo se restringiu às repercussões do PAGAAF na vida cotidiana dos pequenos agricultores, na pretensão de fazer uma análise micro dos impactos ocorridos na vida dos agricultores familiares beneficiários desse Projeto, além de compreender a dinâmica de implementação dessa política em municípios de pequeno porte, como é o caso de Coimbra, MG. O estudo buscou contribuir com a compreensão acerca de como se dá a capilaridade de um Projeto vinculado a uma política pública, em âmbito local e sua capacidade de provocar mudanças na vida cotidiana da população.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo de caso, desenvolvido com cinco agricultores familiares beneficiários do Projeto de Aquisição de Gênero Alimentício da Agricultura Familiar (PAGAAF) inserido no PNAE do município de Coimbra, MG. De acordo Vergara (2007) e Araújo (2008), o estudo de caso consiste em um trabalho profundo e exaustivo, que permite um conhecimento amplo e detalhado sobre a realidade cotidiana. Foram utilizados como técnicas de coleta de dados: observação, entrevistas, fotografias e registros do diário de campo.

No que diz respeito às observações, estas ocorreram no período de outubro a dezembro de 2016, em visitas às propriedades rurais e no acompanhamento de atividades cotidianas dos

familiares. Foram 34 visitas com um total de 33 horas e 10 minutos de observações em dias e horários alternados. Estas visitas foram registradas em um diário de campo e também em fotografias, mediante autorização prévia.

As entrevistas foram realizadas com representantes das entidades executoras e de apoio. As entidades executoras, representadas pelo Departamento Municipal de Educação e pela Escola Estadual do município de Coimbra, e pela entidade de apoio, representada pela EMATER-MG local, envolvidas no projeto.

A efetivação do estudo de caso ocorreu em dois momentos. O primeiro foi realizado no mês de julho a novembro de 2015 com o intuito de apresentar os objetivos da pesquisa e também conhecer algumas particularidades das condições dos agricultores familiares, bem como o funcionamento do projeto no município. Já o segundo momento foram utilizadas as observações que aconteceram no período de janeiro a dezembro de 2016, na realização da colheita e organização dos alimentos, na entrega dos produtos as escolas, na atividade cotidiana dos agricultores que estão inseridos no Projeto.

Para auxiliar a análise dos dados foram criadas categorias de análise a partir dos trabalhos de Bittencourt (2007), Manfiolli (2014), Cunha (2015), Oliveira (2015) e Moreira (2016).

Foram consideradas duas categorias de análise, com desdobramento em outras oito subcategorias indicativas sobre o tema proposto, conforme Quadro 11.

Quadro 11 – Categorias de análise

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
ECONÔMICA	Produção e Mercado
	Modo de Produção
	Trabalho e Renda
SOCIAL	Organização Social
	Envolvimento familiar
	Relações institucionais
	Qualidade de Vida

Fonte: Elaboração própria, com base nos autores Bittencourt (2007), Manfiolli (2014), Cunha (2015), Oliveira (2015) e Moreira (2016).

No Quadro 11 são apresentadas as categorias econômica e social e as subcategorias que fazem parte das experiências de vidas dos agricultores e respectivas famílias e ainda as comunidades estudadas e que estão relacionadas a:

Categoria Econômica:

- ✓ Produção e Mercado: aumento da produção, preço pago aos produtos, investimentos na atividade agrícola, diversificação da produção e, por fim, a comercialização;
- ✓ Modo de Produção: forma de produção, se tradicional ou orgânica; dificuldades no processo de produção; e
- ✓ Trabalho e Renda: ampliação do volume de trabalho, tipo de contratação de trabalho e aumento da renda familiar.

Categoria Social:

- ✓ Organização Social: formas de organização social local;
- ✓ Envolvimento familiar: inclusão dos membros da família entre mulheres e jovens, ou seja, número de pessoas da família envolvida no processo de produção;
- ✓ Relações institucionais: relação das entidades públicas locais com os agricultores familiares; e
- ✓ Qualidade de Vida: condições necessárias para que famílias e comunidades satisfizessem, adequadamente, as necessidades básicas e culturalmente definidas, indispensáveis para vida cotidiana, como saúde, alimentação, educação, lazer, segurança, etc.

As análises dos dados ocorreram destacando-se os pontos comuns e os divergentes, as singularidades e as particularidades próprias de cada sujeito.

Os resultados foram organizados para serem apresentados e discutidos seguindo as categorias de análise.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Os Agricultores e seus Familiares

Os cinco agricultores familiares participantes do PAGAAF são Adilson, Luiz Carlos, Sebastião, José Batista e Vanderley, apresentados na Figura 8.

A família do agricultor Adilson (agricultor 1) é composta por ele, sua esposa e um filho, conforme Figura 8.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Figura 8 – Família do Agricultor Adilson

O agricultor Adilson tem 41 anos e mantém uma união estável com sua esposa Elaina de 39 anos, e dessa união nasceu Samuel, com a idade dois anos. O agricultor não concluiu o ensino fundamental. Ele exerce atividade agrícola há mais de 20 anos. Sua propriedade possui aproximadamente dois módulos fiscais, é devidamente quitada, localizada na comunidade da Grama, a beira do tanque denominado “Grana”. Na propriedade tem duas casas, sendo uma antiga e outra construída pelo programa “Minha Casa, Minha Vida Rural”, ambas as casas estão cercadas, possuem energia elétrica e sistema de fossa séptica como escoamento sanitário.

Sua casa possui fogão a gás e a lenha, sendo o último mais usado, um forno micro-ondas, uma geladeira, um tanquinho, uma TV, um DVD, um rádio e um celular, que na visão do agricultor tem melhorado a qualidade de vida, proporcionando conforto para sua família, agilidade e facilidade nos afazeres domésticos, além de ter mais tempos para se dedicarem ao trabalho agrícola.

As benfeitorias consideradas importantes pelo agricultor são os dois açudes, um curral, um paiol e os equipamentos de obras de irrigação, que tem auxiliado no processo da atividade agrícola.

De acordo com Adilson, a renda da família, em torno de 1 a 2 salários mínimos, além do Bolsa Família e do PAGAAF, tem sido suficiente para cobrir suas despesas.

Já Luiz Carlos (agricultor 2) tem uma família composta por ele, sua esposa, uma filha e um filho, conforme Figura 9.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Figura 9 – Família do Agricultor Luiz Carlos

O agricultor tem 44 anos, casado com sua esposa Rosária de 40 anos, e desse matrimônio nasceram Fabiane, com a idade de 19 anos e Carlos Augusto com 4 anos. Os pais sentem muito orgulho da filha que está cursando enfermagem na Universidade Federal de Viçosa, segundo relatado “minha filha estuda muito, ela está fazendo curso de enfermagem, foi o sonho dela, ficamos felizes por isso” (DIÁRIO DE CAMPO, 2016).

Luiz Carlos concluiu o ensino médio e exerce atividade agrícola há mais de 20 anos. Sua propriedade está localizada na comunidade São João, com aproximadamente dois módulos fiscais e está devidamente quitada. Na parte baixa da estrada que corta sua propriedade tem a casa principal cercada de cerca viva (pingos de ouro), e ao lado da casa foi construída ainda, uma cozinha e uma garagem, que servem, respectivamente, para fazer as refeições e alojar a caminhonete e a moto, transportes utilizados para entregar os alimentos aos mercados e escolas. Já na parte de cima da estrada encontram-se os canteiros das hortaliças e legumes, a plantação de café, além dos equipamentos de irrigação. A propriedade possui energia elétrica e como escoamento sanitário utiliza encanamento até chegar o córrego. É uma propriedade organizada com vários canteiros, onde o agricultor aproveita todo seu terreno com sua produção agrícola.

Na casa principal tem fogão a gás, um microondas, uma geladeira, um tanquinho, uma TV, um DVD, um rádio, um computador e um celular. Já na cozinha ao lado possui fogão a lenha, muito utilizado e TV, que segundo relatos dos agricultores proporcionam um benefício da qualidade de vida da família, como agilidade e facilidade na execução de suas tarefas, redução do tempo de trabalho, principalmente pela esposa, o tempo disponível para outras atividades agrícolas, além do conforto para toda família.

As benfeitorias importantes segundo o agricultor são o açude e os equipamentos de obras de irrigação que têm contribuído para sua produção agrícola.

De acordo com Luiz Carlos, sua renda familiar está entre 2 a 3 salários mínimos, advinda da venda dos produtos aos mercados da região e do PAGAAF, o que possibilita cobrir com suas despesas mensais.

A família do agricultor Sebastião (agricultor 3) é composta por ele, sua esposa e um filho, conforme Figura 10.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Figura 10 – Família do Agricultor Sebastião Estevam

O agricultor Sebastião é conhecido como Tãozinho, com 56 anos, sua esposa Tânia com 49 anos, casados, e tem um filho, Felipe, com a idade de 20 anos. Sebastião não concluiu o ensino fundamental, trabalhou em uma empresa na cidade de Volta Redonda, RJ. Há mais de 10 anos, depois do seu retorno para o município de Coimbra, MG, vem exercendo atividade agrícola.

Sua propriedade é herança de seu pai e tem aproximadamente dois módulos fiscais, devidamente quitada, com duas casas, sendo uma casa antiga e a outra onde reside a família, construída depois do seu retorno. A propriedade é localizada na comunidade do Chorão, entre uma gruta, com mata ao redor, vizinhos, que na maioria das vezes são parentes, tendo uma estrada que corta o terreno, oferecendo acesso a outras propriedades vizinhas. Possui energia elétrica e o sistema de escoamento sanitário é o de céu aberto.

Na sua casa possui fogão a gás e a lenha, sendo o último mais usado, uma geladeira, um tanquinho, uma TV, um rádio, um computador e um celular, que segundo o agricultor tem proporcionado um conforto a família, além de adiantar e contribuir com o trabalho doméstico de sua esposa.

As benfeitorias importantes indicadas pelo agricultor são um pequeno açude, um curral, um paiol, duas granjas de suínos, equipamentos de obras de irrigação e um moinho de pedra movido à energia que serve para transformar o milho em fubá. Essas benfeitorias têm auxiliado nos trabalhos agrícolas desenvolvidos pelo agricultor e sua família.

De acordo com Sebastião, a renda da família é aproximadamente de 1 a 2 salários mínimos, complementada por aluguel de imóvel e pelo PAGAAF, que tem sido suficiente para cobrir com suas despesas até o final do mês.

A família do agricultor José Batista (agricultor 4) é composta por ele, sua esposa e três filhos, conforme Figura 11.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Figura 11 – Família do Agricultor José Batista

O agricultor tem 73 anos, casou-se três vezes. No primeiro casamento não teve filho e ficou viúvo. No segundo casamento teve um filho, que tem 29 anos, é jogador de futebol e não mora com o pai. No terceiro, casou-se com uma moça mais nova que ele 35 anos, a Jana, que hoje tem 38 anos. Tiveram dois filhos, o José Batista com 14 anos e o Mateus com 16 anos, esperam mais um filho, pois sua esposa está grávida de 5 meses. O agricultor disse que não tem nenhuma escolaridade, que só saber assinar o nome e que foi sua primeira esposa que lhe ensinou.

Ele exerce atividade agrícola há mais de 40 anos, e produz banana numa propriedade que tem aproximadamente um módulo fiscal, cedida pelos filhos de seus ex-patrões, hoje falecidos. A propriedade é cercada por árvores e pela plantação de bananas, têm uma casa antiga e um moinho de água, ambos desativados. O agricultor reside em uma casa, próxima da propriedade que exerce sua atividade agrícola, e ambas localizadas na comunidade do Marreco.

Sua casa está numa pequena área, devidamente quitada, possui energia elétrica e como sistema de escoamento sanitário utiliza encanamento até chegar ao córrego. Na sua casa possui fogão a gás e a lenha, sendo o último mais usado, um microondas, uma geladeira, um tanquinho, uma TV, uma máquina de lavar, um rádio e um celular que lhe permite uma melhor qualidade de vida, proporcionado conforto a família.

Segundo José Batista, sua renda familiar está entre 1 a 2 salários mínimos, complementada ainda pela aposentadoria, pela Bolsa Família e pelo PAGAAF, não sendo suficiente para cobrir com as despesas do mês.

A família de Vanderley (agricultor 5) é composta por ele, sua esposa e dois filhos, conforme apresentado na Figura 12.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Figura 12 – Família do Agricultor Vanderley

O agricultor tem 44 anos, sua esposa Maristela com 40 anos, casados, pais de Mateus, com a idade de 17 anos e Juarez com 20 anos. O agricultor não concluiu o ensino fundamental, e exerce atividade agrícola há mais de 20 anos.

Sua propriedade tem aproximadamente dois módulos fiscais, devidamente quitada, localizada na comunidade de São Venâncio. Na propriedade encontram-se uma casa, os canteiros de hortaliças, legumes e plantação de tomate, pimentão, milho e feijão. Possui energia elétrica e o sistema de escoamento sanitário utilizado é do encanamento até chegar o córrego.

Sua casa possui fogão a gás e a lenha, uma geladeira, um tanquinho, uma TV, uma máquina de lavar, um DVD, um rádio, um computador e um celular, que proporcionam conforto para toda família, além da agilidade e facilidade na execução de suas tarefas, redução do tempo do trabalho doméstico, ocasionando um tempo maior para os trabalhos agrícolas.

As benfeitorias importantes consideradas pelo agricultor foram um açude, uma granja, um galinheiro, um curral, um paiol, um chiqueiro, um galpão que abriga um trator, e os equipamentos de obras de irrigação, que tem auxiliado nas atividades agrícolas.

No Quadro 12, foram sistematizadas as informações que ajudam a retratar o perfil do agricultor e de sua produção.

Quadro 12 – Perfil do agricultor e de sua produção, Coimbra, MG, Brasil, 2016

Agricultor	Comunidade	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Tempo na atividade agrícola	Principais produções
Adilson	Gramma	41	União estável	Ensino fundamental incompleto	Mais de 20 anos	Feijão, banana, morango, tomate.
Luiz Carlos	São João	44	Casado	Ensino Médio completo	Mais de 20 anos	Hortaliças, legumes, feijão, café.
Sebastião	Chorão	56	Casado	Ensino fundamental incompleto	Mais de 10 anos	Mexerica, mandioca, feijão, milho, café, e granja suína
José Batista	Marreco	73	Casado	Nenhuma	Mais de 40 anos	Banana e limão
Vanderley	São Venâncio	44	Casado	Ensino fundamental incompleto	Mais de 20 anos	Hortaliça, legumes, tomate

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Os dados apresentados, no Quadro 12, permitem identificar características similares entre os agricultores. São homens, em sua maioria com idade variando entre 39 a 56, com exceção de um agricultor de 73 anos. Grau de escolaridade baixo, variando de nenhuma escolaridade até o ensino médio completo. Maioria casados, com composição familiar entre 03 a 05 membros, e trabalham com atividade agrícola a pelo menos 10 anos. Todos são proprietários. Suas residências estão localizadas em diferentes comunidades do município de Coimbra, MG.

Essas características são semelhantes aos dos agricultores familiares da região da Zona da Mata Mineira, confirmadas, na maioria das vezes, nas pesquisas desenvolvidas para avaliar os efeitos dos programas sociais na vida da população beneficiárias, conforme encontradas nos trabalhos de Cunha (2015) e Oliveira (2015) que avaliaram os efeitos dos programas PAA e PNAE nas cidades de Espera Feliz e Ubá, respectivamente. Assim sendo, os agricultores familiares do município de Coimbra, tem potencial para aumentar sua produção, investir em

novas culturas e ampliar seu mercado comercial, pois são proprietários das suas respectivas terras e ainda possui experiência na atividade agrícola apresentando uma produção agrícola diversificada.

5.2 Repercussões do Projeto de Aquisição de Gênero Alimentício da Agricultura Familiar na vida dos beneficiários

Nesse item serão discutidos os resultados encontrados para as categorias econômica e social, organizadas em suas subcategorias: produção e mercado; modo de produção; trabalho e renda; organização social; envolvimento familiar; relações institucionais e qualidade de vida.

5.2.1 Categoria econômica

5.2.2 Produção e Mercado

No que se refere à produção em Coimbra, MG, o PAGAAF representa para o pequeno agricultor, mais um canal de comercialização de seus produtos:

É bom vender para escola, pois é mais um lugar que a gente consegue entregar nosso produto (Agricultor 09).

Agora tem muita gente querendo vender na escola (Agricultor 01).

Antes, quando chovia, meu marido não dormia direito, ficava preocupado se a chuva ia danificar a horta de tomate (pausa) porque se prejudicasse ele não teria o dinheiro para cobrir o investimento da horta. Agora é diferente, nós plantamos e sabemos que temos onde vender, seja na escola, ou nos mercados da região (Agricultor 09).

Agora eu tenho onde vender minhas bananas (Agricultor 111).

Os relatos acima indicam que os pequenos agricultores familiares vêm no projeto uma segurança em termos de comercialização de seus produtos, o que para eles é necessário devido ao estrangulamento que a comercialização representa para os pequenos agricultores, no processo de produção e venda de seus produtos agrícolas. O que vai ao encontro dos estudos de Triches e Baccarin (2016), para quem, se comparadas com as formas convencionais de compras públicas, são um avanço no sentido de facilitarem e flexibilizarem as legislações em prol da dinamização da economia local e regional, com ampliação de canais

de comercialização para os pequenos produtores. Isso implica que o agricultor inserido no PAGAAF se beneficie com a garantia de comercialização de seus produtos, a um preço justo ao do mercado, aumento da produção e que seja fonte de renda regular, proporcionado melhorias na qualidade de vida dele e de sua família.

Referente ao aumento da produção, os agricultores relataram que tiveram um aumento na produção de legumes e incluíram também, novas culturas como beterraba, almeirão e morango:

Eu tive que aumentar minha produção de mandioca e mexerica, para vender para escola. Plantei muitas mudas de mexerica, mas as danadas das formigas não deixaram, cortaram muitas mudas (Agricultor 75 A).

Nós aumentamos a produção de hortaliças, verduras e legumes. Temos hoje almeirão, couve-flor, repolho e brócolis para atender a escola e ao sacolão (Agricultor 134 A).

Eu venho investindo na plantação de morango. Vendo o morango de porta em porta, e já vendi para escola de Ervália-MG (município vizinho), mas agora eles compram o morango de um produtor lá de Ervália-MG mesmo. A escola de Coimbra, MG ainda não comprou de mim. Eles falaram que tem que fazer o teste de aceitabilidade com os alunos (Agricultor 1).

Para atender a demanda do PAGAAF e de outros canais de comercialização, os agricultores familiares aumentaram e incluíram novos produtos, conforme relatado acima. Isto indica que os agricultores estão percebendo novas oportunidades de mercado e vem buscando diversificar sua produção, mesmo que pequena, visando abranger a necessidade do mercado. Este indicativo foi ilustrado pelas seguintes falas:

Eu queria plantar alface hidropônico, mas não tenho dinheiro para o investimento e nem espaço, meu terreno é pequeno (Agricultor 09).

A gente antes plantava mais feijão, milho, tomate. A gente continua a plantar, mais agora nós plantamos alface, almeirão e couve de várias qualidades, cenoura, repolho e outros legumes para entregar nas escolas. Temos uma horta boa (Agricultor 134).

Tenho percebido nova cultura como alface, almeirão [...]. Tem também uma agricultora, que já está plantando beterraba para atender a demanda da escola. (Extensionista da EMATER-MG).

Nos relatos acima demonstram que quando o agricultor não consegue atender a solicitação da escola, por não ter um determinado alimento, ele vê a oportunidade de diversificar sua produção para atender a demanda escolar. Isso tem gerado um nicho de mercado, incentivando os agricultores familiares a inserir novos cultivares na sua plantação.

A diversificação da produção pode representar um mecanismo alternativo para que o agricultor rural, segundo Aventura et al. [2017 ?], possa compreender o funcionamento dos mercados tradicionais e assim descobrir os nichos de mercado capazes de absorver os seus produtos.

Os agricultores beneficiários, se eles fizeram ou tiveram que fazer algum investimento para participar do PAGAAF, três deles confirmaram que fizeram algum tipo de investimento. Dentre estes investimentos estão inclusos aquisições de maquinário, aumento da área de produção; novas técnicas de produção e outros. Segundo relato dos agricultores e comprovado pela entrevista da EMATER-MG, uns dos investimentos, sendo:

Eu tive que adquirir uma caminhonete para entregar meus produtos, [...] peguei um empréstimo no PRONAF, e comprei a caminhonete (Agricultor familiar 09).

Então teve produtor que vieram aqui devido ao Programa, acessar uma outra Política Pública, por exemplo, foi o Pronaf, para adquirir uma caminhonete para fazer a própria entrega (ENTREVISTA 01).

Eu tive que comprar canos para irrigar o meu bananal, que estava abandonado, mas agora é dele que temos uma ajuda na minha renda (Agricultor 111).

Nesse morro, nós vamos mudar a horta para lá, pois na época de chuva, fica difícil a horta aqui em baixo. As raízes das hortaliças apodrecem com a chuva que acumula embaixo. Agora, no alto, isso não acontece, esse sistema de rotação é muito bom, acho que é isso mesmo, sistema de rotação, essa troca de lugar (Agricultor 09 A).

Conforme as falas acima, os agricultores beneficiários tiveram que investir na produção ou em equipamentos, buscando outras políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para facilitar sua produção. Essas iniciativas são encontradas no trabalho de Cunha (2015) e Oliveira (2015).

Segundo os autores o PRONAF, nas modalidades custeio e investimento, têm contribuído para se tornar viável os investimentos da produção dos agricultores familiares, além de viabilizar sua inclusão nos programas governamentais de aquisição de alimentos.

Verificou-se nas observações realizadas *in loco*, a satisfação dos agricultores familiares referentes aos preços pagos pelo PAGAAF. O preço dos alimentos pagos pelo Projeto é estipulado pelas Entidades Executoras, representadas pelo Departamento Municipal de Educação e a Escola Estadual, que realizam pesquisa em três mercados do município. Esta satisfação, diante os preços pagos pelo PAGAAF, reforçam a viabilidade dos agricultores de entregarem para o Projeto:

Os preços pagos pela escola é bom, melhor que os preços nos mercados da cidade (Agricultor familiar 01).

A escola paga direitinho e o preço é compensador, vale apenas entregar (Agricultor 134 A).

Ajuda muito, o dinheirinho que entra ajuda muito (Agricultor 09).

É só entregar os produtos e depois é só passar o cartão que o dinheiro tá lá (Agricultor 75A).

É um dinheirinho sagrado, esse da escola (Agricultor 75).

Vendo as bananas para escola, aumenta minha renda, é pouco mais ajuda (Agricultor 111).

A satisfação dos agricultores proporcionada pelo PAGAAF refere-se à complementação da renda, bem como melhorias na qualidade de vida. Assim sendo, pode-se dizer que a melhoria da renda dos agricultores causada pelo PAGAAF, também está integrada ao preço dos produtos praticados no Projeto. Os resultados dos trabalhos de Cunha (2015) e Oliveira (2015) apresentam, também essa satisfação, destacando que os agricultores dão preferência em comercializar com as escolas, pois os preços pagos a eles são compensadores.

O acesso aos outros mercados, além do PAGAAF, é realizado por quatro dos agricultores familiares pesquisados, sendo os principais canais de comercialização: as feiras livres, supermercados, mercearias, restaurantes e também centros de abastecimentos. Esse fato é importante, pois ajuda ao agricultor familiar a comercializar em outro mercado se não do PAGAAF. Ou seja, quando o Projeto para de adquirir os alimentos dos agricultores, devido às férias escolares e o término do contrato, os agricultores se programam para entregar nos mercados locais, sacolão, lanchonetes, dentre outros, conforme relatado a seguir:

Nas férias da escola, a gente entrega em outros locais, como o Subway e mercados de Viçosa, e aqui nos mercados de Coimbra (Agricultor familiar 09).

Quando chega ao final das aulas, a escola não pede mais as bananas, aí eu ofereço para a venda de Coimbra (Agricultor 111).

Em Coimbra, MG, há uma diversidade de produtos, desde o café até salsinha, porém, segundo relato das Entidades Executoras, principalmente, a municipal, há uma dificuldade de adquirir frutas no município:

Temos comprado frutas de fornecedor de outro município; compramos goiaba do agricultor familiar de Paula Cândido-MG, para cumprir a metas estipuladas pelo PNAE (ENTREVISTA 02, 2016).

Dessa forma, o mercado institucional revela-se promissor, no que se refere à fruta. Dentre os agricultores beneficiários, três oferecem banana, mexerica, limão e morango, sendo que o último foi introduzido recentemente, tem apenas dois anos de cultivo. Agora, de acordo com a Extensionista da EMATER-MG já tentou implementar o cultivo da goiaba em Coimbra, MG, mas não obteve êxito. Contudo, para o ano de 2017, terá oferecimento de mais frutas como o maracujá e o morango para alimentação escolar, vejam os relatos:

Para 2017 a escola terá maracujá para oferecer para as crianças (ENTREVISTA 01, 2016).

Ano que vem, pretendo incluir no cardápio dos alunos, o maracujá, se você tiver guarde para nós [...] Eu tenho morango, se você quiser fazer o teste com os meninos é só me falar (Nutricionista DME e Agricultor 01, Diário de Campo).

De acordo com Cunha (2015), o mercado institucional de alimentos incentiva essa diversificação, pois necessita de variados tipos de alimentos para o fornecimento às escolas e mercados locais. Dos agricultores beneficiários do PAGAAF, apenas um deixou de plantar o tomate, uma monocultura que tem destaque no município. Esse agricultor alegou que a cultura do tomate, além de ser um investimento de alto risco e caro, não faz bem para saúde, devido aos defensivos agrícolas (agrotóxicos).

[...] não dormia, preocupado se a chuva ia danificar a horta de tomate, porque se prejudicasse não teria o dinheiro para cobrir o investimento da horta, por isso e pelos pedidos de minha esposa, que ficava falando para eu parar de plantar tomate, que estava prejudicando minha saúde e era muito a riscado, parei de plantar tomate e comecei a plantar verduras, alface, repolho, cenoura, salsinha, cebolinha para entregar nos mercados, e agora entrego nas escolas (Agricultor 09)

Percebe-se na fala acima que o agricultor deixou de cultivar o tomate, uma monocultura tradicional do município, para investir no hortifrúti, como cheiro verde, verduras, legumes e fruta, visualizando assim outros nichos de mercado para sua produção. Esse fato corrobora com que Cunha (2015) e Oliveira (2015) destacaram em seus trabalhos, onde a diversificação agrícola, impulsionada pelo mercado institucional, foi uma alternativa viável que os agricultores familiares encontraram para enfrentar a monocultura existente nos municípios pesquisados, uma vez que esse monocultivo era, até pouco tempo, a única fonte de renda da família.

5.2.3 Modo de Produção

Em Coimbra, MG, os agricultores familiares praticam a produção convencional, conforme relatado pela Extensionista da EMATER-MG:

Aqui a gente tem a produção convencional, a gente vai ter a possibilidade de inserir o orgânico, mas até então a gente trabalha com agricultores que tenham produtos de forma consciente. Nós da EMATER-MG orientamos a todos os agricultores sobre o uso de defensivos agrícola. Mas, a prática de produção orgânica ou livre de agrotóxico, ainda é incipiente no município (EXTENSIONISTA DA EMATER-MG, 2016).

Percebe-se na narrativa acima que, os manejos agrícolas empregados pelos agricultores admitem, de forma consciente, a utilização de algum defensivo agrícola e que eles ainda não produzem produtos orgânicos.

Segundo FNDE (2015), as compras do PAGAAF no âmbito da alimentação escolar devem ser feitas de forma diversificada e localmente; com preços compatíveis com do mercado; priorizando os produtos orgânicos e/ou agroecológicos sempre que possível.

Verificou-se que as EEs, tanto municipal quanto estadual, ainda não adquiriram nenhum produto orgânico para atender o que se pede o PAGAAF. Entretanto, para o ano de 2017, tem indicativo que as escolas poderão incluir em suas compras produtos orgânicos, pois há agricultores que mudaram seu modo de produção, passando a cultivar outros tipos de alimentos e de outras formas, como por exemplo, o orgânico. Esse indicativo é confirmado pela Extensionista da EMATER-MG:

Nós já fomos procurados por dois jovens da zona rural que estão investindo na plantação de orgânicos com o intuito de vender para as escolas. Eles estão em processo de certificação, são jovens, são conhecedores, são técnicos em agroecologia. Já mandamos os “meninos” conversar na escola, eles nos procuraram por interesse próprios, não fomos nós que fomos lá, ficaram sabendo do PNAE e vieram querendo entregar os orgânicos. (ENTREVISTA 01, 2016).

O relato acima corrobora com os estudos de Oliveira (2015) e Cunha (2015), ao afirmarem que os programas de compras governamentais direto da agricultura familiar, como o PAA e PNAE tem incentivado o cultivo de alimentos orgânicos por parte dos agricultores familiares, que visam aumentar a sua lucratividade, uma vez que os produtos orgânicos possui um preço mais elevado que os convencionais.

Destacou-se também, alguns fatores que dificultam a produção dos agricultores familiares de Coimbra, MG, tais como a seca, as pragas, a falta de mão de obra entre outros. Além dos métodos de controle de pragas, onde foi verificado que, dos cinco agricultores familiares pesquisados, três deles utilizam agrotóxico, um não utilizava nenhum método e um o método biológico. Entretanto, apesar dos agricultores utilizarem defensivo agrícola (agrotóxico) para combater as pragas, é importante ressaltar que, durante as visitas às propriedades dos agricultores familiares, foi possível observar a preocupação dos agricultores em cultivar alguns alimentos sem nenhum agrotóxico:

Nosso produto é de boa qualidade, tudo saudável, só uso algum produto quando não tem jeito de acabar com as pragas (Agricultor 09).

[...] minha banana não tem nada de agrotóxico, eu não uso, ela madura sem nenhum esforço, madura naturalmente e eu sempre falo isso para nutricionista da escola, pois ela tem que me pedir as bananas com antecedência, para eu entregar as bananas madurinhas para escola (Agricultor 111)

[...] ele cortou banana e colocou na caixa para madurar, ele não usa nenhum produto de agrotóxico, os produtos que ele entra na escola são sem agrotóxico (agricultor 01 A).

As falas acima indicam que o PAGAAF vem impulsionando a produção livre de agrotóxico, mesmo que ainda incipiente, porém, é difícil afirmar que os produtos são orgânicos, pois há a dificuldade de certificação dos produtos, por meio do Selo Orgânico (EMATER-MG, 2016). Essa afirmação é corroborada nos trabalhos de Oliveira (2015) e Cunha (2015).

5.2.4 Trabalho e renda

Com relação ao trabalho e renda, observou-se que são vários os motivos que tem levado os agricultores familiares a aumentar sua produção e a participar do PAGAAF. Uns dos principais motivos que levaram os cinco agricultores pesquisados a participarem do projeto são a diversificação da renda familiar e venda dos excedentes da produção. Fato esse confirmado nos trabalhos de Guilhoto et al (2007); Oliveira, Xavier e Gazolla [2017 ?] , Saraiva et al. (2013), Cunha (2015) e Oliveira (2015).

Segundo Guilhoto et al. (2007) e Oliveira, Xavier e Gazolla [2017 ?], a produção familiar é um importante fator de fixação do trabalhador no campo, o qual contribui para reduzir o êxodo rural, além de ser responsável por criar condições de trabalho favoráveis e

oportunidades no meio rural, por meio de sistemas de produção diversificados. Para Saraiva et al. (2013), a produção de alimentos, especialmente a da agricultura familiar, tem se fortalecido com iniciativas de articulação de políticas públicas, principalmente pelo PNAE, que contempla o PAGAAF.

No que se refere à ampliação do trabalho familiar, ou seja, quando o processo de produção incorporado pelos membros da própria família não forem suficiente, há contratação de trabalhadores assalariados adicionais em determinada época do ano. Esse processo foi constatado entre os agricultores pesquisados, sendo que os mesmos relataram que houve a necessidade de contratar um “terceiro”, um “ajudante”, pessoas que recebem seu pagamento por dia de serviços prestados na propriedade, conforme Figura 13.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Figura 13 – Trabalho de “terceiro” na atividade agrícola dos agricultores beneficiários

Verifica-se que os agricultores utilizam de outra mão de obra, que não seja familiar:

[...] esse rapaz não é funcionário nosso, de vez enquanto, quando preciso, eu chamo ele para me ajudar e pago o dia para ele (Agricultor 75 A)

Estamos catando feijão, eu, meu filho, uma vizinha e uma ajudante, em pleno feriado [...] quando aperta o serviço, eu chamo elas para me ajudar (Agricultor 134 A).

Antes nós tínhamos uma pessoa para ajudar a gente, mas está complicado arrumar pessoa para trabalhar [...] começam a trabalhar e depois deixam a gente na mão. Assim, a gente prefere chamar um companheiro quanto precisamos e pagamos o dia, assim fica mais fácil (Agricultor 09 A).

De vez enquanto eu trabalho para meu cunhado e depois ele trabalha para mim [...] uma mão lava a outra.... (Agricultor 75).

Nas falas acima, indicam também, a forte relação entre os vizinhos, que muitas vezes tem um grau de parentesco ou de compadre. Essa relação contribui com as atividades cotidianas entre os agricultores, conforme destacado nos trabalhos de Conterato et al. (2013) e Cunha (2015).

Segundo Cunha (2015, p. 91), esse tipo de ajuda entre os agricultores é considerado apoio mútuo em atividades cotidianas, onde há “troca de dias de trabalho”. Ou seja, essa relação de convivência torna-se uma articulação entre práticas de reciprocidade e práticas de troca (CONTERATO et al., 2013).

Quanto à renda, os agricultores familiares destacaram que tem uma renda entre 1 a 2 salários mínimos originária da produção agrícola, e que também tem outros tipos de renda que auxiliam a família, como bolsa família, aposentadoria, juros e aluguéis, e outras rendas. Sendo que, três dos agricultores sentem dificuldades para chegar até o final do mês com a renda familiar.

Nenhum dos agricultores que fazem parte do PAGAAF tem o projeto como único meio de renda da família, conforme relatados pelos agricultores:

Eu vendo para escola, e a venda das minhas bananas tem me ajudado a aumentar a minha renda, pois eu recebo um salário de aposentadoria que é muito pouco para sustentar minha família. (Agricultor 111).

O que eu vendo para escola é uma forma de complementar minha renda, o dinheiro da escola me ajuda a pagar minhas contas e comprar outras mudas para plantar. (Agricultor 09).

Não, eu não vivo só com o dinheiro do PNAE, ele me ajuda, mas eu tenho que vender para outros comércios, senão eu não pago minhas contas. (Agricultor 134).

Nas narrativas acima, os agricultores deixam claro que o PAGAAF é uma forma de complementar a renda familiar. Essa informação é confirmada também com os resultados encontrados nos trabalhos de Cunha (2015) e Oliveira (2014) realizado nos municípios da Zona da Mata Mineira.

Segundo Cunha (2015), a renda oriunda dos programas sociais como:

PAA e PNAE vêm proporcionando uma complementação relevante no orçamento dos produtores locais, mas ainda não é possível para grande parte desses viverem exclusivamente desses programas (CUNHA, 2015, p. 92).

Observa-se que o PAGAAF vem proporcionando uma complementariedade significativa na renda dos agricultores familiares beneficiários do Projeto no município de Coimbra, MG.

5.2.5 Organização Social

Referente à forma de organização social local dos cinco agricultores familiares pesquisado de Coimbra, MG, três disseram ser associados ao Sindicato Rural estabelecido no município, mas relataram insatisfação com o mesmo, dizendo que “o sindicato não funciona”; um faz parte do Conselho de Alimentação Escola (CAE) e dois não relataram sua participação em nenhuma organização social. Verifica-se que existe, por parte dos agricultores familiares, um afastamento da cultura e do espírito de cooperativa ou associação, conforme comprovado pelas falas dos agricultores:

Eu comecei entregar os alimentos na escola, foi quando a EMATER-MG me perguntou se eu queria participar, aí eu tinha que fazer parte da associação lá da Comunidade de São Venâncio. Eu quis e fui incluída na associação. Mas eu não gostei dessa forma, porque ficava muito tempo sem receber, tinha medo de não receber. Quando atrasava eu ia na Claudia da EMATER, e falava com ela. Ela me tranquilizava e depois vinha e trazia o dinheiro para mim. É bem melhor agora, como fornecedora individual, assim é mais tranquilo e seguro. A gente entrega os alimentos na escola, depois é só conferir na conta se o dinheiro caiu, ah e conferir também se está certo, se corresponde com a mercadoria que eu entreguei na escola. (Agricultor 75 A).

Aqui é cada um por si, não tem isso de juntar para ajudar o outro agricultor (Agricultor 09).

Vários trabalhos, inclusive da região, como o de Freitas e Freitas (2011 e 2013), realizado no município de Espera Feliz, localizado na Zona da Mata Mineira, destacam a importância da constituição e ou formalização de organizações locais, tais como: gestão e logísticas, que asseguram posição privilegiada no mercado para seus associados, garantem o abastecimento a baixo custo de produção, melhores preços pagos aos produtos e acesso a créditos e programas do governo.

Entretanto, existe uma resistência, por parte dos agricultores familiares, à inserção relativa à associação e cooperativas conforme constatado nos relatos acima, e confirmada nos trabalhos de Frantz (2012) e Costa et al. (2015). Mas essa resistência é devido à insegurança do funcionamento e operacionalização das associações e cooperativas por parte dos agricultores, pela cultura do individualismo e por experiências de insucesso das associações existentes no município.

De acordo com Drouvot e Drouvot (2013), no Nordeste brasileiro, a população de baixa renda tem dificuldade para entender o espírito cooperativo por falta de consciência coletiva, além disso, a imagem de algumas cooperativas e ou associações existentes é muito

negativa, onde agricultores não têm confiança no funcionamento, pois as influências políticas e a corrupção têm desviado estas organizações das suas finalidades. Os autores afirmam que este cenário é diferente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, onde a imigração europeia, em especial de origens alemã e italiana que trouxe uma tradição forte de movimento cooperativo. Mas não é isso, que vem ocorrendo na região da Zona da Mata Mineira, em especial, no município de pequeno porte, como o de Coimbra, MG, que ainda há uma resistência, por parte dos agricultores familiares, em fazer parte de associação e cooperativas.

Assim, é fundamental trabalhar, em relação à conscientização, as iniciativas de apoio na formação de organizações associativistas que poderão constituir-se em importante canal para o aumento da geração de emprego e renda, além de melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares do município de Coimbra, MG.

Constatou-se também, que alguns dos agricultores beneficiários do PAGAAF, já tinham a experiência de venda para o mercado institucional anterior, onde eles já haviam participado do PAA, conforme relatado pela Extensionista da EMATER-MG:

Nós tivemos uma transição na verdade, porque tínhamos o PAA, que funcionou dois anos, depois dele veio o PNAE, com uma nova lei, com diferenças na parte burocrática, na prestação de contas, nas formas de entrega que podem ser individual, no PAA não podia. Então quando ocorreu a chegada do PNAE no município, esses nossos produtores, vários deles já migraram, conheceram a proposta e fizeram o Projeto, concorreram, já conheciam como funcionava e começaram a entregar. O PAA tinha que ser via associação. No PNAE sempre foi individual. No PAA, [...] foi um grande passo para a compreensão do PNAE no nosso município, porque esses produtores já entendiam o processo, então foi um facilitador da inserção dessa política pública no nosso município (ENTREVISTA 01, 2016).

A narrativa acima mostra que a experiência adquirida por esses agricultores facilitou o engajamento e/ou acesso ao PAGAAF no âmbito do PNAE. Entretanto, há necessidade de se trabalhar melhor a questão de cooperativas e associações com os agricultores familiares do município de Coimbra, MG. Para incentivar as organizações formais da agricultura familiar no contexto das políticas públicas, os autores Freitas e Freitas (2011 e 2013), Silva et al. (2014) e Simão et al. (2014) destacam que para potencializar essa estratégia, é preciso repensar as políticas públicas de forma a considerar as particularidades dos agricultores familiares, do local e da região, o que é o caso dos municípios da região da Zona da Mata Mineira.

5.2.6 Envolvimento Familiar na Produção

Segundo Cunha (2015), o envolvimento familiar nas atividades cotidianas do meio rural é fator importante para a sobrevivência e fixação do pequeno agricultor no campo, pois garante a manutenção de várias necessidades dos mesmos para reprodução da vida rural. Essa constatação foi retratada nos registros do diário de campo e das fotografias decorrente das observações da mestrandia durante as visitas realizadas na propriedade dos agricultores, conforme apresentado na Figura 14.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Figura 14 – Envolvimento dos membros da família na atividade agrícola

Nesse dia, era um feriado, 02 de novembro de 2016, encontrei a esposa do agricultor fazendo a limpeza dos canteiros da horta sozinha, enquanto isso, seu marido entregava produtos na cidade de Viçosa, MG. Seus filhos se encontravam em casa, a menina, segundo a agricultora deveria estar estudando e o menino brincando com o joguinho na televisão da cozinha (DIÁRIO DE CAMPO E OBSERVAÇÃO, 2016).

Observa-se que é comum esse tipo de integração nas famílias pesquisadas, onde há trabalhos coletivos, por meio de ajuda entre os membros da família, com o intuito de atender aos prazos estipulados e os pedidos de entrega dos produtos conforme representado nas Figuras 15 e 16.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Figura 15 – Envolvimento dos membros da família na atividade agrícola

No mesmo dia, 02 de novembro de 2016, presenciei o trabalho de uma mãe, de um filho e uma ajudante que trabalhavam limpando feijão para entregar no comércio de Coimbra, MG. É importante relatar que o pai nesse momento, estava na lavoura de tomate colhendo os alimentos (DIÁRIO DE CAMPO E OBSERVAÇÃO, 2016).



Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Figura 16 – Envolvimento das mulheres na atividade agrícola

Nas visitas realizadas nas propriedades dos agricultores constatou-se por relatos e ações, o envolvimento das mulheres no processo do PAGAAF no município de Coimbra, MG. Dois dos agricultores que detêm a DAP Principal e assinam o contrato com as Entidades Executoras do Projeto, disseram que eles fazem o contrato com as escolas, mas são suas esposas que ficam responsáveis por todo processo, ou seja:

Elas plantam, colhem e entregam os alimentos nas escolas. Nós trabalhamos em outras produções mais pesadas, como café, granja, tomate, e outros, mas ajudamos elas também na horta. Verificou-se que dois agricultores trabalham sozinho na condução de suas produções agrícolas. Constatou-se que um agricultor tem dificuldade de incentivar os filhos a ajuda-lo na condução de sua plantação (DIÁRIO DE CAMPO E OBSERVAÇÃO, 2016).

Nos relatos acima confirma o que Cunha (2015) destaca em seu trabalho, mostrando que o trabalho agrícola que exige maior força física é realizado predominantemente pelos homens, enquanto os que exigem menor força física são efetuados pelas mulheres e jovens. Observa-se que o trabalho da mulher na agricultura é, habitualmente, dividido em suas tarefas domésticas e o trabalho agrícola, e é considerado muitas vezes como ajuda. Essa afirmação é reforçada na fala de uma agricultora:

Nossa vida é muita correria, eu tenho que levar filho para escola, arrumar a casa, fazer comida e ajuda na roça. Meu marido sai cedo pra entregar as verduras, eu tenho que ficar atendendo os telefonemas para marcar os pedidos. Tem vez, que levo o telefone para horta, é uma loucura, muitas vezes, esqueço de levar o caderno, tenho que anotar tudo na cabeça. Meu marido fala que eu sou boa de memória, que lembro de tudo e ele é muito esquecido, não guarda nada (Agricultora 09 A).

Percebe-se que o trabalho da agricultora está dividido entre as tarefas domésticas e o trabalho agrícola. Segundo Silva (2012), o envolvimento da mulher trabalhadora no meio rural como força de trabalho, tem levado a sociedade a observar melhor o papel da mulher diante da organização familiar, na economia, nos movimentos sociais, na política e no trabalho coletivo. A mulher passa a contribuir de forma mais ativa para a manutenção da propriedade, no processo de produção e comercialização dos produtos. Essa afirmação é encontrada no trabalho de Manfiolli (2014), que destaca o aumento da participação da mulher na produção, além de ser responsável pela elaboração dos produtos fornecidos, principalmente os manipulados ou processados.

No que se refere ao envolvimento dos jovens no trabalho agrícola, constatou-se pouco envolvimento com as atividades desenvolvidas pelos pais na propriedade:

Minha filha ajuda de vez enquanto, muito pouco, pois ela estuda na UFV, ela está fazendo o curso de enfermagem, foi o que ela sempre quis fazer. Ela estuda muito, quando chega da UFV, descansa um pouco e volta para os livros (Agricultora 09 A).

É meu sonho comprar essa propriedade, antes não tinha nada, eu venho cuidando, e agora produz muitas bananas, [...], se os meus filhos quisessem trabalhar e me ajudar, eu conseguiria. Mas, estou velho de mais, e não consigo lutar mais sozinho, e os meninos não querem nada com a dureza (Agricultor 111).

Nas narrativas acima confirmam um tema muito discutido no meio acadêmico, sucessão familiar rural, abordados por Abramovay (1992; 2001), Schneider (2010) e Barcellos (2014), como grande dificuldade encontrada no meio rural, pois a permanência do jovem na agricultura revela-se importante para dar continuidade às atividades das pequenas propriedades, garantindo a produção agrícola e sua diversificação.

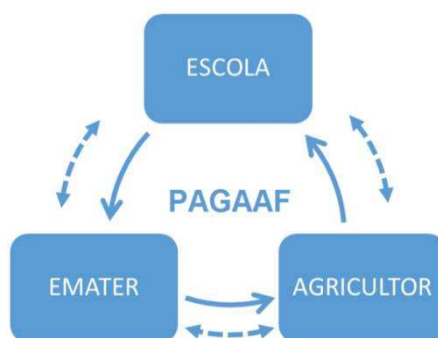
O PAGAAF tem contribuído para a manutenção destas famílias no meio rural, evidenciando que o envolvimento das mulheres e dos jovens na agricultura também passou a ter maior relevância, pois quanto maior for o envolvimento de todos os membros da família no processo de produção para o mercado institucional, maior será a renda familiar e melhor qualidade de vida (MANFIOLLI, 2014; CUNHA, 2015; OLIVEIRA, 2015).

5.2.7 Relações Institucionais

As relações institucionais, que se refere às políticas públicas, por exemplo, o PAGAAF, chegam ao plano local, na esfera do município, por meio de instituições vinculadas

ao poder público, como a EMATER-MG, a prefeitura e por intermédio do Sindicato que divulgam determinada política. Desta forma, essas instituições atuam como mediadores de políticas, programas e projeto que, embora atuando localmente, mantêm contatos com organizações estaduais ou nacionais por meio de seus representantes institucionais ou lideranças.

Em Coimbra, MG, a EMATER-MG local é fundamental para os agricultores familiares e para Entidades Executoras das escolas, tanto municipal quanto estadual, no processo operacional do PAGAAF, desempenhando um papel de facilitador e ou mobilizador, conforme esquematizado na Figura 17.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Figura 17 - Relação Institucional do PAGAAF no contexto local

As escolas, tanto municipal quanto estadual, entram em contato com a EMATER-MG local, para que a mesma forneça os alimentos produzidos no município visando subsidiar a elaboração do cardápio. Em seguida, nas etapas do programa, a EMATER-MG é acionada, mais uma vez, para divulgação e mobilização dos agricultores familiares que se enquadram no projeto. Essa relação institucional é confirmada, comparando os relatos das entrevistas dos gestores das escolas e da Extensionista da EMATER-MG local:

Temos uma parceria com as escolas, a princípio a nutricionista da escola municipal, ou gestora da escola estadual, entra em contato com a EMATER-MG local e solicita um levantamento dos alimentos produzidos no município. Depois, entra em contato novamente e informa sobre a chamada pública. Então eu e o Fabrício divulgamos para os agricultores familiares assistidos pela EMATER-MG local (ENTREVISTA 01, 2016).

O Depto de Educação tem uma relação muito boa com a EMATER-MG, eles tem nos ajudado muito no PNAE (ENTREVISTA 02, 2016).

Eu ligo para Claudia da EMATER-MG e pergunto quais os produtos que o município tem. Quando termino de fazer a chamada pública ligo para EMATER-MG e peço para eles divulgarem para os agricultores familiares do município, pois eles têm mais contato com os agricultores e conhecem eles melhores que a gente [...], a Emater é muito importante porque ela é um elo com o produtor, com a escola.

A Emater consegue chegar mais fácil no agricultor do que a escola (ENTREVISTA 03, 2016).

Os relatos acima mostram que os agricultores familiares passam, a saber, dos editais das chamadas públicas, muitas vezes, por meio da EMATER-MG. E assim que eles ficam sabendo, procuram os técnicos da EMATER-MG, solicitando ajuda a fazer o projeto de venda e a emissão da DAP Principal, documento que são exigidos nos editais. Com as documentações prontas os agricultores procuram a escola. Esse relato é confirmado abaixo:

Então, a gente convida esses grupos, conversa sobre isso, quando a escola solta a Chamada Pública, a gente novamente ajuda divulgar, vai à zona rural fala sobre o que é o Programa, o que são as demandas dessas escolas, a gente faz essa preparação toda. Depois que ouve os interesses, as procuras, alguns nos pedem para fazer o Projeto de venda, a gente vem senta com eles, escreve e descreve todos os produtos que tem, a quantidade, tudo direitinho e preenche para ele poder levar para a escola, para concorrer no dia da Chamada Pública. Outros já fazem sozinho, tem uns que tem o domínio, na própria escola tem gente que ajuda, eles procuram vão atrás, mas a maioria a EMATER faz. A gente faz esse Projeto para eles e o Fabrício, enquanto técnico, faz todo o acompanhamento, por exemplo, tem que ter um escalonamento, tem que ser dessa forma, porque, por exemplo, se ele entrou com a alface anual, porque o Projeto aqui da Municipal tanto do Estado está sendo anual, eles tem que ter a garantia de oferta e de qualidade (Extensionista da EMATER, 2016).

Eu fui convidada pela escola em julho para participar da seleção, aí eu fui na EMATER-MG e a Claudia preencheu o formulário, colocamos o valor dos produtos. (Agricultor 134 A).

É a EMATER-MG que faz pra mim toda documentação para eu levar para escola (Agricultor 09).

As falas acima destacam que os agricultores procuram a EMATER-MG para auxiliarem nos preenchimentos dos documentos necessários para suas inclusões no PAGAAF. Posteriormente a esse processo relatado, as EEs, por meio das gestoras, entram em contato com os agricultores familiares para assinatura dos contratos e acertos referentes à entrega dos alimentos à escola, combinando os dias, horários e a quantidade de alimentos, conforme estabelecido em contrato. Cabe às EEs direcionarem um servidor para receber e conferir os alimentos. Esses processos foram relatados por meio das observações, dos registros do diário de campo e por meio de fotografias, conforme apresentados a seguir:

Entrego na segunda e quarta, ou quando eles me ligam, mas o certo é segunda e quarta. Gosto de entregar bem cedo, às seis horas, quando chegam as cantineiras e não tem nenhum aluno. Eu entrego nas duas escolas nesses horários e depois eu entrego em Viçosa, MG (Agricultor 09).

Não tem dia certo, é sempre no início da semana, mas quando a escola precisa ela entra em contato com a gente e faz o pedido, aí a gente vai e entrega os produtos (Agricultor 111).

Observa-se, que há uma dinâmica diferenciada entre as EEs, municipal e estadual, pois na EE estadual os agricultores familiares não tiveram que assinar nenhum documento na hora da entrega de seus produtos. Eles chegaram, entregaram os produtos para merendeiras e foram embora. Agora, na EE municipal, os agricultores chegaram, entregaram os alimentos a merendeira, ela conferia, pesava e anotava em uma prancheta, depois solicitava assinatura do agricultor, conforme apresentado na Figura 18.



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Figura 18 – Procedimento da entrega dos alimentos a escola

E por último, refere-se às obrigações e as burocracias que rodeiam a operacionalização do PAGAAF, ou seja, os pagamentos dos agricultores familiares, após os fornecimentos dos produtos. Esse processo também é diferenciado entre as EEs. Na EE municipal após a conferência dos produtos e a assinatura do agricultor, o agricultor só tem o trabalho de verificar na conta bancária se o valor depositado está correto, pois a parte burocrática fica por conta da gestora financeira do Projeto, ela que manda para prefeitura o empenho juntamente com a nota fiscal emitida pela prefeitura para o futuro pagamento. Esse processo tem agradado muito os agricultores beneficiários do projeto, conforme relato:

Eu entrego, assino o documento da escola, e eles mesmos é que tiram a nota fiscal, eles ajudam muito a gente nesse sentido, essa parte burocrática fica com eles, nós só entregamos os produtos e depois é só passar o cartão que o dinheiro tá lá. Essa forma ajuda muito a agente, muito não gosta de entregar os produtos na escola porque acham que é muita burocracia, mas eles fazendo assim, nós não temos essa preocupação com essas papeladas (Agricultor 75 A).

Percebe-se no relato acima a satisfação dos agricultores beneficiários referente à emissão das notas fiscais, uma burocracia exigida no Projeto. Entretanto, foi observado que

algumas obrigações das EEs junto aos agricultores não estão sendo cumpridas, conforme relatado pelos agricultores familiares:

Esse ano a escola não cumpriu com o contrato feito na primeira chamada pública, eles falaram que seriam uma quantidade de alimentos que eu deveria entregar, mas não foi isso que aconteceu, eles (escola) pediram menos. Eles (escola) disseram que o governo não enviou o dinheiro todo. Mas, não levei prejuízo, pois eles não pagaram o valor combinado, mas também não entregue nenhum produto meu. A sorte foi que eu não fiz compromisso com o dinheiro se não fica complicado. (Agricultor 09, 2016).

A escola até que paga um preço bom, mas não tá pedindo mais banana de mim. Foi combinado que eles iam pegar 20 caixas por mês, mas isso não está acontecendo. No início o dinheiro das vendas das bananas deu para eu comprar até um carrinho velho para levar as bananas na escola, ajudou aumentar meu dinheiro no final do mês, mas agora? [...] Eu vou falar com eles ano que vem dessa situação, pois, se não eu não posso continuar a entregar as bananas. [...] tá certo que agora no final do ano, não tem jeito de pedir muitas bananas, os meninos vão ficar de férias. Ela (nutricionista) fica falando que minhas bananas está muito verde. Mas, eu não uso nada para forçar elas madurarem, não uso nenhum produto agrotóxico. Agora, ela pode pedir antes que eu ponho para madurar, não é? com antecedência. Ficou triste, com a escola, pois eles querem compromisso com a gente, mas eles não têm compromisso com a gente. Eu tenho compromisso de entregar banana para escola, assinei contrato e tudo. Mas, tem vez que eles pedem pouca caixa de banana, e quando chego lá para entregar, vejo que eles (escola) já comprou de outro produtor. A despesa de levar pouca banana, não paga a gasolina do meu carro. (Agricultor 111, 2016).

As narrativas acima indicam a insatisfação dos agricultores familiares junto as EEs que assumem compromisso com eles e não estão cumprindo. Percebe-se que alguns problemas na gestão das EEs em cumprir com os contratos, como falta de recurso financeiro e planejamento. Problemas esses, que foram apontados nos trabalhos de Bitencourt (2007), Cunha (2015) e Oliveira (2015), que destacaram constante atraso nos repasses de recursos, adequação do programa de aquisição de alimentos às características locais e planejamento da produção e de gestão, fatores esses que acabam refletindo diretamente nos efeitos econômicos e sociais dos beneficiários.

Evidenciou também que o serviço da EMATER-MG, no município de Coimbra, MG, tanto para escola quanto para os agricultores familiares, tem um papel importante, pois é um órgão que dá suporte técnico no repasse das informações e no apoio institucional. Essa informação é corroborada nos trabalhos de Turpin (2008), Schneider (2010) e Ciro e Freitas (2013), que destacam a importância da instituição de extensão rural nos repasses das informações técnicas e de apoio institucional para o meio rural.

De acordo com Ciro e Freitas (2013), o processo das compras institucionais, por meio do PAGAAF, para que efetivamente aconteça e dê certo parece ser evidente a necessidade de

que vários sujeitos se articulem e se ajudem. Os autores afirmam ainda que o PNAE também desencadeia processos ligados à área de ação de cada um dos sujeitos envolvidos, e aí está a relação mais direta com o desenvolvimento local. O que é corroborado por Grisa et al. (2011), onde os autores destacam que as disposições institucionais permitem uma interação entre sujeitos de várias esferas, como Estado, sociedade civil e mercado, atuando em diferentes escalas, seja local, municipal, regional ou nacional, ocasionando um acesso de um capital social.

5.2.8 Qualidade de Vida

O PAGAAF, além de incentivar a produção agrícola, tem vários outros objetivos e diretrizes imbuídos nas ações governamentais, e dentre eles, destaca-se a promoção da qualidade de vida das famílias. Assim sendo, durante as observações, identificou-se nas falas e expressões dos agricultores beneficiários do PAGAAF, a satisfação no que se refere às subcategorias da qualidade de vida: vida familiar, geração de renda, saúde, moradia, alimentação, trabalho e produção, conforme relatos:

É pouco os agricultores que tem a ajuda das mulheres no trabalho na roça. Graças a Deus que a minha me ajuda muito. Eu comecei a entregar na escola, por causa dela. Minha esposa me ajuda e planeja tudo, organiza e me lembra quando tenho que plantar, os produtos que tenho que entregar e onde entregar, me ajuda muito, temos uma boa relação. (Agricultor 09).

Agora eu posso aumentar minha produção e vender mais para escola, pois consegui comprar um trator, pelo PRONAF, para me ajudar no trabalho (Agricultor 134).

Nossa saúde é boa, temos uma alimentação saudável, tudo produzido aqui mesmo na roça, a gente não usa nenhum remédio, só a coluna, de vez enquanto não ajuda, mas o resto tudo muito bom (Agricultor 75 A).

Quando a EMATER-MG me falou sobre o programa (PAGAAF), eu me interessei, na época eu tinha pouca quantidade de produto, mas depois eu fui investindo, fui aproveitando os pequenos espaços e aumentei minha produção de mandioca e mexerica. Hoje eu tenho muitas mandiocas para atender as escolas (Agricultor 75 A).

Estou limpando em volta das bananeiras, plantei tem pouco tempo, para que elas possam produzir mais, depois vendo para escola, para aumentar minha renda, é pouco mais ajuda, antes meu banal estava perdido, pois eu não tinha onde vender, agora tenho (Agricultor 111).

As coisas vêm melhorando para o trabalhador da roça, tem facilidade para pegar empréstimo no PRONAF para comprar máquinas, meu marido comprou um trator que vem ajudando muito ele. Eu falo mesmo, hoje, ele não trabalha muito com os braços, ele trabalha mais é pensando [...] meu marido para e pensa como vai fazer

isso ou aquilo, e depois, ele pega a ferramenta que precisa e faz o trabalho (Agricultor 01 A).

As falas acima indicam que o PAGAAF está surtindo efeito nas vidas dos agricultores beneficiários, como na qualidade de vida, onde os agricultores mencionaram ter uma alimentação saudável, uma boa relação familiar e o aumento da produção e renda. Esse indicativo também é encontrado nos trabalhos de Manfioli (2014), Cunha (2015) e Oliveira (2015), que destacaram melhoria na qualidade de vida das pessoas dos municípios pesquisados, sendo dois municípios localizados na Zona da Mata Mineira e o outro da região Administrativa de Paranavaí, do estado do Paraná.

No que se refere à subcategoria lazer, apesar dos agricultores terem sinalizado satisfação, evidenciou insatisfação por parte alguns agricultores como:

Nós não temos lazer, depois que passei a entregar os produtos nas escolas, aí sim, não temos mais lazer, pois domingo é o dia que tenho que arrumar os produtos para entregar na escola na segunda-feira (Agricultor 09).

Não te falei, que nós não temos lazer, até no feriado nós temos que trabalhar, pois amanhã nós temos que entrega para escola (Agricultor 09 A).

Hoje é domingo, todo mundo tá descansando ou passeando, eu tô na labuta, trabalhando [...] (Agricultor 75 A)

Nas narrativas acima, a insatisfação dos beneficiários do PAGAAF se refere à entrega dos alimentos na segunda-feira, o que tem ocasionado a preparação de alguns produtos no domingo, dia em que para os agricultores familiares é para descansar, passear e curtir a família. Esse fato é corroborado por Sousa, Passos e Khan (2004) ao destacarem, que o lazer no meio rural está relacionado a descanso, passeios, futebol, festas e televisão.

Quanto à subcategoria segurança física, os agricultores relataram insatisfação:

Na roça não tem segurança, nossa segurança é Deus (Agricultor 09, 2016).

Precisamos de mais segurança na roça, a polícia precisa dar mais volta na roça a noite (Agricultor 111).

A gente não tem segurança na roça, ou melhor, em lugar nenhum, nossa segurança é Deus (Agricultor 134, 2016).

Muitos companheiros estão indo morar na cidade, ficam lá anoite e de dia vem trabalhar na roça, pois estão com medo de morar na roça, não sentem mais segurança, é muito assaltou e roubo que estão acontecendo. (Agricultor 01, 2016).

As insatisfações apresentadas nas falas acima indicam uma realidade vivida pelos agricultores com insegurança de morarem na zona rural. Mas nem todas estas insatisfações estão ligadas o PAGAAF, como por exemplo, a segurança policial da zona rural deficitária, sendo de responsabilidade municipal.

O PAGAAF traz visíveis repercussões na vida dos agricultores familiares do município de Coimbra, MG, como o aumento da renda familiar, estabilidade para vender seus produtos, aumento da produção e incentivo para introduzir novas culturas. Porém, por si só, não garante índices satisfatórios de qualidade de vida para os agricultores familiares, pois, a melhoria da qualidade vida dos agricultores familiares está, muitas vezes, associando a outra política pública em que os agricultores estão inseridos, que não sejam o PAGAAF. Essa afirmação é reforçada pelos relatos dos agricultores:

É difícil falar, que com o dinheiro do PNAE nós compramos isso, nós aumentamos nossa horta, e aí começamos a vender mais, mas não tem uma coisa específica. Acho que poderia ser a caminhonete, mas foi tudo junto, com o dinheiro do PNAE e do PRONAF, com as vendas dos alimentos nos mercados, foi tudo junto (Agricultor 09).

É um dinheirinho sagrado, só entregar e o dinheiro vem. Com esse dinheiro conseguimos fazer o terreiro de cimento para café, nós fomos juntando o dinheiro da escola e fomos pagando as parcelas do empréstimo do PRONAF que fizemos para construir o terreiro, o dinheiro é pouco mais ajuda (Agricultor 75).

As falas acima indicam que os agricultores familiares utilizam o dinheiro advindo do PAGAAF para adquirir ou investir no seu trabalho, na sua produção, ou até mesmo, para quitar dívidas associadas a outros programas sociais. Essa afirmação também é encontrada nos resultados das pesquisas de Manfioli (2014), Moreira, Silveira e Motter (2014), Cunha (2015) e Oliveira (2015), identificaram que os programas sociais isoladamente não conseguem contribuir para melhorias na qualidade de vida dos beneficiários.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após sete anos da reestruturação do PNAE, uma política pública, que foi instituída no Brasil, visando garantir alimentação saudável aos alunos da rede pública de ensino, e desenvolver e fortalecer a agricultura familiar, por meio do Projeto de Aquisição de Gênero Alimentício direto da Agricultura Familiar (PAGAAF), vem demonstrando uma nova realidade socioeconômica para os agricultores familiares e sua família.

Verificou-se que as ações instituídas no município de Coimbra, MG, têm se mostrado significativa para a comercialização de produtos via mercado institucional, facilitando o acesso, contribuindo para organização dos agricultores, e possibilitando ainda o aumento da produção, qualidade e variedade de alimentos. A pesquisa permitiu compreender várias repercussões causadas pelo projeto na vida dos agricultores familiares do município, tanto econômica como social.

As repercussões econômicas foram verificadas com o estímulo à diversificação da produção, aumento de renda, ampliação e valorização do trabalho familiar no setor agrícola e o acesso a novos mercados. Os agricultores familiares pesquisados tiveram a percepção positiva de aumento de renda a partir de sua participação no PAGAAF, demonstrando assim que projeto é uma ação política importante que proporciona aos agricultores melhorias na renda.

Entretanto, não se pode afirmar que a repercussão de melhoria de renda ocorreu somente por causa da comercialização com esse Projeto. Ou seja, nenhum dos agricultores pesquisado tem o PAGAAF como único meio de renda familiar, e sim uma forma de complementar a renda da família, integrada aos preços dos produtos praticados no Projeto.

O PAGAAF tem incentivado a diversificação agrícola, abrindo campo para novas culturas no município, como legumes, maracujá, morango e, mesmo que ainda incipiente, a prática da produção orgânica, livre de agrotóxico.

Quanto às repercussões sociais, o Projeto tem estimulado a integração nas relações institucionais dos órgãos públicos e privado de extensão rural e o agricultor família. A pesquisa constatou que, a EMATER-MG local é fundamental tanto para os agricultores familiares quanto para as escolas. A EMATER-MG tem desempenhado um papel de facilitador e ou mobilizador do PAGAAF no município de Coimbra, MG. Assim, é possível dizer que o PAGAAF tem ocasionado uma maior integração das relações institucionais tanto para o município quanto para vida do agricultor familiar.

Verificou-se, também, um maior envolvimento das mulheres, esposas dos agricultores, nas atividades produtiva e operacional que envolve o programa, ou seja, as mulheres vêm contribuindo mais ativamente para a manutenção da propriedade, no processo de produção agrícola e na comercialização dos produtos. Entretanto, constatou-se pouco envolvimento dos filhos junto com os pais nas atividades agrícolas. Confirmando assim, várias pesquisas que

abordam a dificuldade encontrada no meio rural, com o envolvimento e permanência dos jovens na agricultura brasileira.

No que diz respeito à qualidade de vida dos agricultores familiares, constatou-se que, na percepção dos próprios agricultores, que eles estão satisfeitos, porém, ocorreram relatos de insatisfação com a subcategoria lazer, ocasionados diretamente ao Projeto.

Evidenciou visíveis repercussões do PAGAAF na vida dos agricultores familiares do município de Coimbra, MG, como o aumento da renda familiar, estabilidade para vender os produtos, incentivo para introduzir novas culturas e melhorias na qualidade de vida do agricultor e sua família. Porém, não se pode afirmar que todas essas repercussões são advindas somente do PAGAAF, pois, em todas as categorias analisadas os resultados demonstraram que, muitas das vezes estão associadas a outras políticas públicas em que os agricultores estão inseridos.

Conclui-se que os resultados apresentados podem ser considerados como satisfatórios, pois o trabalho permitiu uma visão minuciosa da realidade do PAGAAF estabelecido num município de pequeno porte, como o caso de Coimbra, MG.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Anpocs; Campinas: UNICAMP, 1992. p. 135-207 .

ABRAMOVAY, Ricardo (coord) (2001). **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri ; Brasília : Nead/ Ministério do Desenvolvimento Agrário,

AVENTURA, Thiago Mariano; VIEIRA, Fernando Pires; KARAMOTO FILHO, Acácio S.; GUIMARÃES, Gislene M.A.; VIEIRA, Tania Regina. A IMPORTÂNCIA DA DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO PARA OS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS. Disponibilizado em: < http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_5/sessao_5A/05_Thiago_Aventura.pdf>. Acesso em: 20 jan 2017.

ARAÚJO, Cidália; PINTO, Emília M. F.; LOPES, José; NOGUEIRA, Luís; PINTO, Ricardo. **Estudo de caso**. Métodos de investigação em educação. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2008. Disponível em: <http://grupo4te.com.sapo.pt/estudo_caso.pdf>. Acesso em: 04 maio 2016.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **As políticas públicas para a juventude rural: balanço, perspectivas e questões para o debate**. 2012. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/as-politicas-publicas-para-a-juventude-rural-balanco-perspectivas-e-questoes-para-debate/>>

BAREMBLITT, Gregório. F. **Compêndio de análise institucional e outras correntes**. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996

BITTENCOURT, Jaqueline Marcela Villafuerte. **Uma avaliação da efetividade do Programa de Alimentação Escolar no município de Guaíba**. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União**, 17 jun. 2009.

OLIVEIRA, Daniela; XAVIER, Cyntia; GAZOLLA, Marcio. As inovações nos espaços rurais: teorias, processos e formas. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/ipode/textos.php>>. Acesso em: 09 jan 2017.

CIRO, Paulo Marcos dos Reis; FREITAS, Alan Ferreira de; FREITAS, Alair Ferreira de. **O programa nacional de alimentação escolar como indutor de processos de desenvolvimento local em Viçosa, Minas gerais**. In: VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social-ENAPEGS 2013. 2013.

CONTERATO, Marcelo Antônio; NIEDERLE, Paulo André; TRICHES, Rozane Marcia; MARQUES, Flávia Charão; SCHULTZ, Glauco. **Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos**. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

COSTA, Bianca Aparecida Lima; AMORIM JÚNIOR, Paulo Cesar Gomes; SILVA, Marcio Gomes da. As cooperativas de agricultura familiar e o Mercado de compras governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP, v. 53, n. 1, p. 109-126, 2015.

CUNHA, Wellington Alvim da. **Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar no contexto local**. 2015. 150f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2015.

DROUVOT, CLAUDIA; DROUVOT, Hubert. **A Associação dos Agricultores Familiares no Programa Nacional de Biodiesel: Uma Comparação Entre Quatro Projetos**. Amazônia, Organizações e Sustentabilidade, v.2, n.2, p.97-117, 2013.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS - EMATER-MG. **Orienta produtores na comercialização de produtos para o mercado institucional do PNAE**. Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site_tpl_paginas_internas&id=8741#.Vf66T0fF8Xg>. Acesso em: 04 maio 2016.

FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. 162 p.

FREITAS, Alair Ferreira de; FREITAS, A. F. de. **Empreendimentos induzidos por políticas públicas: reflexões a partir do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) em Minas Gerais.** Interações, Campo Grande, MT, v. 12, n. 2, p. 255-265, 2011.

_____. Os alicerces sociopolíticos do cooperativismo de crédito rural solidário na Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP, v. 51, n. 3, p. 433-454, 2013.

FREITAS, Alair Ferreira de; FREITAS, A. F. **Interações entre organizações coletivas na promoção de desenvolvimento local.** Interações, Campo Grande, v.14, n.2, p.177-188, 2013.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).** Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 05 maio 2016.

GUILHOTO, Joaquim. J. M.; ICHIARA, Silvio M.; SILVEIRA, Fernando Gaiger; DINIZ, Bernardo P. Campolina; AZZONI, Carlos R.; MOREIRA, Guilherme R.C. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35, 2007, Recife. Anais...Recife: ANPEC, 2007. 1 CD-ROM

GRISA, Cátia; SCHMITT, Cláudia Job; MATTEL, Lauro Francisco; MALUF, Renato Sérgio; Leite, Sérgio Pereira. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e a criação de mercados para a agricultura familiar. **Revista Agrícolturas**, Rio de Janeiro, RJ, v. 08, p. 34-41, 2011.

MANFIOILLI, Marcelo Hussar. **Os Efeitos do PAA e do PNAE na Agricultura Familiar da Região Administrativa de Paranavaí.** Maringá, 2014. 79 f. Dissertação (Mestrado em Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas) - Universidade Estadual de Maringá, PA, 2014.

METZEN, E.; WILLIAM, F. L.; SHULL, J.; KEEF, D. R. **Quality of life as affected by area of residence.** I Project descript. Columbia: University Missoure, College of Agriculture, Agricultural Experiment Station, 1980. 112 p. (Research Bulletin, 1036)

MOREIRA, Vinícius de Souza. **Avaliação dos Resultados do Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Minas Gerais.** Viçosa, MG. 2016. 148f.. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2016.

OLIVEIRA, Leonardo Gomes de. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) da agricultura familiar: estudo de caso na microrregião de Ubá-MG.** 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2015.

SARAIVA, Elisa Braga; SILVA, Ana Paula Ferreira da Silva; SOUSA, Anete Araújo de; CERQUEIRA, Gabrielle Fernandes; CHAGAS, Carolina Martins dos Santos; TORAL, Natacha. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciências, Saúde e Coletividade**, v. 18, n. 4, p. 927-936, 2013.

SCHNEIDER, Sérgio. **Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural**. RURIS-Revista do Centro de Estudos Rurais, v. 4, n. 1, p. 85-131, 2010.

SILVA, Juliana Franchi da. **A mulher como força de trabalho na modernização da agricultura no Brasil**. Revista Latino-Americana de História, v.1, n.3, p.232-248, 2012.

SILVA, Márcio Gomes da; DIAS, Marcelo Miná; SILVA, Sandro Pereira. **Relações e estratégias de (des)envolvimento rural**: políticas públicas, agricultura familiar e dinâmicas locais no município de Espera Feliz (MG). Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba, v.52, n.2, p.229-248, 2014.

SIMÃO, Gustavo Leonardo; SILVA, Edson Arlindo; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos. **Grau de cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto aos Agricultores Familiares do Estado de Minas Gerais**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba, v.52, n.3, p.533-548, 2014.

TRICHES, Rozane Márcia; BACCARIN, José Giocomo. Interações entre alimentação escolar e agricultura familiar para o desenvolvimento local. In: TEO, C. R. P. A.; TRICHES, R. M. (Orgs.). **Alimentação escolar** - construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento. Chapecó, SC: Argos, 2016. p. 89-110.

TURPIN, Maria Elena. **A Alimentação Escolar como Vetor de Desenvolvimento Local e Garantia de Segurança Alimentar e Nutricional**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

ZAMBRA, Elisandra Marisa; TRIGUEIRO, Francisco Mirialdo Chaves; PEREIRA, Raquel Da Silva. **Produção e comercialização de produtos da agricultura familiar sob a ótica do Desenvolvimento Sustentável**: um estudo no Mercado do Porto em Cuiabá-MT. 2014.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O PNAE é uma política pública que foi instituída no Brasil visando garantir alimentação aos alunos da rede pública de ensino. Além disso, essa política, após sua reestruturação em junho de 2009, visa, por meio do Projeto de Aquisição de Gênero Alimentício da Agricultura Familiar, desenvolver e fortalecer a agricultura familiar, sua principal fonte de abastecimento.

Neste trabalho, buscou-se avaliar comparativamente a efetividade do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, no município de Coimbra, MG, considerando o cenário do projeto, perfil socioeconômico e qualidade de vida dos agricultores familiares. Desse modo, procurou demonstrar a relação entre as mudanças, que, ocorridas na vida dos pequenos agricultores familiares do município de Coimbra, MG após a implementação do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar.

O município de Coimbra, MG foi um dos municípios brasileiros que institucionalizou essas políticas. O município vem operacionalizando o PNAE desde 1997 na rede municipal, mas a partir de 2009, que instituiu o PAGAAF no município, e na rede estadual teve início em 2010. De modo geral, os resultados apurados indicam eficácia na política de compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar no âmbito da alimentação escolar, no município de Coimbra, MG, ou seja, as metas e as diretrizes do Projeto de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar estão sendo cumpridas pelas Entidades Executoras do Projeto. Fica evidente que a operacionalização do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios diretamente da Agricultura Familiar no município de Coimbra, MG é um importante mecanismo de comercialização que proporciona benefícios socioeconômicos aos agricultores familiares. Outro ponto importante constatado foi que por meio do Projeto que vários atores se articulam, discutem a realidade local e elaboram estratégias para operacionalização do programa no município de Coimbra, MG. Dessa forma, as ações instituídas no município de Coimbra, MG, têm se mostrado significativa para a comercialização de produtos via mercado institucional, facilitando o acesso, contribuindo para organização dos agricultores, e possibilitando ainda o aumento da produção, qualidade e variedade de alimentos. Entretanto, sugere-se, um maior rigor do Ministério da Educação para cumprimento da legislação pelas Entidades Executoras, municipal e estadual, de no mínimo 30% da compra dos produtos para alimentação escolar ser da agricultura familiar, além, como continuidade, da realização de uma análise mais aprofundada e crítica dos estudos.

O perfil socioeconômico e as condições de produção dos agricultores familiares de Coimbra, MG, apresentam características semelhantes de estudos de outras regiões brasileiras, e que estão aptos a participarem dos programas sociais ofertados pelo Governo, principalmente, o Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar foco deste estudo.

Os agricultores familiares têm uma produção diversificada, com foco nos produtos *in natura* como: feijão, milho, tomate, hortaliças, entre outros produtos, já os produtos processados ainda são incipientes no município de Coimbra, MG. A maioria dos agricultores familiares são homens, casados e de baixa escolaridade. O que chamou a atenção foi o baixo percentual de crianças e idosos, o que configuram assim um problema de sucessão familiar. Eles têm um rendimento mensal entorno de 01 até 02 salários mínimos advindos da produção agrícola e dos benefícios sociais. Evidenciou-se também que, a maioria dos agricultores familiares possui pouca terra, tendo a maioria um módulo fiscal, ou seja, produzem em pequenas propriedades com área menor que quatro módulos fiscais. Apesar de possuírem pequenas propriedades, a maioria dos agricultores familiares tem sua propriedade quitada, ou seja, são proprietários da terra, sendo assim um diferencial dos agricultores familiares de Coimbra, MG, o que permite maior autonomia para que eles possam planejar e gerenciar sua produção agrícola. Os produtos produzidos pelos agricultores familiares são comercializados no comércio local e regional, destacando-se uma comercialização nas mãos dos atravessadores, apontando-se a dependência do agricultor familiar referente à comercialização por meio do atravessador. Apesar da falta da assistência técnica ter sido apontada pelos agricultores familiares, que muitas vezes, não atendem a expectativa e as demandas dos agricultores, 87,9% dos agricultores familiares consideram importante o serviço da EMATER-MG local, e que necessitam de seu apoio para crescerem e terem acesso aos programas governamentais.

Ao analisar os componentes da qualidade de vida, tais como vida familiar, saúde, moradia, educação, alimentação, relacionamento e ajudas, bem estar consigo mesmo, trabalho e transporte foram constatados que estes são os que os agricultores familiares estão mais satisfeitos. Quanto aos componentes, lazer, integração social, política e meio ambiente foram os componentes que os agricultores familiares se sentiam indiferentes ou insatisfeitos. Todavia, o componente, segurança física, teve o maior percentual juntando os dois grupos, tanto o de tratamento quanto o de controle, encontravam-se insatisfeitos.

Evidenciou-se, entretanto, que a hipótese de que o Projeto de Aquisição de Gênero Alimentício da Agricultura Familiar inserida no PNAE, ao ser implementado concedia aos pequenos produtores rurais instrumentos mínimos para sua inclusão e fixação no meio rural, abrindo canais de comercialização para o agricultor, que por sua vez serão capazes de contribuir para o aumento da renda familiar e que, por conseguinte, propiciarão melhorias à qualidade de vida dos beneficiados, não foi comprovada. Ou seja, não houve, estatisticamente, diferença entre as médias de satisfação entre beneficiário e não beneficiário, com isso, a partir dessa constatação é sugerido à reformulação do processo lógico das ações envolvidas no PAGAAF, apresentando-se uma sugestão de análise do Programa para avaliar seus impactos sob a perspectiva da qualidade de vida demonstrada.

Apesar de esse projeto buscar proporcionar melhorias socioeconômicas nos agricultores familiares foram observadas somente algumas dessas melhorias, tais como, aumento da renda; diversificação da produção e garantia de mercado e comercialização. Sendo assim, conclui-se que embora a média da qualidade de vida do grupo tratamento seja inferior à do grupo controle, pode-se dizer que o PAGAAF contribui para a satisfação dos beneficiários com relação à qualidade de vida, pois os componentes, renda, trabalho e produção tiveram média maior na percepção dos agricultores beneficiários se comparando com os agricultores que não pertencem ao Projeto.

A pesquisa permitiu analisar as repercussões tanto econômicas quanto sociais, junto aos agricultores familiares beneficiários do projeto. As repercussões econômicas foram verificadas com o estímulo à diversificação da produção, aumento de renda, ampliação e valorização do trabalho familiar no setor agrícola e o acesso a novos mercados. Os agricultores familiares do estudo tiveram a percepção positiva de aumento de renda a partir de sua participação no PAGAAF, demonstrando assim que PNAE é uma importante política pública que proporciona aos agricultores melhorias na renda. O programa tem incentivado a diversificação agrícola, abrindo campo para novas culturas no município, como legumes, maracujá, morango e, mesmo que ainda incipiente, a prática da produção orgânica, livre de agrotóxico. Já as repercussões sociais, o programa tem estimulado a integração nas relações institucionais dos órgãos públicos e privado de extensão rural e o agricultor família. Há um maior envolvimento das mulheres, esposas dos agricultores, nas atividades produtiva e operacional que envolve o programa, ou seja, as mulheres vêm contribuindo mais ativamente para a manutenção da propriedade, no processo de produção agrícola e na comercialização

dos produtos. No que se refere à qualidade de vida dos agricultores familiares, constatou-se que, na percepção dos próprios agricultores, que eles estão satisfeitos, porém, ocorrem alguns relatos de insatisfação com os componentes lazer e segurança física, sendo que o primeiro está ligado diretamente ao programa, mas o segundo está ligado a outros fatores, como segurança policial da zona rural deficitária, que não estão conectados como o PAGAAF.

De modo geral, foram constatadas visíveis repercussões do PAGAAF na vida dos agricultores familiares do município de Coimbra, MG, como o aumento da renda familiar, estabilidade para vender seus produtos, incentivo para introduzir novas culturas e melhorias na qualidade de vida do agricultor e sua família. Porém, não se pode afirmar que todas essas repercussões são advindas somente do PAGAAF, pois, em todas as categorias analisadas os resultados demonstraram que, muitas das vezes estão associadas a outras políticas públicas em que os agricultores estão inseridos.

Entretanto, os resultados apontam o baixo número de agricultores familiares envolvidos no PAGAAF, possivelmente em função da legislação exigida pelas EE para atender exigências financeiras, fiscais e inspeções municipais e estaduais deliberado pelo Projeto.

Conclui-se que os resultados apresentados nesta pesquisa podem ser considerados como satisfatórios, pois o trabalho permitiu uma visão minuciosa da realidade do Projeto estabelecido num município de pequeno porte, como o caso de Coimbra, MG.

Assim, sugere-se que estudos avaliativos desta natureza sejam ampliados para os outros municípios de pequeno, médio e grande porte e para os outros agentes envolvidos no Programa, como agentes financeiros, técnicos agropecuários, gestores públicos e para as instituições participantes, como os conselhos municipais e as associações de produtores rurais. Entende-se que os interesses de cada parte apresentam suas particularidades e é por isso que deve haver o diálogo entre todas as partes envolvidas numa tentativa de combinação entre as divergentes vozes em direção ao objetivo primordial do Projeto, o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar.

APÊNDICES

APÊNDICE I



Universidade
Federal de Viçosa

Questionário aos Agricultores Familiares do Projeto de
Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar/PNAE
(GRUPO CONTROLE)

2016

IDENTIFICAÇÃO DO APLICADOR					
1. Município: _____		2. Data: ____/____/2016		3. Aplicador: _____	
4. Comunidade: _____				Nº 	
BLOCO I – IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO AGRICULTOR FAMILIAR (AF) E SUA FAMÍLIA					
5. Nome do entrevistado/Agricultor familiar: _____					
6. Você participa do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar (PNAE)? (1) sim (2) não					
7. Gênero: (1) Masculino (2) Feminino					
8. Idade: _____					
9. Estado Civil/2010: (1) Solteiro (2) Casado (3) União Estável (4) Viúvo (5) Divorciado (6) Separado (7) Outro					
10. Estado Civil/2016: (1) Solteiro (2) Casado (3) União Estável (4) Viúvo (5) Divorciado (6) Separado (7) Outro					
11. Escolaridade: (1) Nenhuma (2) Ens. Fundamental Incompleto (3) Ens. Fundamental Completo (4) Ens. Médio Incompleto (5) Ens. Médio Completo (6) Ens. Superior Incompleto (7) Ens. Superior Completo (8) Curso Técnico Incompleto (9) Curso Técnico Completo (10) Outro					
12. Número de ocupantes da moradia – Detalhar a composição familiar:					
Número	Crianças (0 a 11 anos)	Adolescentes (12 a 18 anos)	Adultos (19 a 39 anos)	Adultos (40 a 59 anos)	Idosos (60 anos ou +)
Homens					
Mulheres					
13. 2010 – Há quanto tempo à família está na atividade agrícola: (1) até 5 anos (2) de 5 a 10 anos (3) de 10 a 20 anos (4) de 20 a 40 anos (5) acima de 40 anos					
14. 2016 – Há quanto tempo à família está na atividade agrícola: (1) até 5 anos (2) de 5 a 10 anos (3) de 10 a 20 anos (4) de 20 a 40 anos (5) acima de 40 anos					
15. Renda familiar: (1) até 1 S.M.; (2) entre 1 a 2 S.M.; (3) entre 2 a 3 S.M.; (4) mais do que 3 S.M.; (5) Outro(99) NS/NR					
16. Há outras fontes de renda? (1) sim (2) não					
17. Se sim, quais? (1) aposentadoria (2) Juros e aluguéis (3) Bolsa Família (4) outros					
18. Como avalia o grau de dificuldade para chegar até o fim do mês com o rendimento monetário familiar: (1) Muita dificuldade (2) Mais ou menos difícil (3) Sem dificuldade					
19. 2010 – Qual o principal meio de transporte da família: (1) bicicleta (2) charrete (3) moto (4) automóvel (5) outro					
20. 2016 – Qual o principal meio de transporte da família: (1) bicicleta (2) charrete (3) moto (4) automóvel (5) outro					
21. 2010 - A propriedade onde sua família mora é: (1) Emprestada ou cedida (2) Arrendada (3) Alugada (4) Própria em prestação (5) Própria já quitada					
22. 2016 - A propriedade onde sua família mora é: (1) Emprestada ou cedida (2) Arrendada (3) Alugada (4) Própria em prestação (5) Própria já quitada					
23. 2010 - Qual é a área da propriedade em módulo fiscal: (1) menos de um módulo (2) um módulo (3) dois módulos (4) três módulos (5) quatro módulo (6) acima de quatro					
24. 2016 - Qual é a área da propriedade em módulo fiscal: (1) menos de um módulo (2) um módulo (3) dois módulos (4) três módulos (5) quatro módulo (6) acima de quatro					
25. 2010 – Quais benfeitorias existem na propriedade (É possível marcar mais de uma opção): (1) casa (2) cerca (3) açude (4) apiário (5) aviário (6) galinheiro (7) curral (8) paiol (9) chiqueiro (10) obras de					

irrigação (11) outros	
26. 2016 – Quais benfeitorias existem na propriedade (É possível marcar mais de uma opção): (1) casa (2) cerca (3) açude (4) apiário (5) aviário (6) galinheiro (7) curral (8) paiol (9) chiqueiro (10) obras de irrigação (11) outros	
27. 2010 – Sua casa possui (É possível marcar mais de uma opção): (1) fogão a lenha (2) fogão a gás (3) micro-ondas (4) geladeira (5) tanquinho (6) TV (7) máquina de lavar (8) DVD (9) rádio (10) computador (11) telefone rural (12) celular rural (13) outros	
28. 2016 – Sua casa possui (É possível marcar mais de uma opção): (1) fogão a lenha (2) fogão a gás (3) micro-ondas (4) geladeira (5) tanquinho (6) TV (7) máquina de lavar (8) DVD (9) rádio (10) computador (11) telefone rural (12) celular rural (13) outros	
29. 2010 – A propriedade tem energia: (1) sim (2) não	
30. 2016 – A propriedade tem energia: (1) sim (2) não	
31. 2010 - Qual escoamento sanitário a propriedade tem: (1) fossa séptica (2) céu aberto (3) outros	
32. 2016 - Qual escoamento sanitário a propriedade tem: (1) fossa séptica (2) céu aberto (3) outros	
33. 2010 - Qual o tipo de abastecimento de água a propriedade: (1) nascente (2) poço semi-artesiano (3) outros	
34. 2016 - Qual o tipo de abastecimento de água a propriedade: (1) nascente (2) poço semi-artesiano (3) outros	
35. Como você considera a sua condição de saúde e a de sua família? (0) Péssima (1) ruim (2) regular (3) boa (4) ótima	
BLOCO II- PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	
36. 2010 – Quais equipamentos são utilizados na produção (É possível marcar mais de uma opção): (1) arado (2) enxada (3) pulverizador (4) trator (5) plantadora (6) caminhão (7) outros	
37. 2016 – Quais equipamentos são utilizados na produção (É possível marcar mais de uma opção): (1) arado (2) enxada (3) pulverizador (4) trator (5) plantadora (6) caminhão (7) outros	
38. 2010 – Quais são os fatores que dificultam a produção (É possível marcar mais de uma opção): (1) seca (2) excesso de chuva (3) solo (4) falta de crédito (5) pragas (6) falta de mão de obra (7) falta de incentivo por parte do governo (8) agrotóxico (9) falta de informação (10) falta de tecnologia (11) falta de assistência técnica (12) outros	
39. 2016 – Quais são os fatores que dificultam a produção (É possível marcar mais de uma opção): (1) seca (2) excesso de chuva (3) solo (4) falta de crédito (5) pragas (6) falta de mão de obra (7) falta de incentivo por parte do governo (8) agrotóxico (9) falta de informação (10) falta de tecnologia (11) falta de assistência técnica (12) outros	
40. 2010 - Como é feita a conservação do solo? (É possível marcar mais de uma opção): (1) Não é realizada nenhuma prática de conservação (2) Através de práticas mecânicas (3) Através de práticas biológicas. (4) Outra	
41. 2016 - Como é feita a conservação do solo? (É possível marcar mais de uma opção) (1) Não é realizada nenhuma prática de conservação (2) Através de práticas mecânicas (3) Através de práticas biológicas (4) Outra	
42. 2010 - Que método de controle de praga utiliza na unidade produtiva? (1) Agrotóxico (2) Nenhum método (3) Biológico (4) Outro	
43. 2016 - Que método de controle de praga utiliza na unidade produtiva? (1) Agrotóxico (2) Nenhum método (3) Biológico (4) Outro	
44. 2010 - Qual é o destino dos restos das culturas? (É possível marcar mais de uma opção) (1) Queima (2) Alimentação animal (3) venda a terceiros (4) Incorporação ao solo após a colheita (5) Outro	
45. 2016 - Qual é o destino dos restos das culturas? (É possível marcar mais de uma opção) (1) Queima (2) Alimentação animal (3) venda a terceiros (4) Incorporação ao solo após a colheita (5) Outro	
46. Utiliza irrigação na propriedade? (0) Não. Pule para a 48. (1) Sim, quanto tempo?	
47. Qual sistema de irrigação utilizado? (1) Sulco (2) Aspersão (3) Gotejamento (4) Pivô (5) Outro	
48. Você recebe assistência técnica da EMATER? (1) sim (2) não	
49. Com que frequência o(a) Sr.(a) recebe assistência técnica? (1) Semestral a Anual (2) Bimestral (3) Mensal (4) Semanal a Quinzenal (5) Outra	
50. Qual o tipo de assistência você recebe? (É possível marcar mais de uma opção): (1) Visita na propriedade	

(2) Dia de Campo (3) Folhetos e Cartilhas (4) Orientação na condução das culturas; (5) Para comercializar a produção em outros mercados; (6) Orientação para organização e planejamento da produção; (7) Para a organização de cooperativa e/ou associação; (8) Orientação para o acesso aos programas do Governo (PNAE, PRONAF, PAA, etc) (9) Outro	
51. Como você considera esse serviço? (1) Pouco importante (2) Mais ou menos importante (3) Muito Importante	
52. 2010 – Você vende seus produtos onde: (1) comércio local (2) regional (3) outros	
53. 2016 – Você vende seus produtos onde: (1) comércio local (2) regional (3) outros	
54. 2010 – Quais as formas de comercialização utilizada pela família: (1) feira livre (2) feira do produtor (3) porta em porta (4) restaurantes (5) atravessador (6) supermercado e mercearia (7) centro de abastecimento (8) outros	
55. 2016 – Quais as formas de comercialização utilizada pela família: (1) feira livre (2) feira do produtor (3) porta em porta (4) restaurantes (5) atravessador (6) supermercado e mercearia (7) centro de abastecimento (8) outros	
56. 2010 - Quais são os produtos in natura fornecidos e sua frequência: (1) Diário; (2) Semanal; (3) Mensal; (4) Esporadicamente (5) Anualmente (1) Frutas() (4) Legumes() (7) Verduras () (10) Arroz() (2) Feijão() (5) Mandioca() (8) Cheiro verde() (11) Tomate() (3) Milho() (6) Batata doce() (9) ovos() (12) Outros produtos	
57. 2016 - Quais são os produtos in natura fornecidos e sua frequência: (1) Diário; (2) Semanal; (3) Mensal; (4) Esporadicamente (5) Anualmente (1) Frutas() (4) Legumes() (7) Verduras () (10) Arroz() (2) Feijão() (5) Mandioca() (8) Cheiro verde() (11) Tomate() (3) Milho() (6) Batata doce() (9) ovos() (12) Outros produtos	
58. 2010 - Quais são os produtos processado fornecidos e sua frequência: (1) Diário; (2) Semanal; (3) Mensal; (4) Esporadicamente (5) Anualmente (1) Mandioca descascada (4) Queijo (6) Leite pasteurizado (9) Rapadura (11) Polpas de Frutas (2) Bolacha caseira (5) Mel (7) Frango caipira abatido (10) Filé de Peixe (12) Doce (3) Derivados do milho (fubá, canjica, farinha) (8) Outros produtos processados (13) Não tem	
59. 2016 - Quais são os produtos processados fornecidos e sua frequência: (1) Diário; (2) Semanal; (3) Mensal; (4) Esporadicamente (5) Anualmente (1) Mandioca descascada (4) Queijo (6) Leite pasteurizado (9) Rapadura (11) Polpas de Frutas (2) Bolacha caseira (5) Mel (7) Frango caipira abatido (10) Filé de Peixe (12) Doce (3) Derivados do milho (fubá, canjica, farinha) (8) Outros produtos processados (13) Não tem	
60. 2010 – Como são transportados os seus produtos: (1) bicicleta (2) charrete (3) moto (4) automóvel (5) caminhão (6) outro	
61. 2016 – Como são transportados os seus produtos: (1) bicicleta (2) charrete (3) moto (4) automóvel (5) caminhão (6) outro	
BLOCO III– PERCEPÇÃO DA POLÍTICA	
62. 2010 – Você participa de alguma dessas organizações: (1) Sindicato (2) Associação ou Cooperativa (3) Mutirão (4) Organização religiosa (5) Partido político (6) Conselho Municipal (7) Outro	
63. 2010 – Você participa de alguma dessas organizações: (1) Sindicato (2) Associação ou Cooperativa (3) Mutirão (4) Organização religiosa (5) Partido político (6) Conselho Municipal (7) Outro	
64. 2010 - Participa de alguns desses programas do governo (É possível marcar mais de uma opção): (1) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (2) Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR (3) Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (4) Programa Bolsa Família – PBF (5) Outro	
65. 2016 - Participa de alguns desses programas do governo (É possível marcar mais de uma opção): (1) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF	

(2) Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR (3) Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (4) Programa Bolsa Família – PBF (5) Outro					
66. Você participa do projeto de aquisição de gênero alimentício da agricultura familiar? (1) Sim (2) Não					
67. Qual foi o motivo que levou a não participar do programa? (1) Por não ter o produto exigido na Chamada Pública. (2) Por não ter a quantidade suficiente para o fornecimento. (3) Por insegurança ou demora no pagamento dos produtos. (4) Por não achar vantajoso esse canal de comercialização. (5) Por ser muito burocrático. (6) O valor do limite individual é baixo. (7) Por não ter informação sobre o projeto. (8) Por não ter interesse nesse projeto. (9) Outros					
68. Você já ouviu falar desse projeto de aquisição de gênero alimentício da agricultura familiar? (1) Sim (2) Não					
69. Se sim, por qual meio ficou sabendo? (1) Internet (2) Prefeitura (3) Escola (4) EMATER-MG (5) Amigos e/ou vizinhos (6) Outros					
70. Já ouviu falar do Edital da Chamada Pública para aquisição de gênero alimentício da agricultura familiar para a alimentação escolar? (1) sim (2) Não					
71. Se sim, por qual meio: (1) Internet (2) Mural da Escola (3) Pela EMATER-MG (4) Por um amigo(a) (5) Outros					
72. Acredita que o Projeto de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar é uma ação do Governo Federal para: (marcar por grau de prioridade) (1) Incentivar a agricultura familiar () (2) Estimular a comercialização local () (3) Desenvolver a agricultura familiar e o município () (4) Ampliar o mercado para os agricultores familiares () (5) Fixar os agricultores familiares no campo () (6) Outros ()					
73. Na sua visão, o senhor acha que o Projeto de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar poderia melhorar sua qualidade de vida? (1) Sim (2) Não					
74. Se sim, em que aspecto: (1) Comercializar a produção em outros mercados. (2) Aumento da produção. (3) Aumento da renda familiar; (4) Melhorias na propriedade (5) Aquisição de novas tecnologias (6) Outro.					
As questões devem ser respondidas com base na seguinte escalar:					
Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Indiferente	Satisfeito	Muito Satisfeito	
1	2	3	4	5	
75. Como você avalia a qualidade de vida da sua família e sua sem o Projeto de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar.					
76. Na vida familiar.					
77. Na geração de renda.					
78. Na saúde.					
79. Na moradia.					
80. Na educação.					
81. Na alimentação					
82. Nos relacionamentos e ajudas.					
83. No bem estar consigo mesmo.					

84. No lazer				
85. Nos serviços comunitários.				
86. Na religião.				
87. No trabalho e produção.				
88. No meio ambiente.				
89. Na integração social e política.				
90. Na segurança física				
91. Caso tenha marcado “muito insatisfeito” ou “insatisfeito”, justifique sua resposta:				
As questões devem ser respondidas com base na seguinte escalar:				
Muito sem importância	Sem importância	Indiferente	Importante	Muito importante
1	2	3	4	5
Sua avaliação sobre o grau de importância dos Componentes da Qualidade de Vida.				
92. Vida familiar.				
93. Geração de renda.				
94. Saúde.				
95. Moradia.				
96. Educação.				
97. Alimentação				
98. Relacionamentos e ajudas.				
99. Bem estar consigo mesmo.				
100. Lazer				
101. Serviços Comunitários.				
102. Religião				
103. Trabalho e produção.				
104. Meio ambiente.				
105. Integração social e política.				
106. Segurança física.				



**Universidade
Federal de Viçosa**

APÊNDICE II

Questionário aos Agricultores Familiares do Projeto de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar/PNAE (GRUPO BENEFICIÁRIO)

2016

IDENTIFICAÇÃO DO APLICADOR					
1. Município: _____		2. Data: ____/____/2016		3. Aplicador: _____	
4. Comunidade: _____				Nº 	
BLOCO I – IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DO AGRICULTOR FAMILIAR (AF) E SUA FAMÍLIA					
5. Nome do entrevistado/Agricultor familiar: _____					
6. Você participa do Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar (PNAE)? (1) sim (2) não					
7. Gênero: (1) Masculino (2) Feminino					
8. Idade: _____					
9. Estado Civil/2010: (1) Solteiro (2) Casado (3) União Estável (4) Viúvo (5) Divorciado (6) Separado (7) Outro					
10. Estado Civil/2016: (1) Solteiro (2) Casado (3) União Estável (4) Viúvo (5) Divorciado (6) Separado (7) Outro					
11. Escolaridade: (1) Nenhuma (2) Ens. Fundamental Incompleto (3) Ens. Fundamental Completo (4) Ens. Médio Incompleto (5) Ens. Médio Completo (6) Ens. Superior Incompleto (7) Ens. Superior Completo (8) Curso Técnico Incompleto (9) Curso Técnico Completo (10) Outro					
12. Número de ocupantes da moradia – Detalhar a composição familiar:					
Número	Crianças (0 a 11 anos)	Adolescentes (12 a 18 anos)	Adultos (19 a 39 anos)	Adultos (40 a 59 anos)	Idosos (60 anos ou +)
Homens					
Mulheres					
13. 2010 – Há quanto tempo à família está na atividade agrícola: (1) até 5 anos (2) de 5 a 10 anos (3) de 10 a 20 anos (4) de 20 a 40 anos (5) acima de 40 anos					
14. 2016 – Há quanto tempo à família está na atividade agrícola: (1) até 5 anos (2) de 5 a 10 anos (3) de 10 a 20 anos (4) de 20 a 40 anos (5) acima de 40 anos					
15. Renda familiar: (1) até 1 S.M.; (2) entre 1 a 2 S.M.; (3) entre 2 a 3 S.M.; (4) mais do que 3 S.M.; (5) Outro(99) NS/NR					
16. Há outras fontes de renda? (1) sim (2) não					
17. Se sim, quais? (1) aposentadoria (2) Juros e aluguéis (3) Bolsa Família (4) outros					
18. Como avalia o grau de dificuldade para chegar até o fim do mês com o rendimento monetário familiar: (1) Muita dificuldade (2) Mais ou menos difícil (3) Sem dificuldade					
19. 2010 – Qual o principal meio de transporte da família: (1) bicicleta (2) charrete (3) moto (4) automóvel (5) outro					
20. 2016 – Qual o principal meio de transporte da família: (1) bicicleta (2) charrete (3) moto (4) automóvel (5) outro					
21. 2010 - A propriedade onde sua família mora é: (1) Emprestada ou cedida (2) Arrendada (3) Alugada (4) Própria em prestação (5) Própria já quitada					
22. 2016 - A propriedade onde sua família mora é: (1) Emprestada ou cedida (2) Arrendada (3) Alugada (4) Própria em prestação (5) Própria já quitada					
23. 2010 - Qual é a área da propriedade em módulo fiscal: (1) menos de um módulo (2) um módulo (3) dois módulos (4) três módulos (5) quatro módulo (6) acima de quatro					
24. 2016 - Qual é a área da propriedade em módulo fiscal: (1) menos de um módulo (2) um módulo (3) dois módulos (4) três módulos (5) quatro módulo (6) acima de quatro					
25. 2010 – Quais benfeitorias existem na propriedade (É possível marcar mais de uma opção): (1) casa (2) cerca (3) açude (4) apiário (5) aviário (6) galinheiro (7) curral (8) paiol (9) chiqueiro (10) obras de					

irrigação (11) outros	
26. 2016 – Quais benfeitorias existem na propriedade (É possível marcar mais de uma opção): (1) casa (2) cerca (3) açude (4) apiário (5) aviário (6) galinheiro (7) curral (8) paiol (9) chiqueiro (10) obras de irrigação (11) outros	
27. 2010 – Sua casa possui (É possível marcar mais de uma opção): (1) fogão a lenha (2) fogão a gás (3) micro-ondas (4) geladeira (5) tanquinho (6) TV (7) máquina de lavar (8) DVD (9) rádio (10) computador (11) telefone rural (12) celular rural (13) outros	
28. 2016 – Sua casa possui (É possível marcar mais de uma opção): (1) fogão a lenha (2) fogão a gás (3) micro-ondas (4) geladeira (5) tanquinho (6) TV (7) máquina de lavar (8) DVD (9) rádio (10) computador (11) telefone rural (12) celular rural (13) outros	
29. 2010 – A propriedade tem energia: (1) sim (2) não	
30. 2016 – A propriedade tem energia: (1) sim (2) não	
31. 2010 – Qual escoamento sanitário a propriedade tem: (1) fossa séptica (2) céu aberto (3) outros	
32. 2016 – Qual escoamento sanitário a propriedade tem: (1) fossa séptica (2) céu aberto (3) outros	
33. 2010 – Qual o tipo de abastecimento de água a propriedade: (1) nascente (2) poço semi-artesiano (3) outros	
34. 2016 – Qual o tipo de abastecimento de água a propriedade: (1) nascente (2) poço semi-artesiano (3) outros	
35. Como você considera a sua condição de saúde e a de sua família? (0) Péssima (1) ruim (2) regular (3) boa (4) ótima	
BLOCO II– PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	
36. 2010 – Quais equipamentos são utilizados na produção (É possível marcar mais de uma opção): (1) arado (2) enxada (3) pulverizador (4) trator (5) plantadora (6) caminhão (7) outros	
37. 2016 – Quais equipamentos são utilizados na produção (É possível marcar mais de uma opção): (1) arado (2) enxada (3) pulverizador (4) trator (5) plantadora (6) caminhão (7) outros	
38. 2010 – Quais são os fatores que dificultam a produção (É possível marcar mais de uma opção): (1) seca (2) excesso de chuva (3) solo (4) falta de crédito (5) pragas (6) falta de mão de obra (7) falta de incentivo por parte do governo (8) agrotóxico (9) falta de informação (10) falta de tecnologia (11) falta de assistência técnica (12) outros	
39. 2016 – Quais são os fatores que dificultam a produção (É possível marcar mais de uma opção): (1) seca (2) excesso de chuva (3) solo (4) falta de crédito (5) pragas (6) falta de mão de obra (7) falta de incentivo por parte do governo (8) agrotóxico (9) falta de informação (10) falta de tecnologia (11) falta de assistência técnica (12) outros	
40. 2010 – Como é feita a conservação do solo? (É possível marcar mais de uma opção): (1) Não é realizada nenhuma prática de conservação (2) Através de práticas mecânicas (3) Através de práticas biológicas (4) Outra	
41. 2016 – Como é feita a conservação do solo? (É possível marcar mais de uma opção) (1) Não é realizada nenhuma prática de conservação (2) Através de práticas mecânicas (3) Através de práticas biológicas (4) Outra	
42. 2010 – Que método de controle de praga utiliza na unidade produtiva? (1) Agrotóxico (2) Nenhum método (3) Biológico (4) Outro	
43. 2016 – Que método de controle de praga utiliza na unidade produtiva? (1) Agrotóxico (2) Nenhum método (3) Biológico (4) Outro	
44. 2010 – Qual é o destino dos restos das culturas? (É possível marcar mais de uma opção) (1) Queima (2) Alimentação animal (3) venda a terceiros (4) Incorporação ao solo após a colheita (5) Outro	
45. 2016 – Qual é o destino dos restos das culturas? (É possível marcar mais de uma opção) (1) Queima (2) Alimentação animal (3) venda a terceiros (4) Incorporação ao solo após a colheita (5) Outro	
46. Utiliza irrigação na propriedade? (0) Não. Pule para a 48. (1) Sim, quanto tempo?	
47. Qual sistema de irrigação utilizado? (1) Sulco (2) Aspersão (3) Gotejamento (4) Pivô (5) Outro	
48. Você recebe assistência técnica da EMATER? (1) sim (2) não	
49. Com que frequência o(a) Sr.(a) recebe assistência técnica? (1) Semestral a Anual (2) Bimestral (3) Mensal (4) Semanal a Quinzenal (5) Outra	
50. Qual o tipo de assistência você recebe? (É possível marcar mais de uma opção):	

(1) Visita na propriedade (2) Dia de Campo (3) Folhetos e Cartilhas (4) Orientação na condução das culturas; (5) Para comercializar a produção em outros mercados; (6) Orientação para organização e planejamento da produção; (7) Para a organização de cooperativa e/ou associação; (8) Orientação para o acesso aos programas do Governo (PNAE, PRONAF, PAA, etc) (9) Outro	
51. Como você considera esse serviço? (1) Pouco importante (2) Mais ou menos importante (3) Muito Importante	
52. 2010 – Você vende seus produtos onde: (1) comércio local (2) regional (3) outros	
53. 2016 – Você vende seus produtos onde: (1) comércio local (2) regional (3) outros	
54. 2010 – Quais as formas de comercialização utilizada pela família? (É possível marcar mais de uma opção): (1) feira livre (2) feira do produtor (3) porta em porta (4) restaurantes (5) atravessador (6) supermercado e mercearia (7) centro de abastecimento (8) outros	
55. 2016 – Quais as formas de comercialização utilizada pela família? (É possível marcar mais de uma opção): (1) feira livre (2) feira do produtor (3) porta em porta (4) restaurantes (5) atravessador (6) supermercado e mercearia (7) centro de abastecimento (8) outros	
56. 2010 - Quais são os produtos in natura fornecidos e sua frequência: (1) Diário; (2) Semanal; (3) Mensal; (4) Esporadicamente; (5) Anualmente (1) Frutas() (4) Legumes() (7) Verduras () (10) Arroz() (2) Feijão() (5) Mandioca() (8) Cheiro verde() (11) Tomate() (3) Milho() (6) Batata doce() (9) ovos() (12) Outros produtos ()	
57. 2016 - Quais são os produtos in natura fornecidos e sua frequência: (1) Diário; (2) Semanal; (3) Mensal; (4) Esporadicamente; (5) Anualmente (1) Frutas() (4) Legumes() (7) Verduras () (10) Arroz() (2) Feijão() (5) Mandioca() (8) Cheiro verde() (11) Tomate() (3) Milho() (6) Batata doce() (9) ovos() (12) Outros produtos ()	
58. 2010 - Quais são os produtos processados fornecidos e sua frequência: (1) Diário; (2) Semanal; (3) Mensal; (4) Esporadicamente; (5) Anualmente (1) Mandioca descascada (4) Queijo (6) Leite pasteurizado (9) Rapadura (11) Polpas de Frutas (2) Bolacha caseira (5) Mel (7) Frango caipira abatido (10) Filé de Peixe (12) Doce (3) Derivados do milho (fubá, canjica, farinha) (8) Outros produtos processados () (13) Não tem (9) Nenhum produto transformado	
59. 2016 - Quais são os produtos processados fornecidos e sua frequência: (1) Diário; (2) Semanal; (3) Mensal; (4) Esporadicamente; (5) Anualmente (1) Mandioca descascada (4) Queijo (6) Leite pasteurizado (9) Rapadura (11) Polpas de Frutas (2) Bolacha caseira (5) Mel (7) Frango caipira abatido (10) Filé de Peixe (12) Doce (3) Derivados do milho (fubá, canjica, farinha) (8) Outros produtos processados () (13) Não tem	
60. 2010 – Como são transportados os seus produtos: (1) bicicleta (2) charrete (3) moto (4) automóvel (5) caminhão (6) outro	
61. 2016 – Como são transportados os seus produtos: (1) bicicleta (2) charrete (3) moto (4) automóvel (5) caminhão (6) outro	
BLOCO III– PERCEPÇÃO DA POLÍTICA	
62. 2010 – Você participa de alguma dessas organizações: (1) Sindicato (2) Associação ou Cooperativa (3) Mutirão (4) Organização religiosa (5) Partido político (6) Conselho Municipal (7) Outro	
63. 2010 – Você participa de alguma dessas organizações: (1) Sindicato (2) Associação ou Cooperativa (3) Mutirão (4) Organização religiosa (5) Partido político (6) Conselho Municipal (7) Outro	

64. 2010 - Participa de alguns desses programas do governo (É possível marcar mais de uma opção): (1) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (2) Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR (3) Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (4) Programa Bolsa Família – PBF (5) Outro	
65. 2016 - Participa de alguns desses programas do governo (É possível marcar mais de uma opção): (1) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (2) Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR (3) Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (4) Programa Bolsa Família – PBF (5) Outro	
66. Você participa do projeto de aquisição de gênero alimentício da agricultura familiar? (1) Sim (2) Não	
67. Você sabe como funciona o projeto de aquisição de gênero alimentício da agricultura familiar? (1) Sim (2) Não	
68. Como você ficou sabendo do Edital da Chamada Pública para aquisição de gênero alimentício da agricultura familiar para a alimentação escolar? (1) Internet (2) Mural da Escola (3) Pela EMATER-MG (4) Por um amigo(a) (5) Outros	
69. Qual o motivo o levou a participar do programa? (1) Vender o excedente da produção. (2) Aproveitar os produtos da época. (3) Diversificar a renda. (4) Outros	
70. Qual a forma que participa do projeto? () De forma individual. () Por meio de uma associação ou cooperativa. () Por meio de apresentação de uma unidade executora (Sindicato, EMATER, etc.)	
71. Quais são os produtos in natura fornecidos e sua frequência: (1) Diário; (2) Semanal; (3) Mensal; (4) Esporadicamente. (1) Frutas() (4) Legumes() (7) Verduras () (10) Arroz() (2) Feijão() (5) Mandioca() (8) Cheiro verde() (11) Tomate() (3) Milho() (6) Batata doce() (9) ovos() (12) Outros produtos ()	
72. Quais são os produtos processados fornecidos e sua frequência: (1) Diário; (2) Semanal; (3) Mensal; (4) Esporadicamente. (1) Mandioca descascada (4) Queijo (6) Leite pasteurizado (9) Rapadura (11) Polpas de Frutas (2) Bolacha caseira (5) Mel (7) Frango caipira abatido (10) Filé de Peixe (12) Doce (3) Derivados do milho (fubá, canjica, farinha) (8) Outros produtos processados () (13) Não tem	
73. Você realizou algum tipo de investimento na propriedade para participação no Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar no âmbito do PNAE? (1) Sim (2) Não	
74. Se sim, quais desses investimentos você fez? (1) Aquisição de equipamentos e maquinários (2) Aumento da área para produção. (3) Em novas técnicas de produção. (4) Contratação de mão de obra (5) Outros	
75. Acredita que o Projeto de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar é uma ação do Governo Federal para: (Marcar por grau de prioridade) (1) Incentivar a agricultura familiar () (2) Estimular a comercialização local () (3) Desenvolver a agricultura familiar e o município () (4) Ampliar o mercado para os agricultores familiares () (5) Fixar os agricultores familiares no campo () (6) Outros ()	

76. Em que aspecto o senhor acha que o Projeto de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar deve mudar? (1) Não deve mudar (2) Menos burocracia (3) Menos exigências (4) Aumentar o controle (5) Pagamento (6) Aumentar o valor do limite individual (7) Outro					
77. Na hipótese de interrupção Projeto de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar, haverá reflexos no sistema produtivo? (1) Sim (2) Não					
78. Se sim, qual o possível impacto? (1) Comercializar a produção em outros mercados; (2) Reduzir a produção destes produtos; (3) Diminuição da renda; (4) Mudar de atividade; (5) Arrendar ou vender a propriedade; (6) Outro.					
Percepção sobre o Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar no âmbito do PNAE e a Satisfação dos beneficiados					
As questões devem ser respondidas com base na seguinte escalar:					
1. Discordo Plenamente		2. Discordo Parcialmente		3. Indiferente	
				4. Concordo parcialmente	
				5. Concordo Plenamente	
Sua avaliação sobre os efeitos do projeto para o desempenho da agricultura familiar.					
79. Na diversificação da produção.					
80. Na inclusão de nova cultura.					
81. Na renda familiar.					
82. No desenvolvimento da atividade agrícola.					
83. Na organização do trabalho agrícola.					
84. Na abertura de mercado para comercialização dos produtos.					
85. Na implementação de tecnologias.					
86. No meio ambiente.					
87. Na organização de associação e/ou cooperativa					
As questões devem ser respondidas com base na seguinte escalar:					
Muito Insatisfeito		Insatisfeito		Indiferente	
Satisfeito		Muito Satisfeito			
1		2		3	
4		5			
88. Como você avalia o Projeto de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar.					
Sua avaliação sobre a importância do projeto para mudanças na sua qualidade de vida.					
	ANTES DE PNAE		DEPOIS DO PNAE		
89. Na vida familiar.					
90. Na geração de renda.					
91. Na saúde.					
92. Na moradia.					
93. Na educação.					
94. Na alimentação.					
95. Nos relacionamentos e ajudas.					
96. No bem estar consigo mesmo.					
97. No lazer					
98. Nos serviços comunitários.					
99. Na religião					
100. No trabalho e produção.					



**Universidade
Federal de Viçosa**

APÊNDICE III

**Universidade Federal de Viçosa
Centro de Ciências Humanas
Departamento de Economia Doméstica**

2016

ROTEIRO PARA ENTREVISTA – EMATER-MG

OBSERVADOR(A): ROSÁRIA

DATA: ____/____/2016

CIDADE: COIMBRA, MG

ENTREVISTADO: _____

**OBJETIVOS DA
ENTREVISTA:**

☒ avaliar se a Entidade de Apoio tem auxiliado na operacionalização do Projeto de Aquisição de Gênero Alimentício da Agricultura Familiar conforme propõem as Resoluções propõem. Além de analisar a percepção da Entidade de Apoio no que se refere às mudanças ou não ocorridas após a implementação do projeto no município.

1) Horário de início da entrevista: _____

2) Horário de término da entrevista: _____

3) Você conhece os objetivos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE? Poderia falar sobre eles? (O que acha? Concorde ou não?)

Como foi sua implementação no município de Coimbra? E hoje? Como está?

4) Você trabalha com o Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar inserido no PNAE? Como ele funciona aqui no município de Coimbra?

5) Como, na sua opinião, a EMATER-MG contribui para efetivação dessa política pública para o município de Coimbra?

E para vida do agricultor familiar?

6) Quais as responsabilidades da EMATER como parceira no programa? Quais suas atribuições?

7) Como é feito o controle das condições higiênico-sanitária dos alimentos fornecidos pelos agricultores familiares?

8) Você sabe se o município tem estimulado a viabilização dos fornecimentos dos alimentos ao agricultor familiar?

9) Desde que os agricultores passaram a fazer parte do programa, percebeu algumas mudança na qualidade de vida dele e de sua família?

Quais as vantagens e desvantagens do projeto de compras públicas da agricultura familiar para os agricultores familiares?

10) O preço pago pelos produtos é compatível com o do mercado local? Você sabe como é feito a pesquisa de preço?

11) Como você considera a participação do Conselho de Alimentação Escolar – CAE no que se refere

compra realizada diretamente com os agricultores familiares? Como o CAE fiscalizam as compras?
12) Existem questões burocráticas que você gostaria de relatar?
13) Como avalia a operacionalização e a gestão do PAGAAF?
14) Você sabe ou conhece algumas dificuldades enfrentadas na gestão do PAGAAF?
15) Você considera que os agricultores familiares envolvidos no projeto estão satisfeitos? Por que?
16) Como a EMATER-MG vê a participação dos agricultores familiares ao PAGAAF no âmbito do PNAE? Pode ser ampliado para mais agricultores familiares?
17) Se pudesse, o que mudaria no programa? Por que?
18) Em sua opinião, o PAGAAF deve continuar? Por que?
19) Espaço aberto para comentários:
OBSERVAÇÕES: Segundo Marconi e Lakatos (2011), entrevista é definida como o encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversa de natureza profissional. A entrevista será realizada por meio de contato direto com a EMATER-MG e as entidades executoras, representadas pela EMATER-MG, Secretaria Municipal de Educação e Escola Estadual do município de Coimbra, envolvidas no Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, no âmbito do PNAE. A entrevista poderá ser gravada, utilizando-se um gravador de áudio, mediante consentimento de todos os entrevistados. Posteriormente, as entrevistas serão transcritas, organizadas e sistematizadas, conforme os objetivos da pesquisa.



Universidade
Federal de Viçosa

APÊNDICE IV

Universidade Federal de Viçosa
Centro de Ciências Humanas
Departamento de Economia Doméstica

2016

ROTEIRO PARA ENTREVISTA – ENTIDADES EXECUTORAS (DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESCOLA ESTADUAL)	
OBSERVADOR(A): ROSÁRIA DATA: __/__/2016	
CIDADE: COIMBRA, MG ENTREVISTADO: _____	
OBJETIVOS DA ENTREVISTA:	☒ avaliar se as Entidades Executoras estão seguindo corretamente o que as Resoluções propõem. Além de analisar a percepção das Entidades Executoras no que se refere às mudanças ou não ocorridas após a implementação do programa no município.
1) Horário de início da entrevista: _____	2) Horário de término da entrevista: _____
3) Quanto tempo está no cargo de gestor?	
4) Como é feito o pedido do recurso para o PNAE? Se houver necessidade de mais recursos, o que você faz?	
5) Como é decidida a compra dos alimentos adquiridos dos agricultores familiares?	
6) Como tem ocorrido o PAGAAF nas escolas do município de Coimbra? (Quais os passos)	
7) Você tem que conseguir atingir a meta dos 30% exigido na Lei? Tem enfrentado alguma dificuldade? Se não consegue atingir a meta dos 30% a escola sofre alguma punição?	
8) Na sua opinião qual o papel da EMATER-MG para efetivação dessa política pública para o município Coimbra, MG?	
9) Como é feita a programação (cronograma) de aquisição de gêneros alimentícios dos agricultores? Qual o parâmetro para o calendário de entrega dos produtos que utilizam? De quem é a responsabilidade da elaboração dos cardápios? Existem critérios a serem seguidos para a elaboração dos cardápios? Quais são? Existem restrições para a aquisição de algum tipo de verdura ou fruta in natura dos agricultores?	
10) Vocês conhecem os agricultores e as procedências dos alimentos que são fornecidos a escola?	
11) O controle das condições higiênico-sanitária dos alimentos fornecidos pelos agricultores familiares é exigido pelo programa? Tem sido possível fazê-lo?	
12) O preço pago pelos produtos é compatível com o do mercado local? Como é feito a pesquisa de preço?	
13) Na sua visão, o município (Prefeitura) tem estimulado ou ajudado na viabilização dos fornecimentos dos alimentos ao agricultor familiar? De que forma?	
14) Desde que os agricultores passaram a fazer parte do programa, percebeu algumas mudança na qualidade de	

vida dele e de sua família? Quais as vantagens e desvantagens do projeto de compras públicas da agricultura familiar para os agricultores familiares?
15) Existem questões burocráticas que você gostaria de relatar?
16) Como você considera a participação do Conselho de Alimentação Escolar – CAE no que se refere compra realizada diretamente com os agricultores familiares? Como o CAE fiscalizam as compras?
17) Como avalia a operacionalização e a gestão do PAGAAF?
18) Você sabe ou conhece algumas dificuldades enfrentadas na gestão do PAGAAF?
19) Você considera que os agricultores familiares envolvidos no projeto estão satisfeitos? Por que?
20) Se pudesse, o que mudaria no programa? Por que?
21) Em sua opinião, o PAGAAF deve continuar?
22) Espaço aberto para comentários:
OBSERVAÇÕES: Segundo Marconi e Lakatos (2011), entrevista é definida como o encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversa de natureza profissional. A entrevista será realizada por meio de contato direto com as entidades executoras, representadas pela Secretaria Municipal de Educação e Escola Estadual do município de Coimbra, envolvidas no Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, no âmbito do PNAE. A entrevista poderá ser gravada, utilizando-se um gravador de áudio, mediante consentimento de todos os entrevistados. Posteriormente, as entrevistas serão transcritas, organizadas e sistematizadas, conforme os objetivos da pesquisa.

APÊNDICE V

Quadro 01 – Síntese dos elementos-chaves da pesquisa

Elementos			Características no município de Coimbra, MG
Local do estudo	Características do município	Localização	Mesorregião Zona da Mata Mineira e microrregião de Viçosa
		Característica fundiária do município	Minifúndios (82,2 % das propriedades têm até 100 ha)
		Base econômica	Setor de serviços (56%) e agricultura (34%, produtos entre café, feijão, milho em grão, tomate, avicultura e pecuária).
Sujeitos	Características dos agricultores familiares do município	Atividade	Agrícola
		Residem	Na zona rural do município, comunidades do Chorão, Grama, Marreco, São João e São Venâncio.
		Especificidade	Cadastrados na EMATER e que detenham a Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP) Principal por Unidade Familiar.
Projeto de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar (PAGAAF) inserido no Programa Nacional de Alimentação Escolar	Aspectos do PAGAAF no município	Regularidade do repasse	10 meses por ano (entre fevereiro a novembro)
		Valor repassado pelo FNDE entre 2009 a 2016 (R\$/ano)	2009: R\$37.466,00 (municipal); R\$- (estadual)* 2010: R\$55.030,00 (municipal); R\$46.980,00 (estadual) 2011: R\$52.320,00 (municipal); R\$48.420,00 (estadual) 2012: R\$50.556,00 (municipal); R\$48.660,00 (estadual) 2013: R\$50.000,00 (municipal); R\$51.720,00 (estadual) 2014: R\$57.492,00 (municipal); R\$50.460,00 (estadual) 2015: R\$60.638,00 (municipal); R\$49.200,00 (estadual) 2016: R\$86.880,00 (municipal); R\$112.266,00 (estadual)
		Total de escolas atendidas	03 municipais (800 alunos); 01 estadual (960 alunos)
		% de aquisições da agricultura familiar no município	2009: 37,11% (municipal); 0 % (estadual)* 2010: 25,58% (municipal); 3,85% (estadual) 2011: 43,65% (municipal); 38,23% (estadual) 2012: 37,81% (municipal); 25,51% (estadual) 2013: 32,83% (municipal); 27,22% (estadual) 2014: 28,35% (municipal); 26,50% (estadual) 2015: 36,09% (municipal); 33,68% (estadual) 2016: 26,62% (municipal); 17,09% (estadual)

Efeitos do PAGAAF no município	Aspectos gerais dos PAGAAF	Periodicidade da entrega dos alimentos	Na maioria das vezes, todas as segundas feiras, podendo variar conforme demanda da escola.
		Problemas e desafios	1) Dificuldade de adquirir frutas dos agricultores familiares locais; Dificuldade de cumprir com algumas obrigações exigida lei, devido atraso no repasso dos recursos do FNDE
		Benefícios	Agraciado duas vezes pelo prêmio “Gestor Eficiente da Merenda Escolar (municipal); 2) Melhor alimentação escolar (municipal e estadual); 3) Maior relação institucional entre EMATER, escola e agricultor.
	Pessoas envolvidas por entidades	Entidade fornecedora dos alimentos	05 agricultores familiares pertencentes ao município (Pesquisados) 01 agricultor familiar que pertence ao município vizinho (Paula Cândido)** Total de pessoas da família produtora de Coimbra, MG: 19 pessoas sendo, 13 homens e 6 mulheres
		Entidade Executora	Municipal: Nutricionista, Secretária municipal da Educação, Presidente do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e escriturário. Estadual: Diretora da escola, Gestora financeira e escriturária.
		Entidade de Apoio	EMATER-MG: extensionistas agrônomo e bem-estar social.
	Categoria econômica	Produção e Mercado	Aumento da produção dos alimentos em função do projeto, tendo como consequência produtos excedente para atender a mercados de outros municípios, além da segurança que os agricultores familiares vêm no projeto em termos de comercialização de seus produtos. Estimulo a diversificação dos produtos descobrindo nicho de mercado como o caso da fruta.
		Modo de Produção	Produção tradicional que admitem, de forma consciente, a utilização de algum defensivo agrícola. Não produzem, ainda, produtos orgânicos. Mas, já tem indicativo que sinaliza que o PAGAAF vem impulsionando a produção orgânica para ano de 2017.
		Trabalho e Renda	Ampliação do trabalho familiar, havendo contratação esporádica de “terceiro” ou “ajudante”, além de existir troca de dias de trabalhos pelos parentes e vizinhos. Maior participação das mulheres no processo de produção e venda. Aumento da renda familiar, sendo que o projeto não é o único meio de renda familiar, ou seja, o projeto vem proporcionando uma complementariedade significativa na renda dos beneficiários.
	Categoria Social	Organização social	Pouca participação na organização local (Sindicato Rural e CAE). Resistência à inserção relativa à associação e cooperativas.
		Envolvimento familiar	Maior envolvimento dos membros da familiar, principalmente das mulheres. Porém,

			pouco envolvimento dos jovens.
		Relações institucionais	Maior relação com entidades públicas locais envolvidas com o agricultor familiar, tornando-se um elo entre EMATER-MG, escolas e agricultores familiares.
		Qualidade de vida	Indicativo que o PAGAAF está surtindo efeito em vários componentes da qualidade de vida, tais como: vida familiar, geração de renda, saúde, moradia, alimentação, trabalho e produção. Evidenciou insatisfação nos componentes, lazer, devido trabalharem no domingo e feriados para atenderem a demanda do projeto e segurança física, por causa falta de policiamento na zona rural.
	Categoria Qualidade de vida	Grupos envolvidos	Grupo tratamento (agricultores familiares beneficiários do PAGAAF) Grupo controle (agricultores familiares não beneficiários do PAGAAF)
		Média da satisfação dos beneficiários X Média de satisfação dos não beneficiários	Hipótese: H ₀ : X ₀ =X ₁ ; a média da satisfação dos beneficiários é igual à média de satisfação dos não beneficiários; H ₁ : X ₀ ≠ X ₁ ; a média da satisfação dos beneficiários é diferente da média de satisfação dos não beneficiários. Resultado: não houve diferença entre as médias de satisfação entre beneficiários e não beneficiários, ou seja, hipótese foi nula. Os testes de médias indicaram igualdade de satisfação (H ₀ : X ₀ =X ₁), ou seja, a média da satisfação dos beneficiários que corresponde 3,77 é estatisticamente igual à média de satisfação dos não beneficiários de 3,79.
		Pontos importantes	Visão mais global da realidade do PAGAAF inserido no PNAE no município de Coimbra, MG. Os componentes da qualidade de vida “geração de renda” e “trabalho e produção” tiveram média maior na percepção dos agricultores beneficiários se comparando com os agricultores que não pertencem ao projeto, inferindo que PAGAAF contribui para a satisfação dos beneficiários. A melhoria da qualidade vida dos agricultores familiares tanto dos beneficiários como dos não beneficiários PAGAAF, estão, muitas vezes, associadas a outras políticas públicas em que os agricultores estão inseridos, como PAA, PRONAF, PBF e PNHR.

* A Entidade Executora Estadual iniciou com o PAGAAF a partir de 2010.

** O Agricultor familiar não participou da pesquisa, pois o estudo focou nos agricultores familiares que pertencessem ao município de Coimbra, MG.

Fonte: Dados da pesquisa, 2016, adaptado de Cunha (2015).